



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO - UEMASUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS - CCHSL



PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR

PEDAGOGIA LICENCIATURA

IMPERATRIZ
2023



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS
CURSO DE PEDAGOGIA

PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA

Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia
(Licenciatura) da Universidade Estadual da Região
Tocantina do Maranhão vinculado ao Centro de Ciências
Humanas, Sociais e Letras - CCHSL.

Imperatriz/MA
2023

ESTRUTURA DE GESTÃO UEMASUL

Reitora

Prof.^a Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves

Vice-Reitora

Prof.^a Dra. Lilian Castelo Branco de Lima

Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica – PROGESA

Prof.^a Dra. Márcia Suany Dias Cavalcante

Pró-Reitora de Planejamento e Administração - PROPLAD

Prof. Me. José Sergio de Jesus Sales

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - PROPGI

Prof. Dr. Allison Bezerra Oliveira

Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil- PROEXAE

Prof. Dr. Zilmar Timóteo Soares

Diretor do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras - CCHSL

Prof. Dr. Francisco de Assis Carvalho de Almada

Diretora do Curso de Pedagogia

Prof.^a Dra. Roza Maria Soares da Silva

Comissão de Elaboração e Sistematização do Projeto Pedagógico do Curso - PPC

Prof. Dr. Antonio Sousa Alves

Prof.^a Dra. Carmem Barroso Ramos

Prof. Me. Domingos Furlan

Prof. Me. Emanuel Pacheco de Souza

Prof. Dr. Francisco de Assis Carvalho de Almada

Prof.^a Ma. Iara Aparecida Paiva

Prof.^a Dra. Ilma Maria de Oliveira Silva

Prof.^a Ma. Marinalva da Silva Ferreira

Prof.^a Dra. Roza Maria Soares da Silva

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia

Área: Educação

Período mínimo de integralização: 4 anos

Período máximo de integralização: 8 anos

Regime letivo: semestral

Turnos de oferta: Matutino

Vagas autorizadas: 40

Carga horária do curso: 3225 horas

Disciplinas do Núcleo de Estudos Básicos: 840 horas

Disciplinas do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos: 1.785

Disciplinas do Núcleo de Estudos Integradores: 825 horas

Disciplinas dos Componentes Letivos Restritivos: 120 horas.

Estágio Curricular Supervisionado: 405 horas

Atividades Complementares (AC): 225 horas

Título acadêmico: Pedagogo

DADOS INSTITUCIONAIS

Nome da instituição: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

CNPJ: 26.677.304/0001-81

Centro: Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras - CCHSL

Endereço: Rua Godofredo Viana, n.º 1300 – CEP: 65.901-480

Bairro/Cidade: Centro, Imperatriz-Maranhão

E-mail: pedagogia.cchsl@uemasul.edu.br

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Cursos ofertados no *Campus Imperatriz*

Quadro 02 – Cursos ofertados no *Campus Açailândia*

Quadro 03 – Cursos ofertados no *Campus Estreito*

Quadro 04 – Comparativo entre a Resolução 1/2006, Resolução 2/2015 e Resolução 2/2019

Quadro 05 – Relação de disciplinas do Grupo I

Quadro 06 – Relação de disciplinas do Grupo II

Quadro 07 – Relação de disciplinas do Grupo III

Quadro 08 – Relações de disciplinas com práticas pedagógicas

Quadro 09 – Relações de disciplinas com carga horária de extensão

Quadro 10 – Corpo Técnico-administrativo

Quadro 11 – Regime de Trabalho dos professores

Quadro 12 – Corpo Docente Efetivo – Regime de Trabalho e Titulação

LEGENDA

CR: Crédito

CT: Carga Horária Teórica

CP: Carga horária de Prática

ACE: Atividades Curriculares de Extensão

EST: Estágio Supervisionado

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA UEMASUL.....	11
2. CONTEXTO REGIONAL	22
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	29
3.1 TRAÇOS HISTÓRICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL	29
3.2 HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEMASUL.....	36
3.2.1 <i>A proposta do curso</i>	37
3.2.2 <i>Titulação conferida pelo Curso</i>	37
3.2.3 <i>Filosofia do curso</i>	37
3.2.4 <i>Referenciais Epistemológicos e Técnicos</i>	39
3.3 JUSTIFICATIVA DO CURSO.....	40
3.4 LEGISLAÇÃO.....	43
4. POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	47
4.1 POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS	47
4.2 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS.....	49
4.3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	51
4.4 POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE.....	52
4.5 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	54
4.6 POLÍTICAS DE APOIO AO DISCENTE	56
4.6.1 <i>Acolhimento e integração acadêmica</i>	59
4.6.2 <i>Bolsa permanência</i>	59
4.6.3 <i>Atuação do serviço social e médico</i>	60
4.6.4 <i>Estágios não obrigatórios remunerados</i>	61
4.6.5 <i>Monitoria</i>	61
4.6.6 <i>Representação Estudantil</i>	62
4.6.7 <i>Acompanhamento do Egresso</i>	62
5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO.....	63
5.1 OBJETIVOS DO CURSO	63
5.1.1 <i>Objetivo Geral</i>	63
5.1.2 <i>Objetivos Específicos</i>	63
5.2 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	64
5.2.1 <i>Articulação das competências com as características locais</i>	65
5.2.2 <i>Habilidades</i>	66
5.3 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO.....	67
5.3.1 <i>Matriz Curricular</i>	71
5.3.2 <i>Ementários e Referências</i>	74
5.3.3 <i>Conteúdos Curriculares</i>	109
5.3.4 <i>Integração Curricular</i>	110
5.3.5 <i>Interdisciplinaridade</i>	110
5.3.6 <i>Compatibilidade entre hora/aula e hora/relógio</i>	111
5.3.7 <i>Articulação ensino/pesquisa/extensão</i>	111
5.4 METODOLOGIA DE ENSINO UTILIZADA NO CURSO.....	116
5.4.1 <i>Práticas pedagógicas Inovadoras</i>	117

5.5 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	118
5.6 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS	119
5.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	120
5.8 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)	121
5.9 PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	122
5.10 NÚMERO DE VAGAS.....	123
5.11 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	123
5.12 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO	124
6. GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO.....	128
6.1 COLEGIADO DO CURSO	128
6.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	129
6.3 DIREÇÃO DE CENTRO	129
6.4 DIREÇÃO DE CURSO	130
6.5 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	130
7. CORPO DOCENTE.....	132
7.1 PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	132
8. INFRAESTRUTURA.....	133
8.1 SALAS DE AULAS	133
8.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DIREÇÃO DE CURSO	133
8.3 SALA DOS PROFESSORES.....	134
8.4 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	134
8.5 BIBLIOTECA	134
8.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR	135
8.7 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS	135
8.7.1 <i>Brinquedoteca</i>	135
8.7.2 <i>Laboratório de Didática</i>	136
REFERÊNCIAS	138

APRESENTAÇÃO

O Curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL) da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) – *campus* de Imperatriz coloca à disposição da comunidade acadêmica seu novo Projeto Pedagógico Curricular. Ele é fruto do trabalho coletivo do seu corpo docente por meio de estudos e reflexões sobre a formação inicial e o exercício da docência e, principalmente, da formação pedagógica desenvolvida em mais de 20 anos de sua existência¹.

A metodologia de trabalho consubstanciou-se a partir de um dinâmico debate sobre o Curso de Pedagogia (Licenciatura) quanto à estrutura curricular e aos fundamentos teórico-metodológicos, resultando na definição do perfil do profissional que pretendemos formar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia.

Iniciamos os trabalhos no segundo semestre de 2019 sob a coordenação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, tendo como ponto de partida a reflexão sobre as especificidades educacionais da Região Tocantina do Maranhão, as exigências (im)postas pelas atuais políticas educacionais e econômicas de nosso país às Instituições de Ensino Superior (IES) e à sociedade.

Nesse semestre, ainda, realizamos um estudo das normas estatutárias e regimentais da UEMASUL e da Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade (PROGESA) através da Coordenadoria de Projetos Pedagógicos (CPP) e também das resoluções, portarias e instruções normativas oriundas dos órgãos do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

No primeiro semestre de 2020, as atividades docentes presenciais na UEMASUL foram suspensas em função das medidas sanitárias decorrentes da pandemia da COVID-19². Contudo, essas medidas [de quase reclusão] não interromperam totalmente os trabalhos, pois apenas passamos a nos reunir através de encontros remotos. Vale ressaltar que anterior à paralização das atividades presenciais já havíamos desenvolvido uma escuta atenta tanto das(os) acadêmicas (os) do curso quanto dos coordenadores de escolas de Educação Infantil e

¹ Este período inclui o tempo do curso sob a responsabilidade do Centro de Estudos Superiores ligado à Universidade Estadual do Maranhão.

² A COVID-19 é uma doença causada pelo novo coronavírus denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros graves. É uma doença causada por um novo vírus que nunca havia sido identificado em humanos.

Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede Municipal de Educação de Imperatriz, a maioria deles, egressos de nosso curso. Entendemos que ouvir esses sujeitos seria privilegiar as vozes que estão diretamente vinculadas ao Curso de Pedagogia no âmbito geral e específico da nossa sociedade.

Na escuta interna, o corpo acadêmico informou as boas experiências que relacionam teoria-prática através da imersão de atividades em ambientes escolares, contribuindo para novos patamares de entendimento do que é ser professor. Quanto à escuta externa dos coordenadores de ensino, destacamos o fato de que os professores egressos dos cursos de Pedagogia – independente de qual a instituição formadora³ – traziam contribuições em termos de metodologias de ensino, contudo, apresentavam sérias deficiências em relação aos fundamentos da Língua Portuguesa, da Matemática e das Ciências Naturais.

Essas informações indicavam que teríamos que lidar com novos sujeitos e exigências, para isso, seria necessário ressignificar nossas práticas pedagógicas fundamentadas em processos didáticos que não fossem focados apenas na transmissão de conhecimento (ARROYO, 2014). Portanto, considerando que o Curso de Pedagogia do CCHSL é presencial, não podemos ignorar que a educação é comunicação, é diálogo, é encontro de sujeitos, interlocutores, que buscam o sentido e significado das ações que desenvolvem (FREIRE, 1977). Isso se dá no âmbito do conhecimento científico, mas, também, na valorização dos saberes e das experiências trazidas pelas(os) estudantes, na participação de docentes e discentes em grupos de pesquisa, em atividades de extensão incorporando o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, o Projeto Pedagógico Curricular que ora apresentamos à comunidade acadêmica, reflete o momento de profundo amadurecimento dos segmentos que compõem a UEMASUL como um todo e, em especial, do Curso de Pedagogia que, em meio às divergências e convergências ocorridas durante sua existência, conseguiu equacionar as decisões a serem tomadas diante da realidade regional e nacional, em termos de educação.

Os avanços tecnológicos, os limites impostos pela economia de mercado, as questões ambientais, a necessidade de superar barreiras, preconceitos e estigmas em direção a uma formação mais humana, foram os eixos que nortearam as discussões e, conseqüentemente, a elaboração deste PPC.

³ Na cidade de Imperatriz temos o curso de Pedagogia presencial em quatro IES, sendo duas da iniciativa pública e duas da iniciativa privada.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA UEMASUL

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) é uma autarquia de natureza pública localizada na região sudoeste do Maranhão. Possui autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial. Possui cursos na modalidade presencial com habilitação em bacharelado, licenciatura e tecnólogo distribuídos nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Engenharia, Linguística, Letras e Artes, Ciências Biológicas e Ciências Sociais Aplicadas.

A visão da UEMASUL para os próximos 5(cinco) anos é se tornar uma universidade de referência regional no ensino, pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo, promovendo transformação e desenvolvimento da região. Quanto a missão, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2022-2026), é produzir e difundir conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, consequentemente, formar profissionais éticos e competentes, com responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável da região Tocantina do Maranhão, contribuindo para a elevação cultural, social e científica tanto do Maranhão quanto em nível nacional.

A UEMASUL possui como valores institucionais, a gestão democrática, promoção de sustentabilidade, ética, estímulo à inovação e ao empreendedorismo, respeito a diversidade, autonomia e responsabilidade social, transparência e compromisso com a sociedade e com o bem público; valorização dos discentes, docentes e técnicos-administrativos e compromisso com a sociedade da Região Tocantina do Maranhão.

Como parte integrante do projeto de regionalização da Educação Superior do Estado do Maranhão, no dia 06 de setembro de 2016, o chefe do Poder Executivo, Governador Flávio Dino, enviou à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA) o Projeto de Lei n.º 181/2016 para a criação UEMASUL. Assim, após debate na Sessão Ordinária da ALEMA, no dia 26 de outubro de 2016, o projeto foi aprovado por unanimidade pelos trinta e dois deputados presentes. Em 03 de novembro de 2016, o Governador assinou a Lei Estadual n.º 10.525, que criou a primeira Instituição de Ensino Superior Regional do Estado do Maranhão, incorporando a sua estrutura dois *campi* – Imperatriz e Açailândia, que antes pertenciam à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Continuamente, o Decreto Estadual n.º 32.397, de 11 de novembro de 2016, designou a Comissão de Transição e Instalação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, com a missão de diagnosticar as atividades de implantação e dar efetividade à Lei

n.º 10.525/2016. Nesta mesma data, o Decreto Estadual n.º 32.396 definiu que a área de atuação territorial da UEMASUL abrangeria vinte e dois municípios do Estado do Maranhão.

A UEMASUL, juntamente com a UEMA, o Instituto Estadual do Maranhão (IEMA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), passou a integrar o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criado pela Lei Estadual n.º 7.844, de 31 de janeiro de 2003, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

Em 01 de janeiro de 2017, a UEMASUL passou a existir como a primeira Universidade Regional do Estado do Maranhão, conduzida por uma gestão *pró-tempore*, que representou a segunda etapa da sua criação. Nomeada pelo Governador Flávio Dino, a Gestão *pró-tempore* teve vigência até 31 de dezembro do mesmo ano. A posse da primeira reitora, Professora Elizabeth Nunes Fernandes e do vice-reitor Professor Antônio Expedito Ferreira Barroso de Carvalho, ocorreu em solenidade pública com a presença de representantes de diversos segmentos da sociedade.

Ao decorrer do primeiro ano de funcionamento da UEMASUL alguns fatos foram marcantes para a história desta IES. A Medida Provisória, de autoria do Poder Executivo Estadual n.º 227, de 21 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a organização administrativa da UEMASUL, os cargos em Comissão, o Conselho Universitário (CONSUN) e o Conselho Estratégico Social (CONEST), foi transformada na Lei Estadual n.º 10.558, de 06 de março de 2017.

Com pouco mais de 70 dias de funcionamento, em 15 de março de 2017, e, em meio a planejamento e obras de reforma e expansão, ocorreu a aula inaugural da mais nova Universidade Pública do Brasil. Outro marco importante foi a primeira outorga de grau dos cursos de graduação da UEMASUL, em 05 de abril de 2018. A solenidade foi marcada pela alegria e emoção dos formandos, seus familiares e de toda a comunidade acadêmica, reafirmando a função desta IES na sociedade.

Entre tantos outros acontecimentos importantes, destacam-se a elaboração do primeiro Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2017-2021, resultado do comprometimento de toda a comunidade acadêmica. O primeiro PDI foi aprovado pela Resolução n.º 013/2017-CONSUN/UEMASUL.

A solicitação de credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação iniciou em julho de 2017. O anúncio do credenciamento aconteceu em 14 de dezembro de 2017, antes da Universidade completar um ano de funcionamento. Com o relatório da Comissão de Avaliação

e do parecer favorável da Câmara de Ensino Superior, o plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, o credenciamento da UEMASUL por cinco anos, prazo máximo que pode ser dado a uma instituição.

Para exercer sua vocação de atuação e desenvolvimento regional, ainda no primeiro ano de UEMASUL, iniciou-se o processo de construção de novo *campus* para o Centro de Ciências Agrárias (CCA), em área doada pelo Sindicato Rural de Imperatriz - SINRURAL. Em 03 de novembro de 2021, o novo *campus* foi inaugurado e está em funcionamento. Expandindo a atuação desta IES, foi criado e instalado o *campus* no município de Estreito.

O chefe do Poder Executivo Municipal de Estreito, o então prefeito Cícero Neco Moraes, com aprovação da Lei Municipal, doou um prédio com 3.336 m², em uma área total de 20.000 m² para a Universidade. Para a escolha dos cursos que seriam ofertados, uma audiência pública foi realizada em 03 de maio de 2017 no município.

O novo *campus* recebeu a denominação de Centro de Ciência Agrárias, Naturais e Letras (CCANL), conforme estabelece a Lei Estadual n.º 10.694, de 05 de outubro de 2018. Encontra-se em funcionamento desde 2020, quando ingressaram as primeiras turmas com oferta de 120 vagas para cursos de Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, de Ciências Naturais Licenciatura (Física/Matemática) e de Engenharia Agrônômica.

Em agosto de 2017, houve outra Audiência Pública na cidade de Amarante do Maranhão com representantes da sociedade civil organizada, representantes do Ministério Público Estadual, dos Poderes Executivo e Legislativo e municípios de Buritirana e Sítio Novo, ocasião em que foi apresentada a demanda da região por Ensino Superior.

A UEMASUL, considerando seu comprometimento em democratizar o acesso ao Ensino Superior, por meio de planejamento, estudo e análises de dados educacionais da região, e experiência obtida nas audiências públicas em 2017, elaborou o Projeto para Formação de Professores - Caminhos do Sertão (Resolução n.º 049/2018-CONSUN/UEMASUL), visando ofertar cursos de licenciatura para a comunidade da sua área de atuação territorial, em cooperação com quatro municípios/polos das Unidades Avançadas, a considerar: Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios.

O Programa teve sua criação aprovada pelo CONSUN e autorizado seu funcionamento pela Resolução n.º 56/2019-CEE-MA do Conselho Estadual de Educação. Em 14 de fevereiro de 2020, em uma solenidade oficial com a participação das Prefeituras, o Programa foi lançado e ocorreu também as assinaturas de Acordos de Cooperação Técnica entre os gestores dos municípios das quatro Unidades Avançadas e a UEMASUL.

No dia 25 de novembro de 2021, foi assinado o contrato n.º 026/2021, que tem como objeto o apoio para a execução do Programa juntamente com a Fundação Sousem que terá o prazo de quatro anos para o seu desenvolvimento. Em virtude da pandemia do COVID-19, o programa foi efetivado somente no ano de 2022, com a realização do seu vestibular.

Ainda em 2017, foi implantado o Restaurante Popular e Universitário (RPU), proveniente de um Acordo de Cooperação firmado entre a UEMASUL e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES), ofertando 1000 (hum mil) refeições diárias, sendo 400 destinadas aos discentes e servidores(as) da UEMASUL. Para atender ao aumento da demanda, o número de refeições em 2022 foi elevado para 1.100 (hum mil e cem).

A terceira etapa da Universidade, denominada Período de Implantação, foi marcada pela Resolução n.º 014/2017- CONSUN/UEMASUL, que convocou a comunidade acadêmica para a primeira eleição para reitor e vice-reitor da UEMASUL. Não havendo registros de candidaturas para composição de lista tríplice para a eleição, a Professora Elizabeth Nunes Fernandes e o Professor Antônio Expedito Ferreira Barroso de Carvalho, após consulta à comunidade acadêmica, foram reconduzidos pelo Governo do Estado aos cargos de Reitora e Vice-Reitor, respectivamente.

Foi no segundo ano da UEMASUL que aconteceu a aprovação do primeiro Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Profissional em Letras (PPGLE), criado pela Resolução n.º 035/2018 - CONSUN/UEMASUL e aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no primeiro semestre de 2019, tendo a primeira defesa de dissertação em 28 de setembro de 2021.

Criado em 5 de julho de 2018, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) foi aprovado na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) pela Lei Nº 10.880. Nela estão previstos os cursos de Medicina, Farmácia e Saúde Coletiva, todos na modalidade Bacharelado. A criação do CCS foi resultado de um processo intenso de estudos. O curso de Medicina foi criado pela Resolução n.º 075/2019-CONSUN/UEMASUL, que também autorizou o funcionamento e aprova o Projeto Pedagógico do curso.

No percurso do quadriênio 2017-2021 foi aprovado o Plano de Internacionalização pela Resolução n.º 078/2019-CONSUN/UEMASUL, com o objetivo de fomentar ações de internacionalização, com foco na construção de um ambiente internacional no dia a dia da Universidade. Neste cenário, até então, a UEMASUL se configurava como a única instituição pública de Ensino Superior do Maranhão selecionada para o Programa ETA (Assistentes do

Ensino de Língua Inglesa) do Programa *Fulbright* e o *English Language Fellow* (professor especialista de língua inglesa) da Embaixada Americana.

Em 2019, a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Estratégico - CONEST/UEMASUL foi regulamentada pela Resolução n.º 089/2019- CONSUN/UEMASUL. O CONEST, órgão superior consultivo, foi criado para subsidiar a Universidade na gestão de suas políticas públicas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação no âmbito das Unidades de Atuação.

Em 2020, a UEMASUL oficializou sua participação no Contrato Organizativo de Ação de Ensino-Saúde (COAPES). A assinatura do contrato representou avanço, garantindo os cenários de prática para os ingressantes do curso de Medicina, tendo em vista que o COAPES atua no fortalecimento da formação de profissionais de saúde em consonância aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

No mesmo ano, com o enfrentamento da pandemia da COVID-19, no sentido de diminuir os seus impactos nas atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, a Universidade buscou adotar medidas de proteção e controle, assim como a observância das recomendações das autoridades sanitárias e governamentais do Estado.

Em 16 de março de 2020, com a publicação do Decreto Estadual n.º 35.662, as atividades presenciais, acadêmicas e administrativas da UEMASUL foram suspensas. Criou-se, então, o Comitê de Monitoramento e Avaliação (CMA) em março de 2020, por meio da Portaria n.º 134/2020-GR/UEMASUL, para acompanhamento das ações de prevenção e enfrentamento da pandemia do novo coronavírus no âmbito da Universidade. Objetivando analisar a situação epidemiológica da COVID-19 e discutir as ações necessárias a serem adotadas na UEMASUL, O CMA foi organizado em 4 eixos principais, sendo: Administrativo, Ensino, Pesquisa e Extensão, Promoção à Saúde e Comunicação.

Em virtude da situação de excepcionalidade decorrente da pandemia, o CONSUN aprovou diretrizes para o ensino emergencial remoto e demais atividades acadêmicas, como a alteração do Calendário Acadêmico de 2020. Ademais, autorizou a realização dos processos seletivos de forma remota para a contratação de professores no âmbito do Ensino Remoto Emergencial e, em 14 de abril, foi realizada a primeira cerimônia remota, conforme definia a Resolução n.º 103/2020-CONSUN/UEMASUL.

No enfrentamento da pandemia, para atender à necessidade de manutenção das políticas de ações afirmativas e de inclusão que preceituam o acesso e a permanência nas Universidades Públicas, foi criado o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital. O programa

universalizou o fornecimento de chips de dados móveis para discentes e docentes, que se inscreveram por meio de edital específico.

No contínuo compromisso com a Região Tocantina, em novembro de 2020, visando atender à demanda de oferta de cursos no *campus* Açailândia, foi instituída comissão, que contou com a participação de membros internos e externos para implantação do curso de Direito (bacharelado). A Portaria n.º 233/2020-GR/UEMASUL instituiu a Comissão para acompanhamento técnico da implantação do curso de Bacharel em Direito do Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras (CCHSTL).

O ano de 2021 iniciou com a cerimônia de posse das Conselheiras e Conselheiros do CONEST. De forma remota, essa cerimônia reafirmou o compromisso da UEMASUL com a sociedade, pois é neste Conselho que a comunidade irá participar das discussões relacionadas à Universidade, opinando sobre temas diversos. A pluralidade dos atores é demonstrada na composição do CONEST, pois dele participam representantes de movimentos sociais, entidades sindicais, indústria e comércio, povos indígenas, organizações não governamentais, representantes dos docentes e dos discentes da Educação Básica e dos egressos da UEMASUL.

No mesmo ano, em 2021, também se assinou um importante convênio que criou o Programa de Residência Profissional em Ciências Agrárias. Celebrado entre a FAPEMA, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão (SAGRIMA), a UEMA e a UEMASUL. O Programa de Residência Profissional proporciona um período de treinamento prático, orientado e supervisionado que une teoria e prática, visando a melhor qualificação e oportunidades de trabalho aos egressos dos cursos-alvo, e com supervisão dos docentes da UEMASUL e da UEMA.

Ainda no ano de 2021, com vistas a ampliação estrutural da UEMASUL, em 1º de julho, foi adquirido pelo Governo do Estado do Maranhão um prédio para atender às demandas dos centros: CCS, CCHSL e CCENT. A área total do prédio adquirido é de 8.415 m², ampliando a estrutura física institucional para as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, bem como as atividades de natureza administrativas.

Também em julho de 2021, a UEMASUL recebeu do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), o registro de Credenciamento Institucional para avaliar Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica (CIAEP). A solicitação foi realizada por meio do Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA), criado em janeiro do mesmo ano. Com o registro de CIAEP, a UEMASUL também poderá avaliar e autorizar outras instituições a realizarem atividades com animais.

Em continuidade, o CCENT, *campus* Imperatriz, recebeu a reestruturação dos espaços para os Laboratórios de Ensino de Matemática (LEMA) e o Laboratório Didático de Formação Básica Magno Urbano de Macedo para atender às necessidades dos cursos de Matemática, Física, Ciências Biológicas e Química. Proporcionando a discentes e docentes ambientes adequados para o desenvolvimento das atividades e contribuindo para a melhoria da formação acadêmica.

Em setembro de 2021, a UEMASUL e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) assinaram um Acordo de Cooperação Internacional. O objetivo do acordo é estabelecer o intercâmbio de conhecimentos e assistência técnica e científica, relacionados ao Ensino, a Pesquisa, a Extensão, a Inovação, a administração universitária e a capacitação de recursos humanos entre as duas instituições.

A democracia sempre foi um dos valores norteadores da UEMASUL e, alinhada a esse compromisso, foi iniciada a construção do Estatuto da Instituição. O processo de elaboração se deu mediante uma Estatuinte com regras e normas estabelecidas pelas Resoluções n.º 065/2020 - CONSUN-UEMASUL e n.º 113/2020- CONSUN/UEMASUL. Um processo no qual a comunidade acadêmica deve participar, para discutir as propostas durante o Congresso Estatuinte da UEMASUL.

Ocorreu também neste mesmo ano a convocação para a eleição de composição da lista tríplice para Reitor(a) e Vice-Reitor(a), pelo Conselho Universitário (CONSUN), por meio da Resolução n.º 142/2021 - CONSUN/UEMASUL. A primeira eleição foi realizada em 08 de outubro de 2021, regida pelo Edital n.º 01/2021 CE-UEMASUL para o período de 2022 a 2025. Houve registro de cinco chapas, sendo a chapa mais votada a composta pelas professoras Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves e Lilian Castelo Branco de Lima, empossadas pelo Governo do Estado para os cargos de Reitora e Vice-Reitora, respectivamente.

Outro importante registro é a ampliação do acervo da instituição com a plataforma Minha Biblioteca, disponibilizando cerca de 11.500 títulos nas áreas de Ciências Exatas, Engenharias, áreas Médicas, servindo de apoio informacional também nos cursos da área Jurídica. Assim, além das bibliotecas físicas nos quatro *campi*, e a biblioteca *Pearson*, já disponibilizada à comunidade acadêmica, a UEMASUL contará com mais uma plataforma, integrada ao sistema SIGAA - a Minha Biblioteca.

No processo de construção deste PDI, já em 2022, a UEMASUL tem passado por transformações significativas no seu desenvolvimento institucional, apresenta-se a reestruturação administrativa, que reconfigurou a gestão da instituição com a criação de 34

novos cargos distribuídos entre as Pró-Reitorias, bem como a criação da Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEXAE). Ainda na estrutura organizacional, foram criados a Editora Universitária e o Núcleo de Inovação Tecnológica. Além da criação do primeiro Estatuto, normas de graduação, novas normas de concursos e seletivos.

Soma-se a essas questões no ano de 2022, a liberação de 40 vagas para concursos em todos os cursos da instituição, a reestruturação no quadro institucional do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT), construção/reforma de infraestrutura laboratorial, aumento no valor pago para as bolsas estudantis dos programas de Iniciação Científica, Extensão, Inovação Tecnológica, Apoio Técnico Institucional, aumento no valor pago para as bolsas destinadas para a qualificação de docentes de mestrado e doutorado e a implantação do curso de Direito (bacharelado) no CCHSTL.

Além dessas transformações, ratifica-se o papel das políticas de apoio a discentes da UEMASUL, na medida em que foi elevado o quantitativo de auxílios do programa permanência e houve a criação dos auxílios: transporte, alimentação, creche, refeição e moradia. Enquanto parte integrante da política de acompanhamento do egresso da UEMASUL, destaca-se a criação da residência profissional em Engenharias e Arquitetura (Resolução n.º 166/2022 CONSUN/UEMASUL).

Nesse contexto de conquistas institucionais, evidencia-se também o aumento da frota de veículos com vistas à otimização do deslocamento de discentes para atividades acadêmico-científicas. No que se refere aos servidores, como resultado de processo de valorização profissional, tivemos o aumento das gratificações. Para os professores efetivos, a Medida Provisória n.º 378, 15 de fevereiro de 2022, além de criar a categoria de professor associado, ampliando o plano de carreiras, autorizou a realização de concurso público para 40 novas vagas.

Os cursos de graduação ofertados atualmente nos *campi* da UEMASUL estão listados nos quadros a seguir:

Quadro 1- Cursos ofertados no *campus* Imperatriz

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS										
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Número de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso	Último parecer de reconhecimento	Data do Parecer	Prazo para renovação
1	Medicina	Bacharelado	6	80	Integral	2020	Res. n.º 075/2019 CONSUN UEMASUL	Três anos para o primeiro recebimento		

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA										
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Número de Vagas Anuais	Turno	Ano de início	Ato de criação	Último Parecer de Reconhecimento	Data do parecer	Prazo para Renovação
1	Engenharia Agrônômica	B.Sc.	5	40	Int.	2003	Res. n.º 116/1994 CONSUN UEMA	Resolução n.º 177/2018 CEE	22/08/2018	22/08/2023
2	Engenharia Florestal	B.Sc.	5	30	Int.	2001	Res. n.º 804/2010 CONSUN UEMA	Resolução n.º 107/2015 CEE	23/07/2015	23/07/2020
3	Medicina Veterinária	B.Sc.	5	30	Int.	2003	Res. n.º 116/1994 CONSUN UEMA	Resolução n.º 167/2018 CEE	24/04/2018	24/04/2021

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS – CCHSL										
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Número de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso	Último parecer de reconhecimento	Data do Parecer	Prazo para renovação
1	Adm.	B.Sc	4	35	Ves Not	1993	Res. n.º 451/1996 CEE	Res. n.º 152/2016 CEE	01/11/2016	01/11/2021
2	Geo.	Lic.	4	40	Not	1995	MP. n.º 938/95- SESU	Res. n.º 81/2016 CEE	12/07/2016	12/07/2019
3	Hist.	Lic.	4	40	Mat Not	1992	Res. n.º 100/1992	Res. n.º 61/2016-CEE	24/05/2016	24/05/2021
4	Let Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literatura	Lic.	4	35	Ves Not	1986	Resolução n.º 917/2015 CONSUN UEMA	Res. n.º 186/2016 CEE	06/12/2016	06/12/2021
5	Letras Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa	Lic.	4	35	Not	1974	Lei municipal n.º 10/1973 Res. n.º 914/2015 CONSUN UEMA	Res. n.º 184/2016 CEE	06/12/2016	06/12/2021
6	Letras Inglês	Lic.	4	40	Ves Not	2020	Res. n.º 073/2019 CONSUN UEMAUSL	Dois anos para o primeiro Recebimento		
7	Pedagogia	Lic.	4	40	Mat	2002	Res. n.º 118/1994 CONSUN UEMA	Res. n.º 166/2018 CEE	29/05/2018	29/05/2023

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, NATURAIS E TECNOLÓGICAS – CCENT										
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Número de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso	Último parecer de reconhecimento	Data do Parecer	Prazo para renovação
1	Física	Lic.	4	30	Not	2008	Res. n.º 737/2008-CONSUN	Res. n.º 93/2019-CEE	02/05/2019	04/12/2023
2	Ciências Biológicas	Lic.	4	40	Mat Ves	2008	Res. n.º 707/2008 CONSUN UEMA	Res. n.º 228/2013-CEE	28/11/2013	28/11/2017
3	Química	Lic.	4	40	Mat Ves	2014	Res. n.º 855/2013 CONSUN /UEMA	Res. n.º 141/2016-CEE	06/10/2016	06/10/2021
4	Matemática	Lic.	4	40	Not	2015	Res. n.º 918/2015 CONSUN UEMA	Res. n.º 89/2016	28/07/2016	28/07/2021
5	Ciências com Habilitação em Matemática	Lic.	4	30	Not	1985		Res. n.º 152/2012 CEE	23/08/2012	Fim único de emissão de diplomas
6	Ciências com Habilitação em Biologia	Lic.						Res. n.º 219/2012 CEE		

Fonte: CPP (2020).

Quadro 2 - Cursos ofertados no *campus* Estreito

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, NATURAIS E LETRAS – CCANL										
Nº	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Número de vagas anuais	Turno	Ano de início	Ato de criação do curso	Último parecer de reconhecimento	Data do parecer	Prazo para Renovação
01	Letras Língua Portuguesa e Literaturas	Licenciatura	4	40	Not.	2020	Res. n.º 071/2019 CONSUN/UEMASUL	Dois anos para o primeiro reconhecimento		
02	Ciências Naturais Licenciatura em Matemática ou Física	Licenciatura	4	80	Not.	2020	Res. n.º 072/2019 CONSUN/UEMASUL	Dois anos para o primeiro reconhecimento		
03	Engenharia Agrônoma	Bacharelado	5	40	Diu	2020	Res. n.º 079/2019 CONSUN/UEMASUL	Dois anos e meio para o primeiro reconhecimento		

Fonte: CPP (2020).

Quadro 3 - Cursos ofertados no campus Açailândia

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, TECNOLÓGICAS E LETRAS – CCHSTL										
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Número de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso	Último parecer de reconhecimento	Data do Parecer	Prazo para Renovação
1	Administração	Bacharelado	4	60	Vesp Not	2009	Res. n.º 663/2006 CONSUN UEMA	Res. n.º 36/2016 CEE	29/03/ 2016	29/03/ 2021
2	Letras Licenciatura com Habilitação em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa	Licenciatura	4	60	Vesp Not	2006	Res. n.º 663/2006 CONSUN UEMA	Res. n.º 170//2019 CEE Res. n.º 001/2020 CEE	21/10/ 2019 02/01/20	Fim único de emissão de diploma no período de 2006 a 2015
3	Letras, Licenciatura, em Língua Portuguesa, e Literatura de Língua Portuguesa	Licenciatura	4	40	Vesp Not	2016	Res. n.º 910/2015 CONSUN UEMA	-	-	Aguardan do o primeiro reconheci- mento
4	Tecnologia de Gestão Ambiental	Tecnólogo	2	35	Not	2012	Res. n.º 831/2012 CONSUN UEMA	Res. n.º 131/16 CEE	27/09/ 2016	27/09/2020
5	Engenharia Civil	Bacharelado	5	80	Int	2016	Res. n.º 940/2016 CONSUN UEMA	Curso Autorizado		Está em processo do primeiro reconheci- mento
6	Pedagogia	Licenciatura	4	40	Mat	2020	Resolução n.º 074/2019 CONSUN UEMASUL	Dois anos para o primeiro recebimento		

Fonte: CPP (2020).

Quadro 04 – Cursos ofertados nas Unidades Avançadas no “Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão”

Nº	CURSO	VAGAS POR MUNICÍPIO				Total	Duração (Anos)		ATO DE CRIAÇÃO
		Amarante	Itinga	Porto Franco	Vila Nova dos Martiros				
1	Ciências Biológicas	40	40	-	40	120	4	20 20	Res. n.º 083/2019 CONSUN/UEMASUL
2	Geografia	40	40	40	40	160	4	20 20	Res. n.º 082/2019 CONSUN/UEMASUL
3	Letras Língua Port. e Literatura	40	40	40	40	160	4	20 20	Res. n.º 081/2019 CONSUN/UEMASUL
4	Matemática	40	40	40	40	160	4	20 20	Res. n.º 084/2019 CONSUN/UEMASUL
5	Pedagogia	40	40	80	40	200	4	20 20	Res. n.º 080/2019 CONSUN/UEMASUL
TOTAL		200	200	200	200	800			

Fonte: CPP (2020).

2. CONTEXTO REGIONAL

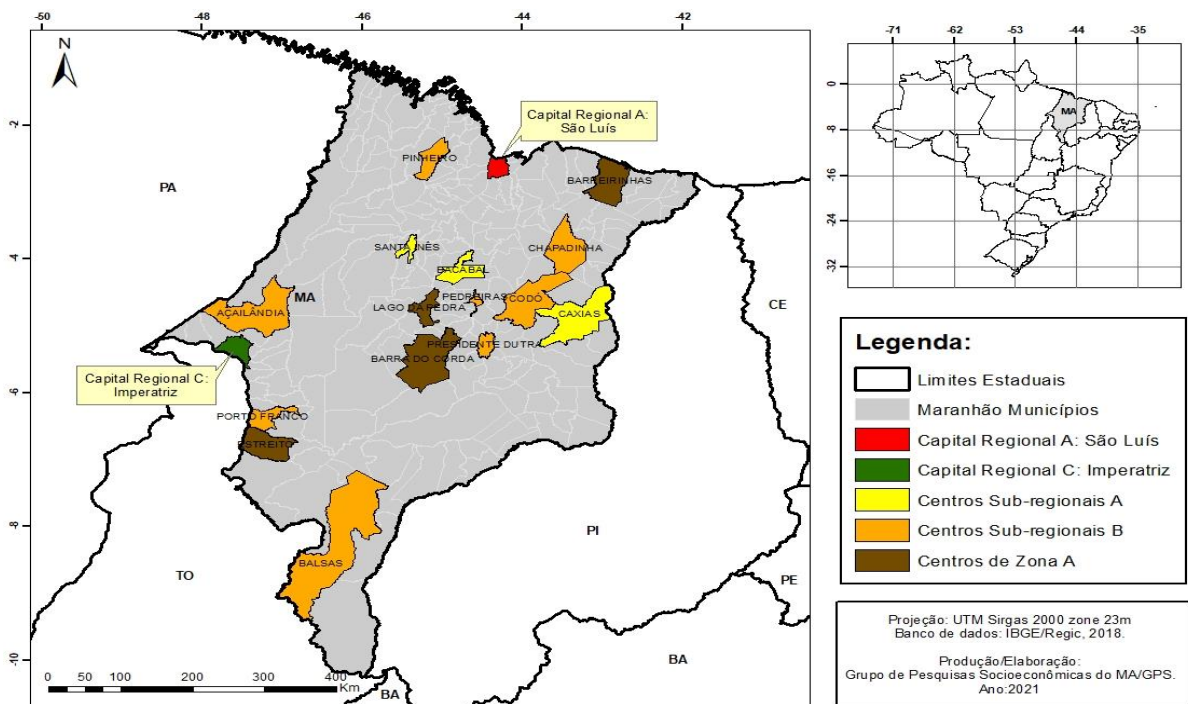
A natureza histórica da ocupação e povoamento do território maranhense legou diferenças e desigualdades que expressam peculiaridades entre as suas regiões, ou seja, entre a região norte e a porção meridional do estado do Maranhão. No conjunto dos aspectos que permitem identificar estas diferenças estão os diversos hábitos culturais que se expressam através da conquista e colonização portuguesa, sendo marcantes, principalmente, na porção setentrional (norte) do estado e as desigualdades socioeconômicas que foram construídas historicamente entre esta parte do território maranhense e a região sul maranhense, demonstrando assim, as parcas preocupações e o distanciamento do governo central, presente na capital São Luís, no que se refere ao desenvolvimento de ações políticas, econômicas e culturais em relação à porção meridional maranhense (SOUSA, 2015, p. 75).

Ademais, as ações de descentralização conduzidas pelo governo estadual, no período atual, muito mais que sinalizar para a consolidação da UEMASUL têm demonstrado o seu interesse no desenvolvimento maranhense. Prioritariamente, investir na ampliação da oferta de cursos e em um gerenciamento próximo de ações voltadas ao Ensino Superior, principalmente em áreas com demandas históricas expressivas no âmbito público, como a medicina.

Em discussão sobre desenvolvimento regional e Educação em Imperatriz, Gonçalves (2015, p. 51) assegura que, dado a inserção e influência de Imperatriz para o seu entorno, esta se situa em um patamar de importância regional, por ser uma cidade com população estimada em 259.980 habitantes (IBGE, 2021), que vem se fortalecendo com sua posição estratégica de localização geográfica e por ter papel relevante na educação, contribuindo com o processo de desenvolvimento local.

No Maranhão, destacam-se cinco principais níveis de hierarquização das cidades (Mapa 01), segundo a pesquisa Regic (IBGE, 2018), quais sejam: Capital Regional A (São Luís, 1.101.884 habitantes), Capital Regional C (Imperatriz, 259.980 habitantes), Centros Sub-regionais A (Santa Inês, 89.489; Bacabal, 104.949 habitantes; Caxias, 164.800 habitantes), Centros Sub-regionais B (Açailândia, 112.445 habitantes; Pedreiras, 39.191 habitantes; Porto Franco, 24.091 habitantes; Balsas, 95.929 habitantes; Chapadinha, 80.195 habitantes; Codó, 122.859 habitantes; Pinheiro, 84.777 habitantes; e Presidente Dutra, 48.036 habitantes) e Centros de Zona A (Estreito, 41.497 habitantes; Barra do Corda, 88.212 habitantes; Barreirinhas, 63.217 habitantes; e Lago da Pedra, 50.616, habitantes).

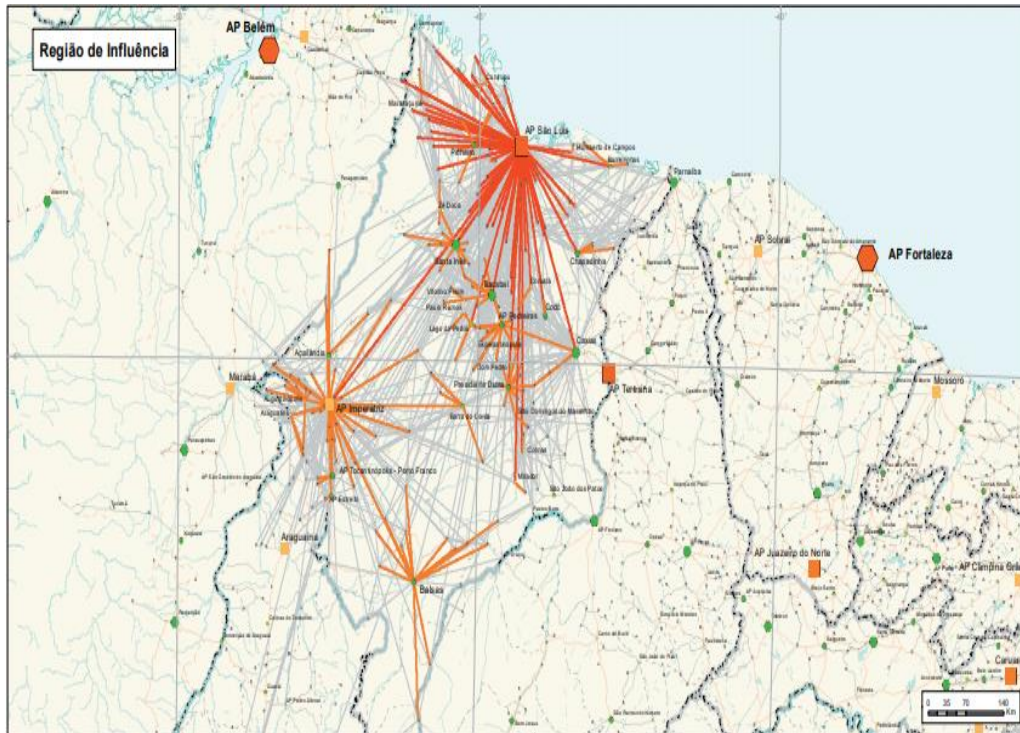
Mapa 01 – Hierarquia das cidades no Maranhão



Fonte: Regic (IBGE, 2018).

Para ilustrar a inserção regional de Imperatriz, dentro da rede urbano-regional do Maranhão, apresenta-se o Mapa 02, a seguir, constituída a partir do documento que trata da Região de influência das cidades – REGIC/IBGE (2018).

Mapa 02 – Mapa da rede urbana do Maranhão



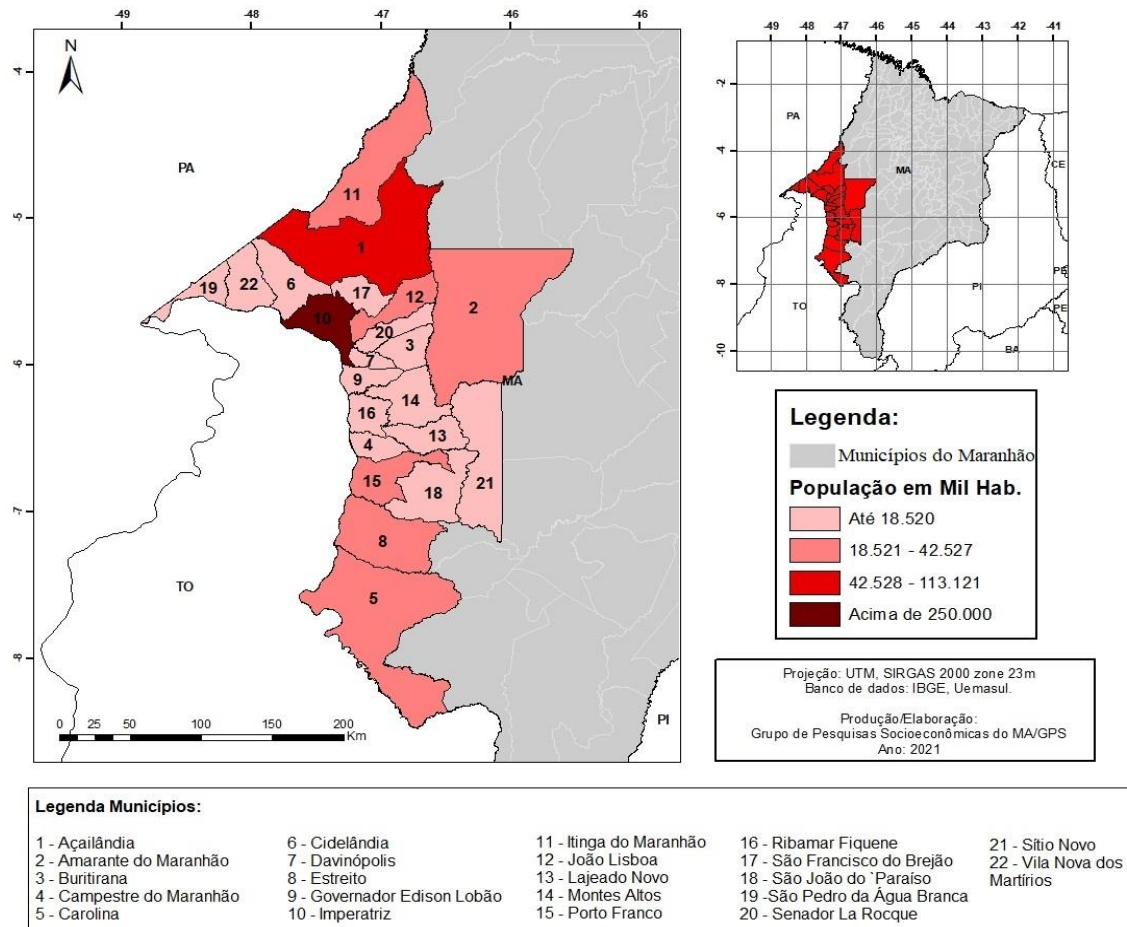
Fonte: Regic (IBGE, 2018).

No que diz respeito aos processos de inserção regional da UEMASUL, pode-se afirmar que a sua abrangência territorial está pautada nos seguintes níveis de atuação:

- ✓ Cursos presenciais de Graduação Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo;
- ✓ Pós-graduação *Lato Sensu*;
- ✓ Pós-graduação *Stricto Sensu*.

A UEMASUL apresenta a sua inserção em um conjunto de 22 (vinte dois) municípios da Região Tocantina, a saber: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Campestre do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque, Sítio Novo do Maranhão e Vila Nova dos Martírios, conforme demonstrado no Mapa 3:

Mapa 03 - Área de abrangência territorial da UEMASUL, definida pelo Decreto Estadual n.º 32.396/2016



Fonte: IBGE, UEMASUL (2021).

Dos 22 municípios que se encontram na área de abrangência territorial da UEMASUL, apenas Açailândia, Porto Franco e Imperatriz se enquadram no conjunto de cidades médias⁴. Os demais municípios são de pequeno porte. Eles apresentam em seus quadros demográficos, população total inferior a 30.000 habitantes. Outro dado relevante a ser considerado diz respeito ao período de instalação dos municípios. Dos 22 (vinte e dois) municípios apontados, 15 (quinze) foram instalados após a segunda metade do século XX, sendo que os municípios de Carolina, Porto Franco e Imperatriz foram instalados ainda no século XIX.

A configuração regional dos municípios que estão sob a responsabilidade da UEMASUL é bastante heterogênea e complexa, refletindo, desse modo, as particularidades de seus processos de formação histórica e social. Outro elemento essencial que contribui para

⁴ Soares (1999); Corrêa (2007) Spósito (2001) e Spósito (org.) (2007), após mais de três décadas de estudos têm indicado importantes instrumentos e critérios teórico-metodológicos, que têm servido de referência para qualificar e caracterizar esses espaços (cidades médias), no interior da dinâmica urbana brasileira. Tratam-se dos espaços (cidades) que dispõem de quantitativo populacional variando entre 100.000 (cem mil) a 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

explicar a complexidade dos municípios que estão sob a jurisdição da UEMASUL, diz respeito às suas diferenças e desigualdades socioeconômicas.

Quanto à composição do Índice de Desenvolvimento dos Municípios (IDHM), com ênfase nos indicadores de Renda e Educação, apresentam-se os dados na Tabela 01 a seguir:

Tabela 01 - Composição do Índice do Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) com ênfase nos indicadores de renda e educação.

MUNICÍPIOS	IDHM (2000)	IDHM (2010)	IDHM Renda (2000)	IDHM Renda (2010)	IDHM Educação (2000)	IDHM Educação (2010)
Açailândia (MA)	0,498	0,672	0,579	0,643	0,311	0,602
Amarante do Maranhão (MA)	0,374	0,555	0,430	0,541	0,217	0,441
Buritirana (MA)	0,376	0,583	0,405	0,540	0,217	0,505
Campestre do Maranhão (MA)	0,441	0,652	0,495	0,611	0,259	0,586
Carolina (MA)	0,476	0,634	0,541	0,600	0,291	0,529
Cidelândia (MA)	0,414	0,600	0,481	0,562	0,242	0,529
Davinópolis (MA)	0,418	0,607	0,461	0,561	0,256	0,535
Estreito (MA)	0,468	0,659	0,553	0,666	0,271	0,536
Governador Edison Lobão (MA)	0,422	0,629	0,476	0,589	0,243	0,552
Imperatriz (MA)	0,591	0,731	0,623	0,697	0,465	0,698
Itinga do Maranhão (MA)	0,480	0,630	0,614	0,601	0,290	0,545
João Lisboa (MA)	0,454	0,641	0,511	0,585	0,281	0,573
Lajeado Novo (MA)	0,374	0,589	0,479	0,561	0,172	0,494
Montes Altos (MA)	0,412	0,575	0,484	0,534	0,237	0,486
Porto Franco (MA)	0,504	0,684	0,576	0,664	0,324	0,606
Ribamar Fiquene (MA)	0,402	0,615	0,487	0,592	0,220	0,527
São Francisco do Brejão (MA)	0,424	0,584	0,505	0,556	0,242	0,479
São João do Paraíso (MA)	0,421	0,609	0,489	0,554	0,235	0,542
São Pedro da Água Branca (MA)	0,415	0,605	0,498	0,577	0,237	0,523
Senador La Rocque (MA)	0,392	0,602	0,449	0,570	0,220	0,515
Sítio Novo (MA)	0,376	0,564	0,470	0,509	0,177	0,456
Vila Nova dos Martírios (MA)	0,379	0,581	0,467	0,555	0,192	0,491
Brasil	0,612	0,727	0,692	0,739	0,456	0,637

Fonte: IPEA/FJP (2013). Organização: Jailson de Macedo Sousa (2017).

Os dados expostos na Tabela 01 revelam esta realidade, ao retratar a composição da renda média desses municípios. Essas informações estão disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Elas foram sistematizadas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP).

Conforme os dados dispostos na Tabela acima, constata-se que apenas os Municípios de Açailândia e Imperatriz registraram índices considerados satisfatórios. No conjunto dos municípios que integram a área de abrangência da UEMASUL, os referidos municípios contabilizaram no ano de 2010 maiores avanços no IDHM⁵ e estão em destaque. Dessa forma,

⁵ O IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios é um indicador que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda

os dados revelam o papel desafiador a ser desempenhado pela UEMASUL em planejar ações que concorram para a mudança da realidade regional.

Esse cenário observado para os municípios de Imperatriz e Açailândia, pode ser explicado por força de seu desempenho nos setores de agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, comércio, indústria e serviços. Os municípios citados se destacam por serem os grandes polos econômicos, políticos, culturais e populacionais do Maranhão, que aglutinam o sudoeste do Estado, norte do Tocantins e sul do Pará.

Os dados econômicos relativos ao desempenho do PIB mostram que essa região tem crescido acima da média do Estado do Maranhão, do Nordeste e até mesmo do país. Esse crescimento se deve, em parte, à dinâmica econômica apresentada por setores direta ou indiretamente articulados aos grandes empreendimentos e suas ramificações (carvoarias, guzerias e plantações homogêneas com fins industriais). Tal cenário desafia ainda mais a UEMASUL a se definir nesse espaço geográfico, enquanto instituição promotora de conhecimento científico que visa o desenvolvimento econômico sustentável.

Foi possível entender, diante desses dados, que todos os municípios que se inserem na área de abrangência da UEMASUL apresentaram melhorias significativas em seus indicadores sociais e econômicos. O caso do município de Lajeado Novo é bastante ilustrativo, uma vez que seu IDHM, no ano de 2000, equivaleu a 0,374. Uma década após, ano de 2010, essa unidade municipal registrou importante crescimento, apresentando IDHM de 0,589.

Embora sejam perceptíveis as melhorias nos indicadores socioeconômicos dos municípios que integram a região de abrangência da UEMASUL, ainda há muito por fazer para que suas populações apresentem condições de vida dignas e adequadas. Um dos caminhos que poderá favorecer o ordenamento dos municípios dessa região dar-se-á mediante o desenvolvimento de ações que vislumbrem um maior equilíbrio econômico e social entre esses municípios.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a Região Tocantina está situada próxima à linha do Equador e com uma grande disponibilidade de energia, luz e água durante a maior parte do ano. Essa região oferece condições excelentes para o rápido crescimento de espécies vegetais adaptadas ao trópico, evidenciando sua força nos setores da agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e uso dos recursos naturais como fatores preponderantes para o crescimento e desenvolvimento econômico e social.

e vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. (ATLAS BRASIL, 2013).

A oferta ampliada e democratizada de cursos superiores em nível de graduação e Pós-graduação constitui importante iniciativa a favor da correção dessas assimetrias apresentadas por meio dos dados dispostos na Tabela 01. A ampliação da Educação Superior nesses municípios deverá zelar pelo reconhecimento das suas potencialidades e fragilidades.

Acredita-se que o governo maranhense, por meio da criação de uma nova Universidade e, conseqüentemente, a ampliação da oferta de cursos superiores, tanto em nível de graduação quanto de Pós-graduação (*lato sensu/stricto sensu*), ajustará tais disparidades, contribuindo, assim, para o equilíbrio social e econômico dos municípios que se inserem na região de influência da UEMASUL.

Além da reflexão sobre o seu entorno, outro importante passo dessa nova Universidade maranhense, diz respeito à sistematização dos fundamentos filosóficos e técnico-metodológicos que embasam o seu fazer educacional. Assim, com a explicitação desses fundamentos, afirma-se que o fazer universitário dessa IES é resultado de uma ação consciente quanto aos princípios e fins que se deseja alcançar.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

A Pedagogia é um campo de conhecimento sobre a natureza e as finalidades da educação em uma determinada sociedade e em um determinado tempo histórico e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa (LIBÂNEO, 2004). Nesse sentido, o Curso de Pedagogia deve acompanhar e atender as demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade.

Com a finalidade de compreender essa trajetória, traçamos um histórico do Curso de Pedagogia no Brasil e, também, sua organização e justificativa de implantação na UEMASUL bem como os parâmetros legais que nos embasam.

3.1 Traços históricos do Curso de Pedagogia no Brasil

A criação do Curso de Pedagogia decorreu de um longo processo de tentativas dos legisladores em definir as bases da formação do professor, em especial, para atuar no ensino secundário. Francisco Campos, ao assumir o Ministério da Educação e Saúde Pública, em 18 de novembro de 1930, destacou a necessidade de formação específica para os professores desse nível de ensino. No ano de 1931, ao empreender a reforma do ensino secundário, sugeriu a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

O primeiro marco legal do Curso de Pedagogia no Brasil foi instituído por ocasião da organização da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil⁶, através do Decreto-Lei n.º 1190 de 04 de abril de 1930⁷, homologado pelo Presidente Getúlio Vargas. Lembrando que a década de 1930 ficou marcada no contexto educacional, dentre outros aspectos, pela implantação da reforma Francisco Campos e pelos debates em torno da criação das universidades brasileiras, influenciados, em parte, pelo ideário da escola nova.

De acordo com esse decreto, o curso visava formar bacharéis e licenciados para várias áreas, inclusive para o setor pedagógico. Ficou instituído, por esse documento legal, o chamado *padrão federal*, ao qual tiveram que adaptar os currículos básicos dos cursos oferecidos pelas demais instituições do país. Segundo Silva (1999), o curso foi instituído como o único da *seção* de Pedagogia que, junto com os cursos de Filosofia, Ciências e Letras, completou a área da educação da Faculdade.

⁶ Hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A UFRJ foi a pioneira e a principal de uma rede de universidades federais. Embora o projeto de sua criação tramitasse desde 1915, foi oficialmente criada em 7 de setembro de 1920, como parte das comemorações da Independência, pelo Decreto n.º 14.343, do presidente Epitácio Pessoa. Sua primeira denominação foi Universidade do Rio de Janeiro.

⁷ Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/4/1939, p. 7929. Coleção de Leis do Brasil - 1939, p. 50, Vol. 4.

Além desses, foi instituída a *seção especial* de Didática, composta apenas pelo Curso de Didática. A pedagogia era cursada em três anos e aos seus egressos seria conferido o diploma de Bacharel em Pedagogia. À formação desses Bacharéis, adicionando-se um ano do curso de Didática formar-se-iam licenciados, num esquema que passou a ser conhecido como *três mais um*.

O Curso de Pedagogia ficou organizado por séries, tendo as seguintes disciplinas: Complementos da Matemática (1ª série), História da Filosofia (1ª série), Sociologia (1ª série), Fundamentos Biológicos da Educação (1ª série), Psicologia Educacional (1ª, 2ª e 3ª séries), Estatística Educacional (2ª série), História da Educação (2ª e 3ª séries), Fundamentos Sociológicos da Educação (2ª série), Administração Escolar (2ª e 3ª séries), Educação Comparada (3ª série) e Filosofia da Educação (3ª série).

O Curso de Didática ficou constituído pelas seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação. Ao Bacharel em Pedagogia restava cursar apenas as duas primeiras, uma vez que as demais já constavam de seu currículo no bacharelado. De acordo com Brzezinski (1987), a experiência da Universidade de São Paulo referente à formação profissional de professores secundários, por meio, inicialmente, do Instituto de Educação Caetano de Campos e, posteriormente, pela introdução da seção de Educação, foi referencial, em 1939, para a organização da seção de Pedagogia na Faculdade Nacional de Filosofia.

Segundo a autora supracitada, entre os anos de 1939 e de 1962, quando foi homologado o segundo ato normativo referente ao Curso de Pedagogia, nada mudou do ponto de vista organizacional. Durante 23 anos esse curso configurou-se como uma seção da Faculdade Nacional de Filosofia. Registra-se, nesse período, o fato de que, em 1945, por meio do Decreto-Lei n.º 8.456, de 26 de outubro, foi alterado o Art. 5º do Estatuto das Universidades Brasileiras, podendo a Faculdade de Filosofia organizar-se mediante uma única seção.

Em 1962, pequenas alterações foram introduzidas no currículo do Curso de Pedagogia por força do Parecer CFE n.º 251/62⁸. Este parecer estabeleceu que este curso destinava-se a formação do *Técnico em Educação* e do professor de disciplinas pedagógicas do Curso normal, através do Bacharelado e da Licenciatura, respectivamente. A Licenciatura era para ser

⁸ Relatado pelo Conselheiro Valnir Chagas, esse Parecer foi incorporado à Resolução CFE 2/62, que fixa o currículo mínimo e a duração do Curso de Pedagogia. Resolução essa aprovada sob a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 4024/61 – e homologada pelo então, Ministro da Educação e Cultura, Darcy Ribeiro, para vigorar a partir de 1963.

cursada concomitantemente ao bacharelado, em cursos com duração prevista para quatro anos.

Tal Parecer, de autoria do conselheiro Valnir Chagas, foi acompanhado de uma Resolução do CFE, aprovada já na vigência da LDB n.º 4.024, de 21 de dezembro de 1961, para vigorar a partir do ano de 1963. Nesse parecer, segundo Silva (1999), Valnir Chagas explicitou a fragilidade do Curso de Pedagogia, sinalizando a tensão existente entre sua manutenção e extinção, sob o argumento da falta de conteúdo próprio. No texto do relator do Parecer, transpareceu a perspectiva de provisoriedade do curso e a necessidade da formação superior do professor primário, ficando a formação do pedagogo técnico de educação para estudos subseqüentes.

Apesar da perspectiva mencionada, o Curso de Pedagogia continuou dividido entre bacharelado e licenciatura, formando profissionais para atuar como Técnico de Educação ou Especialista de Educação ou Administrador de Educação ou profissional não docente do setor educacional, além do professor de disciplinas pedagógicas do Curso Normal.

Para o Bacharelado, o currículo mínimo foi fixado em sete matérias, sendo cinco obrigatórias e duas opcionais. As obrigatórias eram: Psicologia da Educação, Sociologia, Sociologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Administração Escolar. As opcionais eram: Biologia, História da Filosofia, Estatística, Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica, Cultura Brasileira, Educação Comparada, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais da Educação, Teoria e Prática da Escola Média e Introdução à Orientação Educacional.

O aluno interessado na Licenciatura devia cursar também Didática e Prática de Ensino, uma vez que as demais disciplinas já constavam do rol de disciplinas obrigatórias do Curso de Bacharelado em Pedagogia. Vale ressaltar que, até então, o Curso de Pedagogia não tinha adquirido uma identidade definida quanto ao seu campo de atuação. O próprio Parecer 251/62 “[...] não faz nenhuma referência ao campo de trabalho do profissional que, indistintamente, chama de *Técnico em Educação* ou *Especialista em Educação*” (SILVA, 1999, p. 38). A questão do campo de trabalho também inquietava aos que aspiravam pela carreira de pedagogo, uma vez que o campo de trabalho do Técnico em Educação não estava definido na época.

Diante da indefinição da qual padecia o Curso de Pedagogia, da insegurança e, conseqüente, insatisfação dos estudantes e profissionais ligados a esse campo, ganhava corpo a ideia de se reformular não apenas o rol de disciplinas do curso, mas também sua estrutura curricular. No ano seguinte, a marca da Reforma Universitária⁹ se fez sentir no Curso de

⁹ Lei Federal n.º 5540 de 28 de novembro de 1968 onde a Universidade, não fugindo ao controle do Estado, torna-

Pedagogia através do parecer CEF n.º 252/69¹⁰. Esse Parecer, já no seu título, deixava claro sua concepção quanto aos profissionais a que se referia. Ele se apresentava como o instrumento legal que fixava o currículo e duração para o Curso de Graduação em Pedagogia, visando a formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito de escolas e sistemas escolares.

Partindo da concepção de que a profissão que correspondia ao setor de educação era uma só e que, por isso, as diferentes modalidades de capacitação deviam partir de uma base comum de estudos, o Curso de Pedagogia passou a ser composto por duas partes: uma comum, constituída por matérias básicas à formação de qualquer profissional na área e, uma diversificada, em função de habilitações específicas.

Assim, tanto as habilitações regulamentadas pelo documento legal quanto as que podiam ser acrescidas pelas universidades e estabelecimentos isolados faziam parte de um único curso, sob o título geral de Curso de Pedagogia. Essa ideia foi justificada pelo fato de que a maior parte das disciplinas acabava, fatalmente, por se repetir em todas as habilitações, com necessidade de pouca ou nenhuma adaptação.

Considerando que são cinco as áreas que realmente constituem a base de qualquer modalidade de formação pedagógica, a parte comum ficou composta pelas seguintes matérias: Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática. Três argumentos foram utilizados para justificar a inclusão da Didática como matéria da parte comum: ela se identifica com o ato de ensinar para o qual as outras matérias convergem; é base para as metodologias específicas do Curso Normal e, por fim, as universidades e as escolas isoladas de formação docente já a vinham incluindo em seus currículos plenos.

Mesmo reconhecendo que a especificidade da Gestão – Supervisão e Administração – não era de responsabilidade da pós-graduação. O Parecer n.º 251/1962 as incluiu na parte diversificada do Curso de Pedagogia, na graduação. Essa decisão foi justificada através da consideração de que as exigências do mercado de trabalho não podiam ser atendidas se a preparação e formação dos administradores, supervisores, orientadores e inspetores, nesta fase inicial, ficassem restritas à especialização e ao Mestrado (SILVA, 1999). Assim, as áreas

se um de seus alvos preferenciais, onde o objetivo maior era “disciplinar” a classe estudantil. Criou a departamentalização na Universidade e o regime de matrícula por disciplina, instituindo o curso parcelado através do regime de créditos, destruindo a possibilidade de qualquer vínculo entre os estudantes (GHIRALDELLI JR. 1994).

¹⁰ Esse Parecer, juntamente com a Resolução CFE n.º 2/62 foram as peças legais que nortearam a organização do Curso de Pedagogia até recentemente e só foram descartadas por ocasião da aprovação da aprovação da atual LDB – Lei Federal n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996.

pedagógicas que passaram a compor a parte diversificada do Curso de Pedagogia foram as seguintes: Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas dos Cursos Normais, Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar. Estas últimas três podiam ser oferecidas tanto em cursos de curta duração como de duração plena.

Outro grande marco legal do Curso de Pedagogia foi o Parecer n.º 252 de 11 de abril de 1969, do CFE, também de autoria de Valnir Chagas. Esse Parecer foi acompanhado da Resolução CFE n.º 2/1969, que, tal como a anterior, se incumbiu de fixar o currículo mínimo e a duração do curso.

Essa regulamentação manteve a formação de professores para o Ensino Normal e introduziu oficialmente as habilitações para formar os especialistas responsáveis pelo trabalho de planejamento, supervisão, administração e orientação, que se constituíram, a partir de então, como um forte meio de identificar o pedagogo. As habilitações Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar, Inspeção Escolar, além do magistério para o Ensino Normal, foram amplamente difundidas, tornando-se nucleares para o curso ao longo de grande parte de sua trajetória.

Quanto ao magistério primário¹¹, e Educação Infantil, prevaleceu a premissa “quem pode o mais pode o menos”. Todavia, o Parecer não incluiu uma habilitação para esse fim, prevendo apenas algumas disciplinas para a obtenção desse direito. Vale lembrar que a partir dos anos finais da ditadura militar, principalmente a partir de 1979, professores e estudantes universitários começaram a se organizar no sentido de acompanhar o processo de reforma dos cursos de formação de educadores no Brasil, através de grandes e importantes movimentos.

No que se referia ao Curso de Pedagogia, o I Seminário de Educação Brasileira realizado na Universidade de Campinas, em 1978, constituiu-se numa oportunidade para iniciar uma reação mais organizada no sentido de se pensar conjuntamente os estudos pedagógicos em nível superior¹². Apontava-se, nessa ocasião, para a necessidade do debate em âmbito nacional. Foi, no entanto, em 1980, que participantes da I Conferência Brasileira de Educação, realizada na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, se organizaram no sentido de desencadear uma mobilização nacional visando intervir nos rumos do processo.

Com integrantes de vários pontos do país, foi então criado o *Comitê Nacional Pró-Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores*, o qual atuaria através da articulação

¹¹ Nomenclatura da época correspondente aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

¹² Os relatórios finais, resultante dos grupos de estudos do referido seminário já expressavam algumas das ideias, tais como: formação político-educacional em todas as licenciaturas, formação contínua, defesa e manutenção do Curso de Pedagogia, estruturação do curso fundado na ação pedagógica e vinculação teoria e prática.

de Comitês regionais, com a finalidade de discutir as especificidades de cada região (SILVA, 1999). Esses eventos, mesmo não tendo alcançado a plenitude de seus objetivos, contribuíram para que a Lei n.º 9394/1996, no que refere à formação de professores trouxesse novamente o Curso de Pedagogia à pauta das discussões e, com ele, a questão de sua identidade, sendo, que, desta vez, envolviam novas questões.

Assim, a Lei n.º 9394/1996, no Art. 62, ao introduzir os Institutos Superiores de Educação como uma possibilidade, além das Universidades, como um dos espaços de formação de docentes para atuar na Educação Básica e, em seu Art. 63, Inciso I, incluir, dentre as tarefas desses institutos, a manutenção do Curso Normal Superior destinado à formação de docentes para a Educação Infantil e as séries iniciais do Ensino Fundamental⁶, deu margens às especulações a respeito do Curso de Pedagogia continuar ou não mantendo essa função que lhe vinha sendo atribuída.

Com essas possibilidades alguns questionamentos inquietaram os defensores do Curso de Pedagogia: qual era, então, a função do curso nas instituições que optarem pelo Normal Superior como formação para o professor de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental? Estávamos caminhando para a extinção gradativa desse curso no Brasil?

Estas questões passaram ser grande a expectativa a respeito do Curso de Pedagogia. Enquanto as instituições de ensino superior passaram a aguardar o encaminhamento do Conselho Nacional de Educação (CNE), pode-se entender que o MEC sinalizou por sua manutenção ao solicitar, através do Ofício Circular n.º 014/1998, que as mesmas encaminhassem propostas visando à sua reformulação. Sabe-se que nem todas as universidades que mantiveram o referido curso cuidaram de atender a esse pedido e que a Comissão de Especialista de Ensino, que trata dos Cursos de Pedagogia do MEC, trabalhou a partir desse (pouco) material.

A partir dos anos 1990, a ANFOPE¹³ desenvolveu ideias voltadas à estrutura global dos cursos de formação de educadores a partir de uma concepção de escola única para todas as classes sociais. De acordo com esse entendimento, ela fez seus encaminhamentos ao MEC na direção de uma política educacional global de formação e profissionalização do magistério a partir de vários aspectos: formação inicial (incluindo o *locus* dessa formação), condições de trabalho, salário, carreira e formação continuada. Sua preocupação centrava-se na formulação das diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Tanto que em seu IX Encontro Nacional, realizado em Campinas em agosto de 1998, formulou um documento intitulado

¹³ Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação dos Profissionais da Educação (SILVA, 1999).

A orientação desse documento foi a de manutenção do Curso de Pedagogia sobre o qual ressaltava a necessidade de revisão. A preocupação inicial era no sentido de superar a fragmentação entre suas habilitações e a dicotomia existente entre a formação dos pedagogos e dos demais licenciados. Estes foram os únicos limites fixados no documento, no que concerne às questões estruturais, uma vez que o mesmo se encaminhou na direção de que as próprias instituições formadoras organizassem suas propostas curriculares, orientadas por indicações gerais para todos os cursos, destacando, entre essas, a da Base Comum Nacional e a da docência como a base da identidade profissional de todos os profissionais da educação.

Assim, o documento sugeriu que os Cursos de Pedagogia, ao estruturarem seus projetos, tratassem de temas como perfil do profissional da educação, competências e áreas de atuação, eixos norteadores da Base Comum Nacional, princípios e componentes para organização curricular e duração dos cursos. Já o Grupo de Trabalho da Pedagogia (GT-3, UNESP)¹⁴ indicou a necessidade de superação da disciplinarização, preservando suas atuais funções do Curso de Pedagogia, como também lhe acrescentou outras, voltadas para o trabalho não escolar. Por sua vez, o XII Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (PNG), que não tratou exclusivamente do Curso de Pedagogia, mas, de todas as graduações, defende

[...] a liberdade acadêmica, como princípio e a autonomia universitária, como a sua contrapartida no plano institucional, já constituem, nas sociedades democráticas, um paradigma, no sentido de se apresentarem como condições indispensáveis para o desenvolvimento do ensino superior (BRASIL, 1999, p.14)¹⁵.

Todos esses encaminhamentos representam, sem dúvida, saltos qualitativos no que se refere ao equacionamento das bases para a formação de educadores, indicados como pontos de partida para que cada instituição formadora organize suas propostas curriculares com base nas necessidades de cada região e instituição. Tal orientação atende ao princípio de flexibilidade que norteia a atual LDB no que tange a formação de profissionais que a Educação Básica está a exigir. No entanto, não se pode esquecer que a função da escola é a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados pela humanidade.

¹⁴ Por ocasião do V Congresso Estadual Paulista sobre a Formação de Educadores, ocorrido em 1998, em Águas de Lindóia-SP.

¹⁵ Plano Nacional de Graduação: um projeto em desenvolvimento. Texto apreciado e aprovado no XII Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, na cidade de Ilhéus - BA, em 1999.

Por fim, o grande marco atual da formação do professor está ancorado na Lei n.º 9394/96 e demais documentos normativos dela decorrentes. Desde que foram promulgadas as suas Diretrizes Curriculares Nacionais, em 2006, passou a se caracterizar, fundamentalmente, como uma Licenciatura, um curso de formação de professoras/es para atuarem na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

O Curso também se vincula à formação de gestores educacionais e de sistemas educacionais para atuarem na direção escolar e na coordenação pedagógica, dentre outras áreas dos sistemas de ensino, assim como à formação de pedagogas/os para trabalharem em espaços educacionais não escolares (SEVERO, 2018).

3.2 Histórico do Curso de Pedagogia da UEMASUL

Já no que diz respeito à trajetória histórica do Curso de Pedagogia na UEMASUL, esta é ligada à própria história desta Universidade. Ou seja, passou por todas as fases evolutivas. O curso foi implantado em 1992 pela Secretaria de Estado da Educação, que, após levantamento de dados, constatou que 92,5 % dos professores das séries finais do Ensino Fundamental e 37,4% do Ensino Médio do Maranhão atuavam sem habilitação. Na época, o curso integrava a Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz (UEEI), pertencente à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Dois anos depois, em 1994, a UEEI passou a ser denominada como Centro de Estudos Superiores de Imperatriz (CESI), também ligado à UEMA.

Nessa época o estado do Maranhão registrava um dos maiores índices de analfabetismo, evasão e repetência escolar do país, devido à precariedade da qualidade do ensino. Fato esse atribuído, em parte, à falta de qualificação dos professores. Essa situação chamou à atenção de vários segmentos da sociedade e, principalmente, dos próprios professores da rede pública de ensino que desejavam ampliar seus conhecimentos através de Cursos de Licenciatura Plena.

Como medida para reverter essa realidade, o Governo do Maranhão, em parceria com algumas prefeituras e com a UEMA, implantou o Programa de Capacitação Docente (PROCAD)¹⁶, com oferta de cursos de licenciatura em todas as áreas da Educação Básica. Os

¹⁶ Criado pela Resolução n.º 102/92, este programa tinha a finalidade de alcançar todo o estado do Maranhão com os cursos de Letras, Pedagogia, História e Ciências – com habilitações em Matemática, Química, Física e Biologia, nos Campi de São Luís, Bacabal, Caxias, Balsas e Imperatriz. Esses municípios eram definidos como polos e recebiam os professores dos municípios circunvizinhos. O PROCAD era um complexo convênio entre o Estado, as Prefeituras e a Universidade, que acabou transformado em uma grande plataforma política. Dois reitores da universidade que, cujos mandatos coincidiram com a vigência do programa, se elegeram deputados.

curso ofertados pelo programa eram exclusivos para os professores da rede oficial de ensino e eram ministrados no período das férias escolares.

O CESI/UEMA, fazendo parte da atividade de interiorização do ensino superior, a partir de 1995, começou a ofertar o Curso de Pedagogia no formato do PROCAD. Porém, não ofertava o curso de forma regular. Fato esse que gerou alguns incômodos em função dos registros dos próprios diplomas que, por lei, não poderiam ser expedidos sem que o curso fosse ofertado, também, de forma regular. Assim, a partir de 2002, o Curso de Pedagogia, à época parte do CESI/UEMA, passou a ser ofertado de forma regular cessando, assim, a oferta modular/parcelada.

Teoricamente, o Curso de Pedagogia da UEMASUL tem, no paradigma crítico-reflexivo, o seu fundamento básico. O curso está estruturado de modo a propiciar a análise crítica dos aspectos contraditórios do contexto socioeconômico, cultural nacional e regional das políticas educacionais. O objetivo dessa formação é a apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente e a produção de novos conhecimentos no campo da Pedagogia, da Educação e do Ensino.

3.2.1 A proposta do curso

Formar profissionais para a educação implica em planejar e desenvolver uma proposta curricular articulada às competências, identificadas como necessárias ao exercício da atividade docente. No presente projeto, o currículo se constitui, pois, a partir de eixos científicos e culturais e das experiências educativas a fim de formar profissionais-cidadãos com o domínio de conhecimentos, procedimentos e atitudes considerados relevantes para uma prática pedagógica de forma crítica e criativa.

3.2.2 Titulação conferida pelo Curso

Licenciado em Pedagogia – Com as seguintes áreas de atuação: Docência na Educação Infantil, Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Educacional.

3.2.3 Filosofia do curso

A base filosófica do presente projeto está centrada na categoria humanização. Entendemos que o ser humano se humanizou ao tomar parte do gênero humano através da apropriação da cultura produzida historicamente (VIGOTSKI, 1988; FREIRE, 1999). Nesse

sentido, o valor da aprendizagem escolar está, justamente, na capacidade de “[...] introduzir os alunos nos significados da cultura e da ciência por meio de mediações cognitivas e interacionais providas pelo professor” (LIBÂNEO, 1998, p. 28).

Para tanto, este precisa ser conhecedor da realidade na qual vive e atua profissionalmente; comprometer-se politicamente com a educação; ter domínio teórico no seu campo de atuação e habilidades comunicativas para mediar a aprendizagem dos alunos (LUCKESI, 1994; VIGOTSKI, 2004).

Isso significa que a natureza formadora da docência enfatiza a exigência ético-democrática do respeito ao pensamento, ao gosto, aos receios, aos desejos, à curiosidade do educando. Respeito, contudo, não pode eximir o educador, enquanto autoridade, de exercer o direito de ter o dever de estabelecer limites, de propor tarefas, de cobrar a execução das mesmas. Limite sem os quais as liberdades correm o risco de perder-se em licenciosidade, da mesma forma como, sem limites, a autoridade se extravia e vira autoritarismo (FREIRE, 1997, p. 39)

Pelo posicionamento acima, Paulo Freire deixa claro que não nos apropriamos dos conhecimentos escolares de forma espontânea, mas por meio de atividades metodológicas que fogem do cotidiano comum do dia a dia. Essa condição, segundo Freire (1999), impõe aos professores a imperiosa necessidade política de optar, de decidir, de romper, de escolher. Mas isso tudo lhe coloca a necessidade de ser coerente com a sua opção. Coerência que, como afirma Freire (1999), jamais podendo ser absoluta, cresce no aprendizado que o professor faz pela percepção e constatação das incoerências em que se depara na sua ação. O exercício de busca por coerência é, em si, um exercício ético.

A necessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética, mas ao lado sempre da estética. Docência e boniteza de mãos dadas. “[...] só somos porque estamos sendo. Estar sendo é condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela” (FREIRE, 1999, p. 36- 37).

É por isso que, transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício da atividade educativa: o seu caráter formador e humanizador (FREIRE, 1999). Da mesma forma, defender o espontaneísmo, por entender que a transmissão dos conteúdos pode se caracterizar como uma atividade impositiva, é não proporcionar uma formação de qualidade social. Assim, o currículo deverá garantir o domínio dos conhecimentos teóricos e metodológicos que expliquem o fenômeno educativo em geral, permitindo a compreensão de sua natureza histórica e dos pressupostos que

têm fundamentado a prática educativa em diferentes contextos e espaços. É, portanto, a partir dessa visão que definimos, a seguir, a concepção de pedagogo/a que desejamos formar.

3.2.4 Referenciais Epistemológicos e Técnicos

Por epistemologia entende-se a parte da filosofia cujo objeto é o estudo reflexivo e crítico da origem, natureza, limites e validade do conhecimento humano (CAMBI, 1999). Portanto, escolher um fundamento epistemológico, é optar por uma forma de conhecimento que explique o desenvolvimento humano a partir de sua constituição histórico-social e privilegie a apropriação da cultura mediante a comunicação com outras pessoas. É entender que funções psicológicas superiores se efetivam primeiramente na atividade externa (interpessoal) e, em seguida, é internalizada pela atividade individual, regulada pela consciência. No processo de internalização da atividade há a mediação da linguagem, em que os signos adquirem significados e sentidos.

Pensar o ser humano a partir, apenas, de aptidões que ele traz ao nascer, é admitir que a educação pode fazer muito pouco pelo seu desenvolvimento, uma vez que esta apenas facilitará o desabrochar das aptidões e qualidades para as quais o sujeito apresente uma predisposição (MELLO, 2004). O desenvolvimento intelectual humano está relacionado ao desenvolvimento histórico das relações sociais de produção e das condições objetivas em que o sujeito está inserido no meio social, cultural e educacional.

Assim, adotamos a ideia de que a pedagogia é, sempre, ciência, política e filosofia porque enquanto se nutre e se apropria do método científico, também se coloca num tempo histórico assumindo uma perspectiva ideológica e política, pois, assim como escolhe valores e os discute, imprime rigor ao próprio discurso segundo a concepção de homem que deseja formar e a sociedade que deseja ajudar a construir.

A crise de identidade que investiu a pedagogia nos anos de 1960 determinou, na década seguinte, uma retomada da reflexão em torno do estatuto lógico da própria pedagogia, dando lugar a uma rica produção de pesquisas epistemológicas que foram se articulando em muitas frentes e segundo múltiplos modelos, dos quais, a nosso ver, o modelo dialético é o mais completo. Além dos teóricos e pensadores clássicos que assumiram e defenderam um posicionamento dialético, não podemos esquecer as posições defendidas por Paulo Freire, que, desde sua primeira obra, apresenta uma concepção de educação que parte, sempre, de uma análise do contexto da educação.

Na obra *Educação como prática de liberdade*, Paulo Freire esclarece que o contexto é o processo de desenvolvimento econômico e, no movimento de superação da cultura colonial, o papel político da educação pode ser fundamental na construção de uma nova sociedade. Na *Pedagogia do Oprimido*, o autor completa suas concepções pedagógicas com uma ótica de classe mais nítida, com uma crítica à pedagogia capitalista que ele chama de bancária. Em toda a sua obra o conhecimento está ligado ao processo de conscientização.

Assim, defendemos a educação como uma dimensão ligada à vida social e como uma atividade especificamente humana. Como prática institucionalizada, tem a função de contribuir para a integração dos seres humanos no tríplice universo das práticas que tecem sua existência concreta: a) no universo de trabalho: que é o âmbito da produção material e das relações econômicas; b) no universo da sociabilidade: que é âmbito das relações sociais e políticas; c) no universo da cultura simbólica: que é o âmbito da consciência pessoal, da subjetividade e das relações intencionais (SEVERINO, apud MARTINS, 2009).

Por fim, adotamos o posicionamento de que a educação escolar é o ato de inscrição do sujeito na sociedade e na cultura, por meio da transmissão de conhecimento, assimilação de valores, experiências e demais elementos culturais que tecem a vida cultural. Em suma: o referencial epistemológico adotado neste projeto visa assegurar, na formação do pedagogo/a, o estudo da Pedagogia como a ciência da educação. Uma ciência que tem como objeto de estudo a educação, esta, entendida como uma prática social.

3.3 Justificativa do curso

Segundo os dados do Censo da Educação Superior (2021), Pedagogia é um dos cursos com o maior número de estudantes no Ensino Superior brasileiro. O que explica a grande procura pelo curso tem sido acesso ao exercício do magistério nas etapas iniciais da escolarização, que demanda por grande número de professoras/es. O crescente processo de globalização da economia em função da incorporação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos e sociais vem exigindo uma reestruturação do trabalho em escala planetária (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSHI, 2007).

Essas mudanças, por sua vez, vêm repercutindo na relação entre trabalho e educação, exigindo que se amplie a base de conhecimento do trabalhador, dotando-o de habilidades cognitivas, comportamentais e tecnológicas que antes não eram exigidas (FRIGOTTO, 2001). Essa exigência se estende, também, aos trabalhadores em educação, incluído os/as professores/as desde a primeira etapa da Educação Básica.

Ciente dessa complexidade, o Curso de Pedagogia do CCHSL/UEMASUL, em consonância com a Resolução CNE/CP-01/2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – Licenciatura; a Resolução CNE/CP n.º 2/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) buscam desenvolver uma formação pautada nas categorias: *docência*, *pesquisa*, *extensão*, *inovação* e *gestão*.

Docência, aqui é entendida como a base de identidade do/a pedagogo/a no presente projeto. Entendemos que esse profissional deve estar apto para responder pela docência, não somente com a apropriação dos conhecimentos científicos, mas, também, com as respectivas metodologias para fazer a adequada mediação do conhecimento junto aos alunos.

Pesquisa, como atividade básica da ciência, é a principal ferramenta de construção do conhecimento científico que procura desvelar o fenômeno histórico-cultural da educação. Portanto, não pode faltar na formação do pedagogo uma vez que o exercício da docência exige de seu profissional a capacidade de investigar/diagnosticar os problemas concretos no interior da escola, bem como a solução deles amparado em paradigmas teóricos.

Extensão, por sua vez, desde a primeira versão do Curso de Pedagogia da UEMASUL é entendida como a essência da inserção da universidade e do curso na sociedade. Ela visa promover a articulação da comunidade acadêmica com a comunidade externa à UEMASUL, por meio do diálogo, da troca de conhecimentos, da participação e da vivência com a realidade social.

Por fim, a categoria *gestão* visa formar um profissional capaz de aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, nos diversos processos de gestão nos espaços escolares e não escolares, que impliquem o trabalho pedagógico. Esse processo inclui, desde a gestão da escola até o desempenho dos processos de comunicação social, das políticas sociais, nas diversas instâncias do sistema educacional e da sociedade.

Para incorporação dessas categorias no cotidiano do Curso de Pedagogia, a equipe de sistematização do Projeto Pedagógico partiu do entendimento de que o curso deve equiparar-se para ofertar essas categorias profissionais aos seus egressos. Assim, a partir do elenco de suas disciplinas, oriundas dos mais variados campos do saber, o presente projeto propiciará aos futuros pedagogos/as uma formação cultural e científica possibilitando-os a apropriação da cultura produzida historicamente em suas manifestações cotidianas – o dia a dia do senso

comum –, não cotidianas – a ciência, a filosofia e a arte. Essa apropriação tem por objetivo, formar profissionais/cidadãos participantes em todas as instâncias da vida contemporânea, o que implica articular os objetivos convencionais da escola às exigências postas pela atual sociedade.

O maior desafio da educação hoje é, sem dúvida, educar sem que o próprio processo educativo se transforme em um instrumento de manutenção do sistema que oprime a maior parte da população brasileira. Consequentemente, esse desafio é, também, do Curso de Pedagogia, visto que ele é a principal instância de formação do professor de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Apesar de sua trajetória com mais de 80 anos de existência e despontar entre os cursos com maior número de matrículas no país, e em que pese sua contribuição no que se refere à formação de educadores/as e aos estudos relacionados à educação de modo geral, sua trajetória histórica é marcada por intensas disputas em torno de suas finalidades formativas.

E esse, sem dúvida, tem se constituído em nosso maior desafio. Juntando-se a ele: às recorrentes crises identitária, à fragilidade da relação assumida com o seu campo teórico de referência, a não aceitação, por parte de outras licenciaturas. Quanto à Pedagogia como ciência, podemos citar as pressões, cada vez mais incisivas das ideologias hegemônicas na sociedade capitalista, impondo condições de trabalho, formação de professores, de produção de conhecimento que infligem inúmeros limites para o desenvolvimento humano ao retirar da escola pública as condições objetivas de estudo e trabalho as/os professoras/es de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Sob esses complexos fatores de contexto e de compreensão teórico-conceitual, o curso atravessa oito décadas acumulando desafios em constituir-se como *locus* de formação de pedagogos/as para processos formativos escolares e não escolares e de produção de conhecimento sobre o fenômeno educacional.

Quanto às perspectivas, entendemos que o Curso de Pedagogia (licenciatura) da UEMASUL vem atender a uma demanda muito importante, pois é crescente a necessidade de educadores em nosso país e as instituições de educação básica demandam professores com uma sólida formação. Em outros termos, há um grande campo de trabalho – necessidade social de educadores. Isso significa que, atualmente, há uma demanda considerável no campo de trabalho, embora este apresente dificuldades em função do número de pessoas que desejam ingressar nele.

3.4 Legislação

O marco atual do Curso de Pedagogia (licenciatura) tem como base legal a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais documentos legais delas decorrentes. Em relação aos direitos fundamentais do cidadão, o Curso de Pedagogia está fundamentado nos seguintes documentos:

- ✓ Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012, que garante os direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2012);
- ✓ Resolução n.º 1 de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004);
- ✓ Lei n.º 11.645/2008 que determina a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Consideramos que essa inclusão se faz necessária desde a formação inicial do professor, principalmente no estado do Maranhão que possui 11 povos indígenas, vivendo em 16 áreas com grande concentração em alguns dos municípios de abrangência da UEMASUL;
- ✓ Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e no Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002 e o Art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), nos curso de formação de professores;
- ✓ Resolução n.º 2, de 15 de julho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012). Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- ✓ Resolução CEE-MA, n.º 298/2006, que dispõe sobre credenciamento e credenciamento de instituição de educação superior, autorização de funcionamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso superior no Sistema Estadual de Educação do Maranhão e dá outras providências;
- ✓ Resolução CEE-MA, n.º 109/2018, que estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências;
- ✓ Resolução CEE-MA, n.º 166/2020, que estabelece orientações complementares à

implementação das Diretrizes para Extensão Universitária nas instituições de ensino superior pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino do Maranhão, a partir das normas prescritas na Resolução CNE/CES, n.º 7/2018, que regulamenta o processo de avaliação com fulcro nessa Resolução e na Resolução n.º 109/2018 – CEE/MA;

- ✓ Resolução CONSUN/UEMASUL, n.º 185/2022, que estabelece as diretrizes educacionais para os cursos de graduação da UEMASUL.

Em relação aos aspectos orientadores, tomamos como base os seguintes documentos normativos:

- ✓ Portaria CNE/CES n.º 67, de 11 de março de 2003, que trata do Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação;
- ✓ Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências;
- ✓ Parecer n.º 5/2005, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

Estas diretrizes definem a destinação, a aplicação e a abrangência da formação a ser desenvolvida nesse curso com as seguintes orientações:

- I. à formação inicial para o exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- II. aos cursos de ensino médio de modalidade normal e em cursos de educação profissional;
- III. na área de serviços e apoio escolar;
- IV. em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação assim definida abrangerá, integrada à docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas (BRASIL, 2005).

Neste documento, o sentido da docência não está restrito ao *ato* de ministrar aulas. Os sentidos da docência são ampliados, uma vez que se articulam à ideia de *trabalho pedagógico*, a ser desenvolvido em espaços escolares e não escolares como define o Parecer CNE/CP n.º 05/2005, que, em seu teor, aponta que a formação do licenciado em pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não escolares, que tem a docência como base. Nesta perspectiva, a docência é compreendida como ação educativa e processo

pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico- raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia (BRASIL, 2005).

Já a Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (licenciatura). Essa resolução, em seu Artigo 6º, define que a estrutura do Curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á a partir dos seguintes núcleos: I -Núcleo de estudos básicos, II - Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e III Núcleo de estudos integradores (BRASIL, 2006);

A Resolução CNE/CP n.º 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

A Resolução n.º 7/2018 do Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-202c e dá outras providências;

A Resolução CNE/CP n.º 2/2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Educação Infantil e anos iniciais para o Ensino Fundamental;

A Portaria Normativa n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos do INEP referente à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes;

A Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC;

A Portaria Normativa n.º 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Estes documentos demarcam um novo tempo e apontam para novos debates no campo

da formação do profissional da educação no Curso de Pedagogia, na perspectiva de aprofundamento e consolidação das discussões e reflexões em torno desse campo.

Quadro 04 – Comparativo entre a Resolução n.º 1/2006, Resolução n.º 2/2015 e Resolução n.º 2/2019

Resolução n.º 01/2006	I - 2.800 (duas mil e oitocentas) horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza e participação em grupos cooperativos de estudos;
	II - 300 (trezentas) horas dedicadas ao Estágio Supervisionado, prioritariamente, em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;
	III - 100 (cem) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio da iniciação científica, da extensão e da monitoria.
Resolução n.º 02/2015	I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
	II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
	III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do Artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;
	IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes.
Resolução n.º 02/2019	I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos, e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais;
	II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos;
	III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas de prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Embora a Resolução n.º 02/2019 não aponte para a substituição das resoluções n.º 02/2015 e da n.º 01/2006, a distribuição dos componentes curriculares no presente PPC será de conformidade com suas orientações.

4. POLÍTICAS ACADÊMICAS

Neste capítulo, tratamos das políticas orientadoras adotadas neste projeto, buscando atender as demandas que requerem atenção especial na formação do professor de Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, suas respectivas modalidades, e Gestão Escolar. Trata também das diretrizes para educação étnico-raciais, educação ambiental, acessibilidade, educação especial e inclusiva e apoio aos discentes.

4.1 Políticas de Direitos Humanos

Entendemos que a construção de uma sociedade que valoriza e promove os Direitos Humanos passa pela implementação de uma educação comprometida com os valores da dignidade da pessoa humana e com o respeito à diversidade, possibilitando a afirmação de sujeitos históricos portadores de direitos.

As Instituições de Ensino Superior não estão isentas de graves violações de direitos. Muitas delas (re)produzem privilégios de classe e discriminações étnicas, raciais, de orientação sexual, dentre outras. Mesmo com tantas conquistas no campo jurídico-político, ainda persiste a falta de igualdade de oportunidades de acesso e permanência na educação superior, sendo ainda necessária a implementação de políticas públicas que, efetivamente, revertam as situações de exclusão a que estão sujeitos muitos/as estudantes brasileiros/as.

O Programa Nacional de Direitos Humanos III (2009) e o Plano Nacional de educação em Direitos Humanos (2006) reiteram a necessidade de estudos e de pesquisas, bem como a criação, a longo prazo, dos Direitos Humanos como área de conhecimento nos órgãos de fomento à pesquisa. Enfatizam, ainda, a importância da organização de acervos e da memória institucional como valor democrático e pedagógico.

A responsabilidade principal da UEMASUL é com a formação de cidadãos/ãs éticos/as comprometidos/as com a construção da paz, da defesa dos direitos humanos e dos valores da democracia. Sendo assim, as responsabilidades da UEMASUL, com a Educação em Direitos Humanos no Ensino Superior, estão ligadas aos processos de construção de uma sociedade mais justa, pautada no respeito e na promoção dos Direitos Humanos, aspectos ratificados pelo Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH, 2010), que sustenta a responsabilidade das Universidades de gerar conhecimento mundial, visando atender os atuais desafios dos direitos humanos, como a erradicação da pobreza, do preconceito e da discriminação.

São ratificadas também pelo Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH, como forma de firmar o compromisso brasileiro com as orientações internacionais e com base nessas, toda e qualquer ação de Educação em Direitos Humanos, devendo, assim, contribuir para a construção de valores que visam a práxis transformadora da sociedade, perpassando os espaços e tempos da educação superior. Às universidades cabe, portanto, o papel de assessorar governos, organizações sociais e a sociedade na implementação dos Direitos Humanos como forma de contribuição para a consolidação da democracia.

Na gestão da UEMASUL, os direitos humanos são incorporados na cultura e na gestão organizacional, no modo de mediação de conflitos, na forma de lidar e reparar processos de violações através de ouvidorias, na representação institucional e na necessidade das Instituições de Ensino Superior atenderem demandas não só formativas, mas também de intervenção social junto às esferas públicas de cidadania, a exemplo da participação da UEMASUL em conselhos, comitês e fóruns de direitos e políticas públicas.

A inclusão da política dos Direitos Humanos na UEMASUL pode ser encontrada de modo transversal no desenvolvimento das atividades complementares e extensionistas dos seus cursos de graduação. Sendo que reservará, em algumas disciplinas específicas dos cursos de graduação, parte do conteúdo programático para abordar o tema, ampliando, assim, os espectros de seu PDI. As ações tem acompanhamento da Pró-Reitoria de Graduação e Sustentabilidade Acadêmica e de Gestão.

O Curso de Pedagogia da UEMASUL considera que com uma educação fundamentada nos Direitos Humanos é possível atuar na prevenção da violência e contribuir para a criação de uma cultura de paz e de promoção desses direitos. Assim, sendo, a proposta da disciplina Educação em Direitos Humanos está ancorada nos princípios legais definidos na Resolução CNE/CP n.º 1, de 30 de maio de 2012, que aprova as Diretrizes Curriculares para a Educação em Direitos Humanos.

Esta lei, em seu Art. 5º, aponta que a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência no exercício cotidiano dos Direitos Humanos, como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário (BRASIL, 2012). Metodologicamente, Educação em Direitos Humanos no Curso de Pedagogia será ministrada a partir das seguintes formas: I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no

currículo escolar; e III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

4.2 Políticas de Educação para as relações étnico-raciais

A Lei n.º 11.645/2008 que altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

A citada lei é muito clara quando afirma que a educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL/CNE, 2008).

Partindo-se desse princípio e, de forma a garantir a efetivação desses direitos, o presente projeto visa desenvolver uma formação onde o professor seja capaz de promover o diálogo entre o individual e o social, a reflexão e a ação em prol da superação de um currículo tradicionalmente eurocêntrico, dicotomizado, fragmentado que desconsidera a dialética do conhecimento e o processo histórico de sua construção em favor da inclusão de todos.

Nesse sentido, é importante destacar que incluir a temática das relações étnico-raciais no currículo escolar não se trata apenas de uma mera formalização legal, tampouco de imposição, pois essa política afirmativa é concebida como uma tentativa de corrigir a lacuna curricular que apenas considerou índios e negros em temas folclóricos, minimizando o seu papel na construção da nação brasileira. O Curso de Pedagogia da UEMASUL entende que as histórias dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas devam ser trabalhada como tema transversal e não somente na disciplina Histórias e Culturas Afro-Brasileiras.

Assim, os conhecimentos referentes à temática incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (2014), existem três Terras Indígenas na área de jurisdição da UEMASUL. São elas: a Terra Indígena Krikati, Terra Indígena Governador (povo Gavião) e a terra indígena Araribóia (Guajajara).

Segundo dados da IV Conferência Estadual de Igualdade Racial, o estado do Maranhão possui a terceira maior população de negros do Brasil, com 76,2% da população autodeclarada preta ou parda. A mobilização do movimento social negro em âmbito nacional, trouxe consigo propostas e conquistas voltadas para a implementação de práticas educativas de combate ao racismo e a discriminação.

A implementação da Lei n.º 10.639/2003, que tornava obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira, se completou com a Lei n.º 11.645/2008 instituindo também a obrigatoriedade da História da Cultura Indígena, uma das grandes conquistas em prol dos direitos da população negra e indígena no Brasil.

É dever da união, estados e municípios tomar medidas e ações que promovam a implementação efetiva de parâmetros legais nacionais e internacionais, políticas e programas para o combate ao racismo, discriminação racial e intolerância religiosa contra a pessoa negra, comunidades tradicionais e povos indígenas, levando em consideração a situação específica de cada povo. Assim, a UEMASUL, compreendendo a necessidade de luta e afirmação desses povos, busca a adoção de medidas afirmativas voltadas para a construção de um projeto que promova o respeito mútuo e a garantia de acesso e permanência na universidade, considerando suas respectivas necessidades. Nessa perspectiva,

- Oferece vagas nos cursos de graduação por meio do Sistema Especial de Reserva de Vagas aplicados de acordo com o Manual do Candidato no Processo Seletivo de Acesso ao Ensino Superior – PAES (UEMA/UEMASUL), em consonância com a Lei n.º 12.711/2012.

- Promove estudos e debates por meio do Núcleo de Estudos Afro-Indígenas de Imperatriz – NEAI, mantido pelo curso de História e por meio do Grupo de Literaturas Africanas “Saburadi nos Terra”, realizado pelo curso de Letras. O NEAI, tem por finalidade contribuir para reflexão inclusiva da África, dos povos ameríndios, da cultura popular e da reflexão acadêmica da região. Além disso, incentiva a conscientização sobre a cultura patrimonial em prol da construção da memória e da identidade multicultural do povo sul maranhense. Já o Grupo de Literaturas Africanas, tem como objetivo estudar a literatura africana como parte da cultura brasileira, bem como sua influência na literatura nacional.

- Instituiu o Programa Bolsa Permanência para estudantes indígenas e

quilombolas, com valor nunca inferior ao dobro do valor da Bolsa Permanência destinada aos demais estudantes, assim como dispõe o Art. 7º, da Resolução n.º 011/2017-CONSUN/UEMASUL.

- Promove debates e reflexões por meio de eventos, palestras e ações que possibilitam a construção de uma compreensão sobre a importância dos estudos sobre a Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.
- Discute temas importantes sobre Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas disciplinas de Sociologia e Antropologia Jurídica.

4.3 Políticas de Educação Ambiental

A resolução n.º 63/2019-CEE/MA, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental, em seu Art. 1, define a proposta de Educação Ambiental como dimensão educativa que demarca um conjunto de valores e práticas, que propõem ações e posturas em defesa da vida e da sobrevivência humana e dos seres vivos, comprometendo a sociedade com o cuidado do planeta, de seus povos e dos recursos naturais. Essa concepção visa à construção de conhecimentos com a finalidade de desenvolver habilidades, atitudes e valores sociais em busca da proteção do meio ambiente, com vistas ao desenvolvimento sustentável do planeta.

A região Tocantina é uma imagem viva da grande diversidade ambiental de transição entre a floresta Amazônica e o Cerrado, possibilitando a expansão de atividades voltadas para a agricultura, pecuária e extrativismo. Por todas essas características, a região foi e continua sendo uma das possibilidades para as diversas correntes migratórias para a região.

No entanto, o modelo de desenvolvimento atual, desigual, excludente e esgotante dos recursos naturais, tem levado à produção de níveis alarmantes de poluição do solo, ar e água, destruição da biodiversidade animal e vegetal, ao rápido esgotamento das reservas minerais e demais recursos não renováveis em praticamente todas as regiões do globo. Esses processos de degradação têm sua origem em um modelo complexo e predatório de exploração e uso dos recursos disponíveis, onde conceitos como preservação, desenvolvimento sustentável, igualdade de acesso aos recursos naturais e manutenção da diversidade das espécies vegetais e animais estão longe de serem realmente assumidos como princípios básicos norteadores das atividades humanas.

A UEMASUL integra um conjunto de princípios e valores que tem por finalidade a dinamização de práticas sustentáveis, por meio de uma educação universitária pautada na responsabilidade socioambiental. Nesse sentido, a política ambiental é desenvolvida “de forma

ética e transparente, objetivando a sustentabilidade da região sul maranhense, por meio da preservação e conservação dos recursos naturais e culturais, respeitando as diversidades existentes” (PDI/UEMASUL, 2022-2026).

Como instituição ética e cidadã, a UEMASUL desenvolve ações com responsabilidade ambiental, promovendo o incentivo à preservação do planeta. Estabelece, por meio do estímulo ao pensamento crítico e reflexivo, a formação de profissionais conscientes dos princípios e valores sustentáveis para que consolide de forma significativa, a responsabilidade para com o meio ambiente. A política ambiental é trabalhada por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação, integrando projetos, programas e ações de caráter socioambiental nos diversos *campi* da UEMASUL, promovendo a difusão de ideais de preservação, proteção e conservação do meio ambiente, assim como previsto na resolução n.º 63/2019-CEE/MA.

Considerando esse contexto, a proposta de educação ambiental deste projeto, ancorado no Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências, tem sua base na disciplina Educação Ambiental, uma disciplina com componente teórico e prático, mas não se atém a ela. Os conhecimentos sobre questões ambientais serão articulados a todas as disciplinas do currículo, de maneira interdisciplinar e transversal.

4.4 Políticas de inclusão e acessibilidade

De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a pessoa com deficiência é aquela que possui qualquer “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Segundo a citada lei, toda pessoa com deficiência tem direito à oportunidades iguais sem qualquer tipo de discriminação.

Pessoas com deficiência foram historicamente privadas do acesso ao trabalho, da vida escolar, de atividades de lazer e cultura, entre outros. No âmbito educacional, essas questões se acentuam ainda mais, pois muitas vezes, esses indivíduos não possuem acesso aos recursos e apoios necessários para estudarem em condições de igualdade em relação as demais pessoas.

Com vistas a sanar essas questões, a UEMASUL, busca possibilitar por meio da integração do aluno, a garantia dos direitos básicos de forma a alcançar o desenvolvimento de competências e habilidades segundo as necessidades de aprendizagem de cada indivíduo. Propõe nessa perspectiva, uma política de inclusão que promova o direito ao acesso e

permanência do aluno, considerando suas especificidades, sejam elas de caráter afetivo, social, étnico, físico, cognitivo, neurológico ou emocional (PDI/UEMASUL, 2022-2026).

Segue algumas das políticas de inclusão em âmbito institucional para pessoas com deficiência:

- Contratação de profissionais e estagiários discentes nas modalidades de leitor e tradutor de Libras para colaborarem no Núcleo de Educação Especial-NACE. Além de profissionais para acompanhamento nas aulas, ajudando na produção de materiais didáticos e na compreensão dos conteúdos, o núcleo dispõe ainda de profissionais intérpretes e tradutores de Libras. Os alunos têm à disposição gravadores de áudio para auxiliar na transcrição das aulas e espaço para realizar estudos e leituras dos materiais;
- Aquisição de equipamentos, materiais e mobiliários adaptados e contratação de profissionais para acompanhamentos das atividades acadêmicas. Com a finalidade de atender aos discentes com necessidades especiais, a UEMASUL vem realizando adaptações em sua estrutura física desde 2017, promovendo a permanência da Libras em todos os cursos de graduação;
- Além da mobilidade, a UEMASUL, dispõe, ainda, de ferramentas que auxiliam no acesso aos conteúdos digitais. O site da UEMASUL conta com um conjunto de ferramentas computacionais, responsável por traduzir conteúdos digitais (textos, vídeos, áudios) para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). E também, o Audima, que converte os textos para áudio. Além dessas ferramentas, as redes institucionais (INSTAGRAM e FACEBOOK) contam com a descrição de imagens e banners para facilitar a comunicação interna e externa da universidade;
- Quanto à estrutura física, conta com piso podotátil, placas em Braile e rampas nas áreas interna e externa da instituição.

O direito à educação da pessoa com deficiência, com base em igualdade com as demais pessoas, é garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), pela Lei n.º 10.098/2000 e n.º 13.146/2015 e, pelos Decretos n.º 5.296/2004, n.º 6.949/2009 e n.º 7.611/2011, sendo reiterados pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), entre outros documentos nacionais e internacionais. Não podemos esquecer da NBR n.º 9050/2015 da ABNT, que normatiza a forma arquitetônica das construções dos ambientes escolares.

No Curso de Pedagogia da UEMASUL, a inclusão das pessoas com deficiência na educação superior visa assegurar-lhes o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como

assegurar sua participação em determinados ambientes e atividades levando em conta o tipo de deficiência. Para tanto, o *campus* I e o *campus* II, onde o curso é ministrado, contam com acessibilidade arquitetônica. Vale lembrar que a acessibilidade arquitetônica já havia sido planejada e estava garantida independentemente de matrícula de estudantes com deficiência, uma vez que, também, visa a acessibilidade de visitantes e funcionários de própria instituição.

Nesse sentido, a universidade procurou eliminar barreiras colocando rampas em todos os ambientes para garantir acesso aos cadeirantes; sinalização tátil no piso dos principais corredores para guiar alunos com deficiência visual. No âmbito das salas de aulas, conta, também, com tradutores da Língua Portuguesa para e Língua Brasileira de Sinais em todas as salas com estudantes surdos matriculados. Do mesmo modo, conta com auxiliares – leitores – disponibilizado aos estudantes com deficiência visual.

Assim como as demais licenciaturas, o Curso de Pedagogia conta com a disciplina de Educação Especial e Inclusiva. Esta disciplina contém componentes que visam o conhecimento necessário à atuação docente numa perspectiva inclusiva, considerando as diferenças existentes entre os sujeitos e desenvolvendo estratégias adequadas à promoção da aprendizagem de todos.

4.5 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

A política de inclusão de alunos com transtorno do espectro autista no Curso de Pedagogia da UEMASUL será desenvolvida em todos os tripés que caracterizam um curso ofertado por uma universidade que são o ensino-pesquisa-extensão, através de ações educativas, realização de pesquisas acadêmicas, palestras informativas, desenvolvimento de mecanismos facilitadores de aprendizagem, entre outros. Essas ações serão desenvolvidas com base nas principais dificuldades apresentadas pela pessoa com transtorno de espectro autista e em suas características. A saber:

-Acadêmicas: limitações ou alterações na maneira como pessoas com autismo respondem aos estímulos, apresentando tendência a prestar atenção em detalhes o que torna difícil o estabelecimento de relações entre as partes e o todo. Outras características são a rigidez dos pensamentos e pouca flexibilidade no raciocínio, demonstrada pela dificuldade que autistas apresentam em criar coisas novas, fazer um raciocínio inverso, dar sentido além do literal, associar palavras ao seu significado, compreender a linguagem falada e generalizar a aprendizagem;

- ✓ Interações sociais: são inábeis em entender regras complexas de interação social; parecem ingênuos, podem não gostar de contatos físicos, dificuldade em manter

contato visual, não entendem brincadeiras, ironias ou metáforas, pouca habilidade para iniciar e manter conversações, comunicação deficiente;

- ✓ Interesse restrito: tendem a ‘leitura’ implacável nas áreas de interesse e perguntam insistentemente sobre os mesmos; dificuldade para avançar nas ideias; seguem suas próprias inclinações; às vezes recusam-se a aprender qualquer coisa fora de seu campo de interesse;
- ✓ Fraca concentração: frequentemente desligados e distraídos por estímulos externos; são meio desorganizados e tem dificuldade para sustentar o foco nas atividades de sala de aula; perdem materiais e compromissos escolares;
- ✓ Vulnerabilidade emocional: são inábeis para enfrentar as exigências de uma sala de aula. São frequentemente estressados devido à sua vulnerabilidade. Frequentemente são autocríticos e não toleram erros. Reações de raiva são comuns em situações de frustração e estresse;
- ✓ Insistências com semelhanças e padrões: não aceitam muito bem mudanças de padrões definidos.

É importante ressaltar que os Transtornos do Espectro Autista (TEA) apresentam uma ampla gama de severidade e prejuízos, ou seja, há uma grande heterogeneidade na apresentação fenotípica do TEA, tanto com relação à configuração e severidade dos sintomas comportamentais, o que torna imperativo uma avaliação e acompanhamento específico de cada caso, antes do planejamento das ações a serem adotadas para cada estudante.

Através do curso de Pedagogia é promovido a democratização do ensino, neste caso específico, ações de inclusão de estudante com transtorno do espectro autista, a realização de algumas ações, tais como:

- ✓ Realizar palestras educativas acerca do tema tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral;
- ✓ Intensificar palestras, oficinas, capacitações que adotem a temática da convivência, do respeito, da diversidade entre pessoas com e sem autismo;
- ✓ Favorecer a cooperação e o envolvimento entre os estudantes e demais profissionais da instituição;
- ✓ Mostrar a comunidade acadêmica as dificuldades sofridas pelos TEAS e, também, destacar as potencialidades dos estudantes portadores de autismo;
- ✓ Estimular a aceitação da diversidade, evitando comportamentos preconceituosos comumente percebidos na sociedade;

- ✓ Desenvolver possibilidades de interação, socialização e construção do conhecimento, de forma a favorecer a aprendizagem e a construção da autonomia de pessoas com autismo na realização de atividades acadêmicas;
- ✓ Fomentar projetos de pesquisa que visem investigar a acessibilidade do aluno com autismo na educação superior.

4.6 Políticas de apoio ao discente

A UEMASUL, desde o primeiro momento de sua implantação, tem procurado desenvolver uma política de assistência estudantil, visando ampliar o acesso e garantir a permanência acadêmica. A política de atendimento aos discentes da UEMASUL tem como objetivos: diagnosticar, gerenciar e atender necessidades acadêmicas discentes por meio de estudos e proposições de programas, em conformidade com o planejamento acadêmico, financeiro e técnico. Estes objetivos visam implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade de acolhimento aos alunos no que se refere às suas reivindicações administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais da UEMASUL, enquanto instituição pública de caráter regional.

A UEMASUL compreende que o seu corpo discente está na centralidade da missão institucional, assim, aponta a sua razão de existir. A partir dessa compreensão, a instituição tem buscado responder às distintas demandas que o público atendido pela UEMASUL apresenta, por meio de elaboração de políticas de atendimento. Essas políticas têm levado em consideração a diversidade das necessidades do universo estudantil, auxiliando aqueles que enfrentam mais dificuldades, seja no processo de escolarização ou referentes às vulnerabilidades que estejam expostas.

A perspectiva central da política de atendimento aos discentes é a inclusão, que é concebida como vivenciar a experiência da diferença. Isso, para além de requerer um não a discriminação do discente, por sua condição de classe social, etnicidade, deficiência, estado nutricional, orientação sexual ou de qualquer outra ordem, impõe um compromisso da instituição com a justiça e a equidade.

No âmbito do atendimento ao estudante, a UEMASUL, ao longo dos próximos cinco anos, pretende ampliar as ações dos programas já implementados. Visando proporcionar as condições mínimas para um bom aprendizado quanto ao ensino, à pesquisa, à extensão e à inovação, os programas de bolsas e auxílios aos estudantes serão ampliados, em especial, aos mais vulneráveis. Por meio desses programas, os estudantes podem ter acesso tanto ao apoio

pedagógico como ao auxílio financeiro para o pagamento de suas despesas com alimentação, material escolar e transporte.

No tocante à segurança alimentar do estudante, já foi implantado o Restaurante Popular e Universitário (RPU) e o Plano de Alimentação Estudantil – PAE da UEMASUL, que inclui o plano “Cantina Saudável”, em consonância com a Emenda Constitucional n.º 64, de 4 de fevereiro de 2010, que altera o Art. 6º da Constituição Federal e inclui o direito à alimentação como mais um direito social. Essa política de segurança alimentar será implementada nos diversos *campi* da UEMASUL.

Auxílio Creche: Regulamentado pela Resolução n.º 173/2022-CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 100 (cem) auxílios com vagas distribuídas para todos os *campi*, no valor de R\$200,00 (duzentos reais) e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio, além da comprovada vulnerabilidade socioeconômica, é necessário que o discente e tenha filho menor de 6 (seis) anos e detenha a guarda.

Auxílio Moradia: Regulamentado pela Resolução n.º 176/2022 da CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 270 (duzentos e setenta) auxílios com vagas distribuídas para todos os *campi*, no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio é necessário que o estudante tenha família residindo em outro estado ou município diferente do *Campus* da UEMASUL em que está matriculado.

Auxílio Alimentação: Regulamentado pela Resolução n.º 174/2022 CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 370 (trezentos e setenta) auxílios com vagas distribuídas para todos os *Campi*, no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio é necessário que o estudante esteja matriculado nos *Campi* que não dispõem de restaurante universitário.

Auxílio Refeição: Regulamentado em consonância com a Resolução n.º 175/2022-CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 200 (duzentos) auxílios distribuídos para os *Campi* da UEMASUL, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio, é necessário que o estudante esteja matriculado em cursos presenciais regulares de graduação no *campus* que dispõe do Restaurante Popular e/ou Universitário.

Auxílio Transporte: Regulamentado em consonância com a Resolução n.º 172/2022-CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 250 (duzentos e cinquenta) auxílios distribuídos para os *Campi* da UEMASUL, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio é necessário que o estudante esteja matriculado em cursos presenciais regulares de graduação nos *Campi* da UEMASUL.

Tabela 02 – Auxílios concedidos aos discentes e cotas

Resolução CONSUN nº	Bolsa	Quotas
11/2017	Bolsa Permanência	210
173/2022	Auxílio Creche	100
176/2022	Auxílio Moradia	270
174/2022	Auxílio Alimentação	370
175/2022	Auxílio Refeição	200
172/2022	Auxílio Transporte	250

Fonte: Proexae 2022.

Auxílio Emergencial de Inclusão Digital: Além dos auxílios regularmente oferecidos, diante do cenário de pandemia, e com vistas a garantir acesso às aulas por meio de plataformas digitais, a UEMASUL disponibilizou SIM CARDS aos discentes e docentes. Inicialmente foram distribuídos 3.000 (três mil) SIM CARDS, com plano mensal de dados móveis (3G/4G), via Serviço Móvel Pessoal (SMP), com pacotes de dados de 50GB e 30GB mensais, objetivando minimizar os impactos com as condições técnicas de acesso à internet. Com o retorno do ensino presencial, este auxílio foi suspenso e poderá ser ativado caso haja novo decreto que suspenda as aulas presenciais.

Restaurante Universitário: O *campus* de Imperatriz dispõe de um Restaurante Popular Universitário (RPU), oriundo de parceria regulamentada pelo Termo de Cooperação Técnica n.º 02/2017 (SEDES), Processo n.º 186.732/2017 (SEDES), celebrado em a SEDES do Governo do Estado e UEMASUL. Oferece 400 refeições diárias, atendendo aos discentes e técnicos administrativos.

Auxílio para a apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos: Este auxílio é regulamentado pela Resolução n.º 20/2017-CONSUN/UEMASUL e constitui-se como uma iniciativa que permite ao estudante a divulgação do seu trabalho dentro e fora do país, visando a melhoria no seu desempenho acadêmico, sendo de grande importância por articular o ensino, a pesquisa e a extensão. O valor é de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) para a apresentação de trabalhos em eventos dentro do Estado do Maranhão, R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais)

para apresentação em outros estados do Brasil e R\$ 1.170,00 (mil, cento e setenta reais) para apresentação em outros países.

4.6.1 Acolhimento e integração acadêmica

Semestralmente, realizado nas instalações da UEMASUL, é um momento de relevância para o acolhimento dos estudantes recém-chegados à Instituição. Por ocasião dessa programação, são apresentados as normas acadêmicas e os programas de assistência estudantil, entre outras atividades.

4.6.2 Bolsa permanência

Quanto à assistência estudantil, para o atendimento aos acadêmicos, a UEMASUL atuava por meio da Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica (PROGESA), da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação (PROPGI), estabelecendo políticas e programas que visavam fomentar o acesso e a permanência discente na instituição, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade do ensino da pesquisa e da extensão. Em fevereiro de 2022, para dinamizar a atuação junto aos discentes, foi criada a Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil (PROEXAE), que, a partir de então, passou a gerir a política de apoios aos discentes.

Entre essas, podemos destacar o programa de estágio não obrigatório, o Programa de Tutoria para o Cursinho Popular, o Programa de Extensão Universitária (PIBEXT), o Programa de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Institucional de Bolsas Permanência – PBP, o Bolsa de Apoio Técnico Institucional (BATI), Programa Institucional de Bolsa MAIS IDH UEMASUL e o Programa de Monitoria Acadêmica (PMA).

Na UEMASUL, a tarefa de estímulo à permanência discente é realizada por meio de programas desenvolvidos pela PROEXAE, por meio das Coordenadoria de Sustentabilidade e Integração Social e suas Divisões de Acesso e Permanência Estudantil, de Extensão, pela Coordenadoria de Assistência à Saúde e Acessibilidade (CASA) e pela Divisão de Serviço Social e Médico. Estes programas estão em conformidade com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010).

A assistência estudantil da UEMASUL tem seus objetivos definidos pelo PNAES, que são:

- ✓ Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública;
- ✓ Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e na

conclusão da educação superior;

- ✓ Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- ✓ Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Como critérios gerais para concessão do benefício, o discente deverá estar regularmente matriculado em cursos regulares de graduação e estar em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

4.6.3 Atuação do serviço social e médico

A divisão de serviço social e médico da UEMASUL, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil, por meio da Coordenadoria de Assistência à Saúde e Acessibilidade, é responsável pela realização de diversas ações de inclusão. O papel do assistente social da divisão de serviço social e do médico na política educacional da UEMASUL, dá-se, sobretudo, junto às exigências socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da comunidade universitária, a partir da mediação de programas institucionais e governamentais, que garantam a universalização, a democratização e a qualidade da educação.

O trabalho de assistência social, envolve ações junto aos segmentos estudantis e aos demais servidores da instituição, por meio de intervenções que fortaleçam uma política educacional do ensino superior com qualidade, focada no interesse coletivo.

A garantia da qualidade da educação, que deve pautar a atuação dos profissionais da divisão de serviço social e médico, se aporta na expectativa de uma educação que colabore para a emancipação humana e que não prescindam dos benefícios sociais conquistados, enquanto representação das conquistas históricas da classe trabalhadora.

Deve-se enfatizar que a atuação da divisão na universidade objetiva propiciar o desenvolvimento da política educacional da UEMASUL, na perspectiva do acesso e ampliação dos direitos sociais, visando o desenvolvimento dos estudantes, provocando a reflexão e a ação diante das dificuldades apresentadas pelos mesmos. Dessa forma, contribuir-se-á para a permanência dos estudantes na instituição, no sentido de garantir o acesso e a ampliação dos direitos, no que concerne à política educacional, à promoção da inclusão social, da qualidade e da democratização do ensino na UEMASUL.

Assim, a Divisão de Serviço Social e Médico da UEMASUL tem como objetivo, propiciar o desenvolvimento da política educacional desta instituição, na perspectiva do acesso e ampliação dos direitos sociais.

4.6.4 Estágios não obrigatórios remunerados

O estágio não obrigatório, conforme cita a Lei n.º 11.788/2008, é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso, seja na forma de atividades complementares realizadas em entidades, instituições e escritórios.

O discente poderá realizar o Estágio não Obrigatório desde o primeiro período do curso, oportunizando-se a complementar a formação profissional e conhecer, por meio da vivência prática, sua futura profissão. Contudo, não deverá confundir com o obrigatório, pois esse é componente curricular indispensável da estrutura do Curso de Pedagogia. Nesse sentido, o discente só poderá realizar o estágio obrigatório quando estiver matriculado no referido componente.

No caso do estágio não obrigatório, o discente não precisa estar matriculado no componente curricular estágio. Os créditos obtidos com o estágio não obrigatórios serão utilizados como atividades acadêmico-científico-culturais (AACC), que são aquelas que possibilitam o reconhecimento de competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, obrigatórias para todos os cursos de licenciatura.

4.6.5 Monitoria

A Monitoria é a modalidade de ensino e aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinada aos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação. Seu principal objetivo é despertar o interesse dos acadêmicos pela docência, mediante, o desempenho de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas dos cursos, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividades didáticas.

Como procedimento pedagógico, a Monitoria tem demonstrado sua utilidade, à medida que atende às dimensões política, técnica e humana da prática pedagógica (CANDAU, 1986). Portanto, é um instrumento facilitador de aprendizagem, sendo realizado por estudantes e para os estudantes com o objetivo de transferir conhecimento e auxiliar o professor em suas atividades.

Na UEMASUL, a Monitoria tem amparo legal na Resolução n.º 062/2018-CONSUN/UEMASUL e na Lei n.º 10.525/2016 da criação da UEMASUL que, em seu artigo 1º, além de outras deliberações, veio “Disciplinar a concessão de monitoria em disciplinas dos cursos de graduação nas modalidades monitoria com bolsa e monitoria voluntária, a discente

regular da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão”. Ambas em conformidade com a Lei n.º 9.394/1996.

Com esse propósito, o Curso de Pedagogia da UEMASUL apoia os acadêmicos contemplados como bolsistas ou voluntários, no processo de monitoria, com a finalidade de alcançar os seguintes objetivos:

- ✓ Envolver o discente em atividades que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e competências múltiplas que o qualifique para o exercício da docência;
- ✓ Intensificar o processo de formação do discente, por meio de sua participação em todas as etapas do fazer docente;
- ✓ Contribuir para a sedimentação dos conhecimentos didáticos-pedagógicos do discente, de forma que ele seja capaz de utilizá-los como profissional da educação.

4.6.6 Representação Estudantil

O Diretório Central do Estudantes (DCE) Josias Morais na UEMASUL é o órgão de máxima representação estudantil. É formado por uma diretoria eleita pelos estudantes e se articula com todos os Centros Acadêmicos dos cursos de graduação e tem representação estudantil nos Conselhos Superiores da universidade.

O Curso de Pedagogia mantém diálogo com o DCE, respeitando suas decisões e incentivando a participação dos alunos. No momento, há uma articulação para a criação do Centro Acadêmico de Pedagogia que deve ser implementado até o final de 2023.

4.6.7 Acompanhamento do Egresso

O acompanhamento dos Egressos do curso de Pedagogia, será feito de acordo com as orientações que constam na Resolução nº217/2022 – CONSUN/UEMASUL que cria o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAEG) dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL e estabelece suas políticas. Esta política visa acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar oportunidades no mercado de trabalho e estabelecer um feedback junto ao processo de ensino, pesquisa inovação e extensão universitária. Para tanto serão desenvolvidas ações contínuas e regulares no sentido de sensibilizar os estudantes para conhecer e participar das atividades previstas no artigo 15 da referida resolução.

5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO

A organização didático-pedagógica do Curso de Pedagogia do CCHSL reger-se-á pelas normas oriundas dos órgãos centrais de educação – Federais e Estaduais – já citadas anteriormente, que, com base nelas, estabelecemos os objetivos, o perfil profissional desejado, as habilidades e demais elementos que definirão a organização didático-pedagógica do presente projeto.

5.1 Objetivos do Curso

5.1.1 Objetivo Geral

Formar profissionais para atuarem no Magistério da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Gestão Escolar e outros espaços educativos.

5.1.2 Objetivos Específicos

- ✓ Compreender o processo de aprendizagem e o desenvolvimento psicossocial do aluno para desenvolver uma prática educativa adequada às suas características;
- ✓ Integrar, articular e coordenar as atividades que constituem o trabalho pedagógico e de gestão na escola e nos sistemas de ensino;
- ✓ Elaborar, desenvolver e avaliar o projeto político-pedagógico e curricular no âmbito escolar e planos educacionais no contexto dos sistemas de ensino;
- ✓ Realizar diagnósticos sobre a sala de aula, a escola e os sistemas de ensino e apontar soluções a partir de realidades constatadas;
- ✓ Sistematizar conhecimentos e propor intervenções com base nas análises de dados da realidade educacional;
- ✓ Desenvolver trabalhos de extensão de acordo com as demandas sociais e escolares percebidas no âmbito da Educação Básica;
- ✓ Desenvolver, na escola, práticas pedagógicas, experiências curriculares fundamentadas em princípios democráticos e no respeito às diferenças étnicas, culturais e sexuais, de modo a contribuir na superação dos processos de seletividade e exclusão;
- ✓ Usar metodologias adequadas à especificidade das diferentes áreas de conhecimento, aos objetivos do currículo e às características psicossociais dos alunos;

- ✓ Criar, na escola, situações que favoreçam a aprendizagem significativa de conhecimentos e habilidades;
- ✓ Usar novas tecnologias em educação, com o objetivo de enriquecer o processo ensino e aprendizagem;
- ✓ Atuar junto a pessoas com necessidades especiais, usando metodologias e atividades adequadas ao seu desenvolvimento, de forma a assumir seus direitos de cidadania;
- ✓ Desenvolver atividades e metodologias adequadas à Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, contribuindo no processo de desenvolvimento intelectual, social e afetivo das crianças que atende;
- ✓ Atuar com jovens e adultos, desenvolvendo processos educativos e metodologias compatíveis com a especificidade desse segmento na modalidade supletiva ou regular.

5.2 Perfil profissional do egresso

O perfil que pretendemos para o/a pedagogo/a egresso/a da UEMASUL, é que seja capaz de refletir sobre a educação, de interrogar os sentidos da atividade educativa, de compreender as razões que conduziram à profissionalização do seu campo acadêmico. Entendemos o/ pedagogo/a, antes de tudo, como um/uma educador/a capaz de sentir os desafios do tempo presente, de pensar as suas ações nas continuidades e mudanças do trabalho pedagógico, de participar criticamente na construção de uma escola e outros espaços educativos, que atendam às necessidades e ao contexto social no que diz respeito ao processo de humanização.

O desenvolvimento da criança, do jovem e do adulto só acontecerá a partir do entendimento da ação educativa e de sua historicidade. Isso exige que o pedagogo rompa com a visão “natural de educação” que oculta a historicidade da reflexão pedagógica e impede a compreensão da forma como se construíram os discursos científicos nesta área. É importante ainda, que esse profissional entenda que a história da ação educativa não é apenas um objeto que podemos estudar, mas, sobretudo, uma relação com o passado mediada por uma forma específica de atuar no presente, levando em conta os fatores, que, direta ou indiretamente interferem nessa ação.

Nesse sentido, propõe-se que a identidade do Curso de Pedagogia da UEMASUL seja caracterizada pela indissociabilidade entre a teoria e a prática, relativa ao processo educativo, ocorrido nas instituições dos diversos sistemas onde o/a futuro/a pedagogo/a irá atuar como

profissional da educação. Isso significa que esse profissional deve, necessariamente, possuir conhecimentos para pesquisar, diagnosticar, analisar, compreender, acolher as diferenças; redefinir e apontar possibilidades.

5.2.1 Articulação das competências com as características locais

Formar professores para atuar na Educação Básica – Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental – com as competências abaixo relacionadas, em conformidade com o Art. 4º da Resolução CNE/CP n.º 2/2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC define a competência como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017). Com base nessas definições, estabelecemos, neste projeto, as seguintes competências:

Competência didático/pedagógica: mediar o processo de apropriação dos conhecimentos na área da docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo como base e princípio a apropriação do caráter sócio histórico da educação, bem como as metodologias necessárias para uma efetiva comunicação e promoção da aprendizagem e desenvolvimento dos alunos;

Competência em gestão escolar: desenvolver e avaliar experiências, projetos educacionais e formas de organização e gestão dos sistemas de ensino, escolas e espaços educativos não escolares, tendo como base a apropriação dos princípios de gestão democrática de forma crítica e criativa;

Competência investigativa: desenvolver projetos de pesquisa e extensão, tendo em vista a realidade social e educacional, utilizando-se de métodos científicos, considerando os enfoques, abordagens e técnicas de pesquisa, condizentes com os questionamentos a serem respondidos e os objetivos propostos.

5.2.2 Habilidades

A partir das competências gerais acima, elencamos as competências específicas que se referem a três dimensões fundamentais e necessárias à formação de nossos egressos em conformidade com a Resolução n.º 02/2019 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2019):

Conhecimento profissional: a) dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; b) demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; c) reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e d) conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. Para tanto, o egresso do Curso de Pedagogia do CCHSL/UEMASUL deverá ser capaz de mobilizar saberes sobre o mundo físico, social, cultural e digital e, conseqüentemente, entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Utilizar diferentes linguagens para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo, bem como produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Conhecimento Prático e Profissional: a) planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; b) criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; c) avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e d) conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades. Esses conhecimentos devem incorporar-se à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e de habilidades, de saber fazer e saber ser. Para tanto, o egresso de Pedagogia deve traduzir os conhecimentos teóricos em habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais, adotando atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Engajamento no trabalho: entende-se por engajamento um estado psicológico com propósito positivo determinado capaz de: a) comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; b) comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; c) participar do Projeto Pedagógico da escola

e da construção de valores democráticos; e d) engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

5.3 Estrutura curricular do curso

A Resolução n.º 02/2019 – CNE-CP (BRASIL, 2019) recomenda que os cursos de Pedagogia (Licenciatura) organizem sua estrutura curricular nos seguintes grupos:

- ✓ Grupo I – 800h;
- ✓ Grupo II – 1.600h;
- ✓ Grupo III – 800h.

Neste projeto, elegemos o Grupo I como o Núcleo de Estudos de Formação Geral; O Grupo II como o Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e o Grupo III como o Núcleo de Estudos Integradores.

Tomando por base os princípios norteadores propostos, as disciplinas que constituem o currículo se organizarão em torno de quatro Núcleos Formativos, cada um deles devendo garantir a construção de um determinado grupo de conhecimentos teórico-práticos necessários ao exercício profissional. Assim, tendo em vista os fundamentos anteriormente explicados, o currículo do Curso de Pedagogia da UEMASUL, conforme recomenda a Resolução CNE/CP n.º 01/2006 (BRASIL, 2006), a Resolução n.º 02/2015 (BRASIL, 2015) e a Resolução CNE/CP n.º 02/2029 constituir-se-ão pelos seguintes núcleos descritos a seguir.

Grupo I: Núcleo de estudos de formação geral

Considerando que nenhum processo educativo é neutro e a educação não se constitui como um processo desligado da sociedade, este núcleo reúne os conhecimentos que constituem os fundamentos filosóficos, políticos e sociológicos necessários à compreensão e à explicação do fenômeno educativo no atual contexto político e econômico.

Inclui também os fundamentos psicológicos da aprendizagem, permitindo compreender a natureza histórica das relações que se processam entre o nível macro e microsocial. Constitui, pois, a base teórica que permitirá a reflexão e a crítica sobre as relações entre Educação, Sociedade e Cultura. O núcleo é composto pelas disciplinas relacionadas abaixo:

Quadro 05 – Relação de disciplinas do Grupo I

	DISCIPLINA	CR	CARGA HORÁRIA				
			CT	CP	ACE	EST	Total
01	Leitura e Escrita Acadêmica	04	60	-	-	-	60
02	Filosofia	04	60	-	-	-	60
03	Sociologia	04	60	-	-	-	60
04	Psicologia	04	60	-	-	-	60
05	Antropologia da Educação	04	45	-	15	-	60
06	Sociologia da Educação	04	45	-	15	-	60
07	Sociologia da Infância e Culturas Infantis	04	30	-	30	-	60
08	Psicologia da Aprendizagem	04	45	-	15	-	60
09	História da Educação Brasileira	04	60	-	-	-	60
10	Teorias Educacionais	04	45	-	15	-	60
11	Filosofia da Educação	04	60	-	-	-	60
12	Psicologia do Desenvolvimento	04	45	-	15	-	60
13	História da Educação	04	60	-	-	-	60
14	Política Educacional Brasileira	04	60	-	-	-	60
Total		56	735	-	105	-	840

Grupo II: Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos

Considerando que a Resolução CNE/CP n.º 01/2006 elege a docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental como elemento definidor da identidade do Curso de Pedagogia e que a Resolução CNE/CP Nº 02/2015 estabelece que a formação para a Educação Básica deva ser composto das áreas específicas e interdisciplinares do campo educacional, os conhecimentos próprios dessa área devem ser enfatizados. Assim, este núcleo tem como finalidade proporcionar um corpo de conhecimento capaz de assegurar o domínio de “[...] princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares [...] para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade” (BRASIL, 2015).

O núcleo visa, também, a apropriação de conhecimentos que permitam planejar, executar e avaliar projetos educativos, contribuir na construção da autonomia escolar, no planejamento didático, na dinamização do projeto curricular e no projeto político pedagógico da escola. Objetiva, ainda, a formação para a investigação e diagnóstico dos problemas postos pela prática pedagógica e a elaboração de propostas de intervenção para solucioná-los, desenvolvendo ações que visem aproximar escola, família e comunidade.

Quadro 06 – Relação de disciplinas do Grupo II

	DISCIPLINA	CR	CARGA HORÁRIA				
			CT	CP	ACE	EST	Total
01	Fundamentos e Metodologias da Matemática	05	45	15	15	-	75
02	Fundamentos e Metodologias da Língua Portuguesa	05	45	15	15	-	75
03	Fundamentos e Metodologias das Ciências	05	45	15	15	-	75
04	Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	04	45	15	-	-	60
05	Avaliação Educacional	04	45	15	-	-	60
06	Fundamentos e Metodologias de História	05	45	15	15	-	75
07	Avaliação Institucional	04	45	15	-	-	60
08	Educação e Relações de Gênero	04	30	15	15	-	60
09	Fundamentos e Metodologias de Arte	05	45	15	15	-	75
10	Fundamentos e Metodologias de Geografia	05	45	15	15	-	75
11	Língua Brasileira de Sinais – Libras	04	45	15	-	-	60
12	Educação de Jovens e Adultos	04	45	15	-	-	60
13	Literatura Infantojuvenil	04	30	-	30	-	60
14	Gestão Educacional	04	45	15	-	-	60
15	Direitos Humanos	04	30	-	30	-	60
16	Optativa I	04	45	-	15	-	60
17	Optativa II	04	45	-	15	-	60
18	Gestão Escolar	04	45	15	-	-	60
19	Educação à Distância	04	45	15	-	-	60
20	Educação Ambiental	04	30	-	30	-	60
21	Histórias e Culturas Afro-Brasileiras	05	45	30	-	-	75
22	Currículo	05	60	15	-	-	75
23	Histórias e Culturas Indígenas	05	45	-	30	-	75
24	Didática	06	45	30	15	-	90
25	Educação Especial e Inclusiva	06	60	30	-	-	90
26	Alfabetização e Letramento	06	60	15	15	-	90
Total		119	1155	345	285	-	1785

Grupo III: Núcleo de estudos integradores

Este núcleo visa contemplar o princípio da interdisciplinaridade e da relação teoria e prática, criando espaços de integração horizontal e vertical dos conteúdos curriculares. Inclui, ainda, o domínio de novas linguagens da tecnologia educacional, através do estudo da utilização dos recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação voltadas para a área da educação e da produção do conhecimento.

No processo de reformulação do Curso de Pedagogia da UEMASUL, algumas disciplinas aparecem com uma carga horária teórica, prática e de extensão. Essa carga horária, de caráter prático, além de atender a uma prerrogativa legal, conforme o Art. 13, § 1º, Inciso I da Resolução n.º 02 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2015), tem como objetivo a complementação da formação profissional do estudante, mediante sua efetiva participação no desenvolvimento de atividades de planejamento, investigação, programas e planos de trabalho

em ambientes educativos, escolares ou não.

A metodologia adotada para a realização das práticas é a da pesquisa-ação. Nessa inserção, o/a pedagogo/a, em formação, deverá refletir sobre o projeto político pedagógico da escola e sobre os planos de ensino dos professores e outras atividades relacionadas ao conteúdo estudado no ambiente acadêmico. Essa inserção nas escolas é fundamental para a realização dos estágios supervisionados.

O Estágio é uma atividade de aprendizagem profissional. Assim sendo, é também, uma atividade social e cultural proporcionada ao estudante por sua participação em situações reais de vida e trabalho, sob a responsabilidade e coordenação tanto dessa IES, quanto da instituição que o recebe na condição de estagiário. No processo de reformulação do Curso de Pedagogia UEMASUL, os estágios têm como objetivo, a complementação da formação profissional do estudante, mediante sua efetiva participação no desenvolvimento de programas e de planos de trabalho, em escolas públicas que mantenham atividades vinculadas à gestão escolar e à docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Visando a maior participação e responsabilidade do aluno em relação a sua formação acadêmica, o Curso de Pedagogia da UEMASUL é complementado por um conjunto de estudos em diferentes áreas do conhecimento adquiridos dentro e fora do curso. Esses estudos serão estimulados e resultarão do aproveitamento de estudos e práticas na área de educação e áreas afins, realizadas ao longo de todo o curso, tais como: disciplinas oferecidas por outros cursos de graduação, que tenham afinidade com a área de educação; integração com cursos sequenciais, correlatos à área; cursos de atualização; cursos de extensão; participação em seminários, congressos e eventos científicos em área educacional ou áreas afins; exercício de monitoria; participação em programas de iniciação científica; participação em projetos de extensão; publicações em obras ou periódicos.

O aluno deverá cumprir 225 horas de estudos Independentes no decorrer do curso e o seu aproveitamento deve ser submetido a normas específicas aprovadas pelo Colegiado do Curso. O processo que ora vivenciamos, na busca de formar uma mentalidade universitária crítica, exige da comunidade acadêmica a capacidade de elaborar e codificar uma mensagem em nível de trabalho científico. É, através da produção científica, que essa possibilidade se concretiza. A realização e a comunicação de uma produção científica exigem de seu autor capacidade de expressar, descrever, analisar, refletir sobre possíveis encaminhamentos de soluções, novas hipóteses ou, até mesmo, registrar seus questionamentos.

Uma das formas mais habituais de comunicação científica nos cursos de graduação é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). TCC é um nome genérico, que, no curso de Pedagogia da UEMASUL, será em forma de Monografia. Esta será elaborada sob orientação de professor da UEMASUL, efetivo ou substituto. Contudo, a critério do Colegiado, mediante justificativa apropriada, outro professor, de outra instituição, poderá compartilhar a orientação. A apresentação da Monografia será, sempre, um ato público, para uma banca composta pelo orientador e outros dois professores. O orientador e o graduando proporão os nomes para a banca ao Colegiado do Curso, ao qual compete a decisão final.

O trabalho de Conclusão de Curso deverá ser elaborado em duas fases, até no mínimo em dois períodos letivos consecutivos. No último semestre o aluno já deverá ter seu pré-projeto aprovado e com orientação definida. Essa elaboração obedecerá a um plano de pesquisa e a aplicação de um método científico, cujas normas deverão ser normatizadas em manual próprio. Situa-se nesse âmbito as disciplinas relacionadas no quadro abaixo:

Quadro 07 – Relação de disciplinas do Grupo III

Ord	DISCIPLINA	CR	CARGA HORÁRIA				
			CT	CP	ACE	EST	Total
01	Metodologia Científica	04	60	-	-	-	60
02	Tecnologia da Informação e Com.o em Educação	05	30	45	-	-	75
03	Pesquisa em Educação	04	45	15	-	-	60
04	Estágio Supervisionado em Educação Infantil	09	-	-	-	135	135
05	Estágio Supervisionado em anos iniciais do Ens. Fundamental	09	-	-	-	135	135
06	Estágio Supervisionado em Gestão Escolar	09	-	-	-	135	135
07	Atividade Acadêmico-Científico-Culturais	-	-	-	-	-	225
08	Trabalho de Conclusão de Curso	-	-	-	-	-	-
Total		40	135	60	-	405	825

5.3.1 Matriz Curricular

Código	I Período	CR	CH				
			CT	CP	ACE	EST	Total
USPEDITZ001	Leitura e Escrita Acadêmica	04	60	-	-	-	60
USPEDITZ002	Filosofia	04	60	-	-	-	60
USPEDITZ003	Sociologia	04	60	-	-	-	60
USPEDITZ004	Psicologia	04	60	-	-	-	60
USPEDITZ005	Metodologia Científica	04	60	-	-	-	60
USPEDITZ006	Antropologia da Educação	04	45	-	15	-	60
	Total do Período	24	345	-	15	-	360

Código	II Período	CR	CH				
			CT	CP	ACE	EST	Total
USPEDITZ007	Filosofia da Educação	04	60	-	-	-	60
USPEDITZ008	Sociologia da Educação	04	45	-	15	-	60
USPEDITZ009	Psicologia do Desenvolvimento	04	45	-	15	-	60
USPEDITZ010	História da Educação	04	60	-	-	-	60
USPEDITZ011	Sociologia da Infância e Culturas Infantis	04	30	-	30	-	60
USPEDITZ012	Tecnologia da Informação e Comunicação em Educação	05	30	45	-	-	75
	Total do Período	25	270	45	60	-	375

Código	III Período	CR	CH				
			CT	CP	ACE	EST	Total
USPEDITZ013	Psicologia da Aprendizagem	04	45	-	15	-	60
USPEDITZ014	História da Educação Brasileira	04	60	-	-	-	60
USPEDITZ015	Didática	06	45	30	15	-	90
USPEDITZ016	Fundamentos e Metodologias da Matemática	05	45	15	15	-	75
USPEDITZ017	Fundamentos e Metodologias da Língua Portuguesa	05	45	15	15	-	75
USPEDITZ018	Fundamentos e Metodologias das Ciências	05	45	15	15	-	75
	Total do período	29	285	75	75	-	435

Código	IV Período	CR	CH				
			CT	CP	ACE	EST	Total
USPEDITZ019	Alfabetização e Letramento	06	60	15	15	-	90
USPEDITZ020	Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	04	45	15	-	-	60
USPEDITZ021	Avaliação Educacional	04	45	15	-	-	60
USPEDITZ022	Política Educacional Brasileira	04	60	-	-	-	60
USPEDITZ023	Fundamentos e Metodologias de História	05	45	15	15	-	75
USPEDITZ024	Teorias Educacionais	04	45	15	-	-	60
	Total do período	27	300	75	30	-	405

Código	V Período	CR	CH				
			CT	CP	ACE	EST	Total
USPEDITZ025	Currículo	05	60	15	-	-	75
USPEDITZ026	Avaliação Institucional	04	45	15	-	-	60
USPEDITZ027	Educação e Relações de Gênero	04	30	15	15	-	75
USPEDITZ028	Fundamentos e Metodologias de Arte	05	45	15	15	-	75
USPEDITZ029	Fundamentos e Metodologias de Geografia	05	45	15	15	-	75
USPEDITZ030	Educação Especial e Inclusiva	06	60	30	-	-	90
	Total do período	29	285	105	45	-	435

Código	VI Período	CR	CH				
			CT	CP	ACE	EST	Total
USPEDITZ031	Língua Brasileira de Sinais – Libras	04	45	15	-	-	60
USPEDITZ032	Educação de Jovens e Adultos	04	45	15	-	-	60
USPEDITZ033	Literatura Infanto-Juvenil	04	30	-	30	-	60
USPEDITZ034	Gestão Educacional	04	45	15	-	-	60
USPEDITZ035	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	09	-	-	-	135	135
	Optativa I	04	45	-	15	-	60
	Total do período	29	210	45	45	135	435

Código	VII Período	CR	CH				
			CT	CP	ACE	EST	Total
USPEDITZ036	Educação à Distância	04	45	15	-	-	60
USPEDITZ037	Pesquisa em Educação	04	45	15	-	-	60
USPEDITZ038	Gestão Escolar	04	45	15	-	-	60
USPEDITZ039	Histórias e Culturas Indígenas	05	45	-	30	-	75
USPEDITZ040	Estágio Supervisionado em Anos Iniciais do Ensino Fundamental	09	-	-	-	135	135
	Optativa II	04	45	-	15	-	60
	Total do Período	30	225	45	45	135	450

Código	VIII Período	CR	CH				
			CT	CP	ACE	EST	Total
USPEDITZ041	Direitos Humanos	04	30	-	30	-	60
USPEDITZ042	Histórias e Culturas Afro-Brasileiras	05	45	30	-	-	75
USPEDITZ043	Educação Ambiental	04	30	-	30	-	60
USPEDITZ044	Estágio Supervisionado em Gestão Escolar	09	-	-	-	135	135
	Atividades Acadêmicos-Científico-Culturais - AACC	-	-	-	-	-	225*
USPEDITZ046	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	-	-	-	-	-	-
	Total	22	105	30	60	135	330
	Carga Horária Total do Curso	215	2025	420	375	405	3225

* Carga horária não computada nos créditos.

Componentes Optativos

	CR	CH				
		CT	CP	ACE	EST	Total
Culturas Escolares	04	45		15		60
História e Cultura da Região Tocantina	04	45		15		60
Educação Popular e Movimentos Sociais	04	45		15		60
Educação do Campo	04	45		15		60
Educação em Espaços Não Escolares	04	45		15		60
Sociolinguística	04	45		15		60
Estudo de Dados Educacionais	04	45		15		60

5.3.2 Ementários e Referências

I PERÍODO

LEITURA E ESCRITA ACADÊMICA
<p>EMENTA: Análise dos tipos de escrita e conhecimento do texto acadêmico. Diferentes gêneros discursivos acadêmicos: gêneros, resumo, resenha, artigo, fichamento e monografia. Tipologia textual. Denotação e conotação. Textualidade: fatores e elementos. Teoria e prática da produção textual.</p>
Bibliografia básica
<p>MACHADO, A. R. L; LOUSADA, E. G; ABREU-TARDELLI, L. S. Planejar gêneros acadêmicos: escrita científica-texto acadêmico-diário de pesquisa-metodologia. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.</p> <p>MEDEIROS, João Barros. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>MOTTA-ROTH, Désirée. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.</p>
Bibliografia Complementar
<p>BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 3. ed. São Paulo: Ática, 2019.</p> <p>FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: Leitura e redação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.</p> <p>FIORINI, J. L. Argumentação. São Paulo: Contexto, 2020.</p> <p>MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.</p> <p>MACHADO, Anna R; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia Sant. Resenha. São Paulo: Parábola, 2010.</p>

FILOSOFIA
<p>EMENTA: Conhecimento Filosófico: natureza e objeto. Fundamentação Filosófica do Homem do Mundo. Sociedade e Estado. Valores no tempo e no espaço. Correntes Filosóficas e realidade.</p>
Bibliografia básica
<p>BONJOUR, Laurence. Filosofia. Textos fundamentais comentados. Porto Alegre/RS, Artmed, 2010.</p> <p>BORNHEIM, Gerd A. Introdução ao filosofar: o pensamento filosófico em bases existenciais. São Paulo/SP, Globo, 2009.</p> <p>JASPERS, Karl. Introdução ao pensamento filosófico. São Paulo, Cultrix, 1976.</p>
Bibliografia Complementar

DIONIZIO, Maiara et all. **Filosofia contemporânea**. Porto Alegre/RS, Sagah, 2018.

GUIMARÃES, Bruno. **A filosofia como esclarecimento**. Belo Horizonte/MG, Autêntica, 2014.

LUCKESI, C. Carlos, PASSOS, Elizabete Silva. **Introdução à filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 1995.

NUNES, Benedito. **A filosofia contemporânea: trajetos iniciais**. São Paulo: Ática, 1996.

SAUNDERS, Clare. **Como estudar filosofia. Guia prático para estudantes**. São Paulo/SP, Artmed, 2009.

SOCIOLOGIA

EMENTA: Fundamentos históricos do pensamento social. Pensamento social clássico. Pensamento social no Brasil. Pensamento social além do Cânone. Trabalho, cultura e tecnologia na sociedade contemporânea.

Bibliografia Básica

- ARAÚJO, Silvia Maria de. **Sociologia: Um olhar crítico**. São Paulo/SP, Contexto, 2019.
- CASTRO, Ana Maria de. **Introdução ao pensamento sociológico: Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Talcott Parsons**. 18ª ed. São Paulo/SP, Centauro. 2005.
- SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Max, Durkheim e Weber**. 7ª ed. Petrópolis/RJ, Vozes, 2015.

Bibliografia Complementar

- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro/RJ, Rocco, 1997.
- DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade**. Rio de Janeiro/RJ, Civilização Brasileira, 2005.
- IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- GUARESCH, Pedrinho. **Sociologia crítica: alternativas de mudanças**. 61. ed. Porto Alegre: 2011.
- SCHAEFER, Richard. **Fundametnos de sociologia**. 6a ed. Porto Alegre, AMGH, 2016.

PSICOLOGIA

EMENTA: Introdução ao estudo da Psicologia. Principais Escolas da Psicologia: Behaviorismo, Gestaltismo e Psicanálise. Hereditariedade e ambiente: maturação e aprendizagem. Bases biológicas e sociológicas do comportamento.

Bibliografia Básica

BOOK, Ana Maria M. Bahia et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia.** São Paulo: Saraiva, 2008.

BRAGHIROLI, Eliana Maria et al. **Psicologia geral.** Petrópolis: Vozes, 2000.

COLL, César. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva v.1.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

DAVIDOFF, L. L. **Introdução à psicologia.** São Paulo: Makron Books, 1983.

FIGUEIREDO, L. C. **Matrizes do pensamento psicológico.** Petrópolis: Vozes, 2014.

PAREDES, Eugênia Coelho. **Psicologia: introdução.** Cuiabá: EdUFMT, 2003.

PIAGET, Jean. **Gênese das estruturas lógicas elementares.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

TELFORD, Charles Witt; SAWREY, James M. **Psicologia: uma introdução aos princípios fundamentais do comportamento.** 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

EMENTA: Introdução ao conceito e fundamentos da metodologia científica. Nascimento da ciência moderna. Método científico. Ciência contemporânea. Investigação científica: lógica, linguagem e método. Conceito de verdade. Trabalhos acadêmicos. Normas dos trabalhos acadêmicos.

Bibliografia Básica

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalho na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BASTOS, Cleverson Leite. **Aprendendo a aprender: Introdução à metodologia científica**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SANTOS, Boaventura De Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO

EMENTA: Antropologia e educação; Educação e saberes culturais; Diversidade, alteridade e suas repercussões no debate sobre diferenças e desigualdades sociais; Multiculturalismo, interculturalidade e políticas de reconhecimento, com ênfase em processos de socialização; Práticas educativas; Atividades extensionistas sobre interculturalidade em escolas da Educação Básica.

Bibliografia Básica

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1991.

LAPLANTINI, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LARAIA, Roque de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 12 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2020.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Eliane. **Raça: conceito e preconceito**. São Paulo: atica, 1997.

GOMES, Mercio P. **Antropologia: ciência do homem**. São Paulo: Contexto, 2008.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SILVA, Aracy Lopes da. **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.

II PERÍODO

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

EMENTA: Filosofia e Educação. Ideologia da educação brasileira. Educação como redenção da sociedade. Educação como reprodução e como transformação da sociedade. Educação e Dimensão Política. Valores da educação e da sociedade. Educação dos educadores. Filosofia crítica da educação. Reflexão sobre a realidade educacional no Estado.
Bibliografia Básica
<p>ARANHA, Maria. Lúcia de. Filosofia da educação. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez Editora, 2011.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.</p>
Bibliografia Complementar
<p>CAMOZZATO, Bruna Koglin et all. Filosofia da educação. Porto Alegre/RS, Sagra, 2018.</p> <p>LARA, Tiago Adão. A escola que não tive... o professor que não fui: temas de filosofia da educação. São Paulo/SP, Cortez, 1992.</p> <p>GHIRARDELLO JUNIOR, Paulo. A nova filosofia da educação. Barueri/SP, :Manole, 2014.</p> <p>MATOS, Olgária. Filosofia a polifonia da razão: filosofia e educação. São Paulo, Scipione, 1997.</p> <p>PERISSÉ, Gabriel. Introdução à filosofia da educação. Belo Horizonte/MG, Autêntica, 2008.</p>

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
EMENTA: Sociologia da Educação. Aspectos históricos e epistemológicos da Sociologia da Educação. Educação, hominização e cultura. Educação escolar, seus atores, seus limites. A dimensão sociológica das trajetórias escolares. Educação, culturas e estratificação social. Sociedade em redes, sociedade da informação e os novos desafios para a escola. Atividades extensionistas sobre trajetórias das Instituições Escolares.
Bibliografia Básica
<p>FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 6. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas. 9. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.</p> <p>RUSSELL, Bertrand. Educação e ordem social. São Paulo: Editora Unesp, 2018.</p>
Bibliografia Complementar

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009.

GOMES, Cândido Alberto. **Educação em perspectiva sociológica**. 3. ed. São Paulo: EPU, 1994.

RODRIGUES, Neidson. **Estado, educação e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1982.

TOSCANO, Moema. **Introdução à sociologia educacional**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

VITA, Álvaro de Vita. **Sociologia da sociedade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

EMENTA: Dimensões biológicas, históricas, sociais e culturais do desenvolvimento psicológico. Teorias clássicas em Psicologia do desenvolvimento. Desenvolvimento cognitivo. Desenvolvimento afetivo. Desenvolvimento psicossocial. Periodização do desenvolvimento. Relação desenvolvimento e a aprendizagem. Atividades de pesquisas e seminários sobre a Psicologia do Desenvolvimento e contemporaneidade.

Bibliografia Básica

COLL, César. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar**. 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2004.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 16. ed. São Paulo: Ícone, 2017.

CARRARA, Kester (Org.). **Introdução à psicologia da educação: seis abordagens**. São Paulo: Avercamp, 2004.

Bibliografia Complementar

ALMADA, F. A. C. de. **A formação do professor de educação infantil no contexto das políticas educacionais: uma análise na perspectiva histórico-cultural**. São Luís: EDUEMA, 2015.

FLAVELL, J. B. **Psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1985.

GILBERT, Scott F. **Biologia do desenvolvimento**. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

GOULAR, Íris Barbosa. **Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

TAILLE, Yves De La; OLIVEIRA, Marta Kohl De; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 29. ed. São Paulo: Summus, 2019.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

EMENTA: História da Educação, da antiguidade à atualidade, entre sociedades do oriente e do ocidente. Movimentos Religiosos do Século XVI e suas influências históricas na educação. Participação histórica da África e contribuições para afirmação cultural e educacional dos Afro-brasileiros.

Bibliografia Básica
HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. - Campinas, SP: Autores associados, 2013.
MANACORDA, Mario A. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2022.
Bibliografia Complementar
CAMBI, Franco. História da Pedagogia. Trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
GOODY, Jack. O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
HILSDORF, Maria Lucia S. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012.
ROMÃO, Jeruse (org.). História da educação do Negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação. 2005.
VEIGA, Cíntia G.; FONSECA, Thais Nívia de Lima E. História e historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E CULTURAS INFANTIS
EMENTA: Infância como categoria estrutural geracional. A criança, sua socialização e agência. A criança cidadã de direitos, de múltiplas relações e linguagens, protagonista e pesquisadora. Culturas infantis de pares e relações adulto-criança. Infância e cultura lúdica. Infância, desigualdade e diferença. Infância na escola. Ética e metodologias na pesquisa com crianças. Semana do brincar em parceria com instituições de ensino da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
Bibliografia Básica
ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
CORSARO, William A. Sociologia da infância; tradução: Lia Gabriele Regius Reis; Porto Alegre: Artmed, 2011.
FARIA, Ana Lúcia Goulart de. FINCO, Daniela (Orgs.) Sociologia da infância no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2020.
Bibliografia Complementar

DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

FARIA, Ana Lúcia G., DEMARTINI, Zeila. PRADO, Patrícia (orgs). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com criança**. Campinas: Autores Associados, 2002.

KUHLMANN JR. Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

MOLETTA, Ana Keli; BIERWAGEN, Gláucia Silva; TOLEDO, Maria Elena Roman de Oliveira. **A educação infantil e a garantia dos direitos fundamentais da infância**, Porto Alegre: SAGAH, 2018.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa** [online]. 2010, v. 36, n. 2. pp. 631-644. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000200014>>. Epub 04 Nov 2010. ISSN 1678-4634.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EMENTA: Visão histórica, características e definições de tecnologias. Impacto das TIC's na educação. Recursos tecnológicos educativos e suas implicações no processo ensino aprendizagem. Organização de situações de aprendizagem por meio das TIC's. Atividades práticas de informática: utilização de editor de texto (WORD), do Power Point na elaboração de recursos didáticos, da Internet e do Correio Eletrônico; Ferramentas de busca e seu uso na pesquisa; os softwares educativos e sua exploração em sala de aula.

Bibliografia Básica

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

SIBILIA, Paula. **Redes ou Paredes**: Rio de Janeiro: Contraponto, 2012

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação: Novas Ferramentas Pedagógicas para o professor na atualidade**. 9. ed. São Paulo: Érica, 2015.

Bibliografia Complementar

DEMO, Pedro. **Educação Hoje: novas tecnologias, pressões e oportunidades**. São Paulo: Atlas, 2009.

RAABE, A.; ZORZO, A.; BLIKSTEIN, P. (org.). **Computação na Educação Básica: fundamentos e experiências**. Porto Alegre: Penso, 2020.

SANTOS, Pricila Kohls dos; SANTOS, Elisângela Ribas dos; OLIVEIRA, Hervaldira Barreto de. **Educação e tecnologias**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

SETTON, Maria da Graça. **Mídia e educação**. São Paulo: Contexto, 2010.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação: o uso de tecnologias digitais na aplicação das metodologias ativas**. 10. ed. São Paulo: Érica, 2019.

III PERÍODO

PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM
<p>EMENTA: Psicologia da Aprendizagem: princípios e conceitos das teorias de Skinner, Piaget, Vigotski, Wallon e Rogers. Aprendizagem e motivação. Aprendizagem significativa e criatividade em sala de aula. Fracasso escolar. Interação social com ênfase na relação professor/aluno. Personalidade do professor. Atividade extensionista sobre as teorias presentes no processo educacional em escolas de Educação Básica.</p>
Bibliografia Básica
<p>PIAGET, Jean. Gênese do número na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.</p> <p>CAMPUS, D. M. S. Psicologia da aprendizagem. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>CARRARA, Kester. Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. Campinas: Avercamp, 2004.</p>
Bibliografia Complementar
<p>ALMADA, F. A. C. de. A formação do professor de educação infantil no contexto das políticas educacionais: uma análise na perspectiva histórico-cultural. São Luís: EDUEMA, 2015.</p> <p>GAGNÉ, Robert M. Como se realiza a aprendizagem. Brasília: INL, 1974.</p> <p>MACIEL, Ira Maria. Psicologia e educação: novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.</p> <p>VIGOTSKI, Lev Semenovich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2017.</p> <p>VIGOTSKY, Lev Semenovich. A construção do pensamento e da linguagem. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.</p>

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
<p>EMENTA: Contextualização histórica das práticas educacionais brasileiras. Historicidade da educação brasileira nos contextos da multiplicidade cultural e étnica, das relações de gênero e das classes sociais. Construção historiográfica da educação brasileira e diálogo com diversas fontes e linguagens. Interface com a história da educação maranhense ao longo da disciplina.</p>
Bibliografia Básica
<p>GHIRALDELLI JR. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez Editora, 2012.</p> <p>HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2017.</p> <p>SAVIANI, Demerval. A pedagogia no Brasil: História e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.</p>
Bibliografia Complementar

CARVALHO, Marta Maria. Chagas de. **A escola e a república**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LOPES, E. M. et al. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

VIDAL, Diana. (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

DIDÁTICA

EMENTA: Contextualização da Didática e suas relações entre sociedade, pedagogia e escola. Fundamentos sócio-políticos-epistemológicos da Didática na formação do(a) professor(a) e na construção da identidade docente, bem como os saberes requeridos para o ato pedagógico. Relações fundamentais do processo de trabalho docente: sujeito/objeto/construção de conhecimento; teoria/prática; ensino/aprendizagem; professor/aluno. Organização da dinâmica da prática pedagógica: processo do planejamento. Pesquisa de campo dos componentes do processo de ensino e a socialização dos dados. Oficina de planejamento de ensino com professores da Educação Básica.

Bibliografia Básica

CANDAU, Vera M. F (Org.). **A didática em questão**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FRANCO, Maria Amélia Santoro, PIMENTA, Selma Garrido. **Didática: embates contemporâneos**. São Paulo Loyola, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

Bibliografia Complementar

CANDAU, Vera Maria; CRUZ, GISELI Barreto; FERNANDES, Claudia (orgs). **Didática e fazeres-saberes pedagógicos: diálogos, insurgências e políticas**. Petrópolis: Vozes, 2020

CANDAU, Vera M. F. **Rumo a uma nova didática**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?** Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos a atividade docente**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA MATEMÁTICA

EMENTA: Fundamentos filosóficos: filosofia da educação, filosofia da matemática e da educação matemática. Fundamentos psicológicos: teorias psicológicas baseadas nos princípios e perspectivas de construção do conhecimento matemático. Uso social da matemática pelas diferentes culturas brasileiras - Etnomatemática. Análise de propostas curriculares oficiais, em nível nacional, estadual e municipal. Análise e utilização de recursos didáticos. Avaliação específicas no campo da educação matemática.

Bibliografia Básica

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; Antonio Vicente Marafioti Garnica. **Filosofia da educação Matemática**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LOYO, Tiago; CABRAL, Viviane Ribeiro de Souza. **Metodologia do ensino de matemática**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

SANTOS, Vinicius de Macedo. **Ensino de Matemática na Escola de Nove Anos: Dúvidas, Dúvidas e Desafios**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Bibliografia Complementar

FONSECA, Solange. **Metodologia de ensino: matemática**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1997.

MACHADO, Nilson J. **Matemática e educação**. São Paulo: Cortez, 1995.

ROSA NETO, Ernesto. **Didática da matemática**. São Paulo: Ática, 1997.
Metodologia de ensino: matemática

SUTHERLAND, Rosamund. **Ensino eficaz de matemática**. tradução Adriano Moraes Migliavaca. Porto Alegre: Artmed, 2009

ZALESKI FILHO, Dirceu. **Matemática e Arte**. Belo horizonte: autêntica editora, 2013.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

EMENTA: Desenvolvimento da linguagem, da leitura e da escrita na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Língua Portuguesa nos currículos oficiais. Metodologia da Língua Portuguesa com ênfase na Produção textual oral e escrita e na diversidade de gêneros textuais. Concepções e estratégias de leitura. Planejamento e desenvolvimento de situações de aprendizagem junto às crianças de Educação Infantil e/ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica

LEAL, Telma Ferraz; SUASSUNA Livia (organizadoras). **Ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica**: reflexões sobre o currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 2002.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. Porto Alegre: ArteMéd, 2012.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, Ana Carolina P.; ROSA, Ester C. de S (Orgs.). **A aprendizagem Inicial da Língua Escrita com crianças de 4 e 5 anos**: mediações pedagógicas. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.

BRASIL. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações gerais. Brasília: Ministérios da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004.

KLEIMAN, A. B. **Preciso “ensinar” o letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever? São Paulo: Unicamp, 2005.

NASCIMENTO, Elvira Lopes. **Gêneros textuais**: da didática das línguas aos objetos de ensino. 3. ed. - Campinas, SP: Pontes editores, 2019.

SUASSUNA, Livia. **Ensino de língua portuguesa**: uma abordagem pragmática. São Paulo, Papyrus, 2002.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DAS CIÊNCIAS

EMENTA: Ensino de Ciências numa perspectiva de investigação e compreensão da realidade. Análise de propostas curriculares oficiais (Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental), em nível nacional, estadual e municipal. Confecção e utilização de recursos didáticos. Análise de procedimentos de avaliação específicos no campo das Ciências. Ciência e Meio ambiente, desafios para educação ambiental.

Bibliografia Básica

ASTOLFI, J. P. & DEVELAY, Michel. **A Didática das Ciências**, Campinas: Papyrus, 1990.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de, (org.). **Ensino de ciências por investigação**: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

GONÇALVES, Adriana Fernandes (org.) **Metodologia do ensino de ciência**. Porto Alegre: SAGAH, 2016.

Bibliografia Complementar

ARMSTRONG, Diane Lucia de Paula; BARBOZA, Liane Maria Vargas. **Metodologia do Ensino de Ciências Biológicas e da Natureza**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2018.

MARANHÃO, **Documento Curricular do Território Maranhense**. 2019.

MENEZES, L. C. (Org.) **Formação continuada de professores de ciências: tendências e inovações**. São Paulo: Cortez, 1993.

NERICI, Imídio. **Metodologia de ensino: uma introdução**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

IV PERÍODO

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

EMENTA: Processo de alfabetização no Brasil, análise de dados e compreensão da alfabetização em suas dimensões político-social e linguística. Alfabetização como processo complexo: vantagens e desvantagens dos principais métodos sintéticos e analíticos. Relação entre alfabetização e letramento; alfabetização discursiva e cultura escrita na Educação Infantil. Alfabetização sob a perspectiva da linguística: fala, leitura e escrita. Fluência de leitura e psicogênese da língua escrita. Organização do trabalho pedagógico na alfabetização. Realização de vivências envolvendo leitura e escrita em sala de aula.

Bibliografia Básica

KLEIMAN, Angela B.org. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

CAGLIARI, Luís Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo. Scipione, 2010.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 2017.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, Ana Carolina P.; ROSA, Ester C. de S (Orgs.). **A aprendizagem Inicial da Língua Escrita com crianças de 4 e 5 anos: mediações pedagógicas**. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 51 ed. São Paulo. Cortez, 2011.

GOULART, Cecília M A.; GONTIJO, Cláudia Maria M.; FERREIRA, Norma Sandra de A. **A Alfabetização como processo discursivo: 30 anos de A criança na fase inicial da escrita**. São Paulo: Cortez, 2018.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Alfabetização e letramento/literacia no contexto da Educação infantil: desafios para o ensino, para a pesquisa e para a formação**. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo. Contexto, 2014.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
<p>EMENTA: Educação Infantil, aspectos sociohistóricos: construção de concepções sobre a infância e a prática pedagógica na Educação Infantil. brincar, brincadeiras e jogos como expressão cultural e sua importância no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança. Organização do currículo na Educação Infantil, a partir dos documentos oficiais. Protagonismo infantil, pedagogia da participação e pedagogia do cotidiano. Espaços, tempos e materiais na organização do cotidiano da Educação Infantil. Organização do trabalho Pedagógico e avaliação na Educação Infantil: vivências e reflexões.</p>
Bibliografia Básica
<p>CRAIDY, Carmem M.; KAERCHER, Gládis E. Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, M.; PINAZZA, M. A. (Orgs.). Pedagogia(s) da Infância: Dialogando com o Passado. Construindo o Futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>ZABALZA, Miguel A. (Org.) Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>
Bibliografia Complementar
<p>EDWARDS, Carolyn; FORMAN, George; GANDINI, Lella. As cem linguagens da criança: a experiência de Reggio Emilia em transformação. v. 1 e 2. Porto Alegre: Penso, 2015.</p> <p>FOCHI, Paulo. Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Porto Alegre: Penso, 2015.</p> <p>HORN, Maria da Graça S. Sabores, núcleos, filhos, aromas: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil: um caminho para a transformação. Porto Alegre: Penso, 2019.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko M. O jogo e a educação infantil. São Paulo, SP : Cengage Learning, 2016.</p>
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
<p>EMENTA: Contextualização histórica da avaliação educacional. Avaliação educacional no contexto políticas públicas direcionadas para a escola. Concepções de avaliação e suas modalidades: avaliação da aprendizagem. Avaliação emancipatória que promova a qualidade do ensino na escola. Planejamento, elaboração e/ou análises de atividades práticas de avaliação.</p>
Bibliografia Básica
<p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.22. ed. São Paulo: São Paulo, Cortez.</p> <p>ROMÃO, Jose Eustáquio.Avaliação dialógica: desafios e perspectivas.9. ed.São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>ESTEBAN, Maria Teresa. Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos.5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p>
Bibliografia Complementar

DOS SANTOS, Kohls Pricila; GUIMARÃES, Joelma. **Avaliação da aprendizagem**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

DOS SANTOS, Ana Maria Rodrigues. **Planejamento, Avaliação e Didática**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2013.

SUHR, Inge Renate Frôse. **Avaliação de Aprendizagem - Fundamentos e Práticas**. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2022.

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

EMENTA: Estado Moderno e políticas educacionais: determinantes políticos, econômicos, filosóficos, históricos, culturais e sociais. Políticas educacionais no contexto do Estado neoliberal e da terceira via. Reformas e políticas educacionais no Brasil: aspectos históricos, legais, normativos e organizacionais. Políticas educacionais no contexto atual e seus rebatimentos para a escola pública. Políticas educacionais para o ensino básico e para a formação do educador nas últimas décadas.

Bibliografia Básica

MELLO, Guiomar Namó de. **Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília, DF: Unesco, 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política e planejamento educacional**. 2 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

Bibliografia Complementar

BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (organizadores). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2022.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014

BRASIL. **Lei n. 10.172**, de 9 janeiro de 2001. Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto de MEC**. Educação & Sociedade. v. XXVIII, nº100, out./2007. p. 1231-1255.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DE HISTÓRIA

EMENTA: Natureza do conhecimento histórico. Conceitos fundamentais da história. Reflexão sobre o ofício do historiador. Pensamento histórico e correntes historiográficas do século XIX: Historicismo alemão, Escola Metódica francesa e Positivismo, materialismo histórico e dialético, Escola dos Annales, Escola de Frankfurt, Estruturalismo e Pós-Estruturalismo; abordagens e metodologias de Pesquisa Histórica. Metodologias da História Oral, da História do Tempo Presente, da Micro-História e da História Local e Regional. Articulação da produção do conhecimento histórico e de sua transposição para o ensino da disciplina.

Bibliografia Básica

BLOCH, M. **A apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

HOBSBAWN, E. **Sobre história**. São Paulo: Cia das letras, 2013.

BURKE, P. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

Bibliografia Complementar

BURKE, P. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONTANA, J. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, SP: Edusc, 1998.

HOBSBAWN, E. **Sobre história**. São Paulo: Cia das letras, 1997.

SEIGNOBOS, C. BURKE, P. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TEORIAS EDUCACIONAIS

EMENTA: Teorias da Educação; Matrizes filosóficas, sociológicas, psicológicas e epistêmicas do pensamento pedagógico. Teorias da Educação dos pensadores clássicos aos contemporâneos: teorias não críticas, teorias críticas e teorias pós-críticas.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, Pablo Rodrigues Bes; [et al.]. **Teoria da educação**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

IMBERNÓN, Francisco; MEDINA, José Luís. **Aprendizagem na universidade: Participação do estudante**. São Paulo: Cortez, 2022.

ILLERIS, Knud. **Teorias contemporâneas da aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.

Bibliografia Complementar

ALVES, Giberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas: Autores Associados, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CLERMONT, Gauthier. (et al.). **Por uma teoria da pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. 2 ed. Unijuí: Editora Unijuí, 2006.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. 2 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

MOREIRA, Marco A. **Teorias de Aprendizagem**. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

V PERÍODO

CURRÍCULO

EMENTA: Teorias curriculares tradicionais. Teorias curriculares críticas. Teorias curriculares pós-críticas: foco nas relações entre currículo, cultura e poder. Estudos culturais e pós-estruturalismo. Vivências em escolas públicas de Imperatriz, concepção de currículo presentes e suas implicações no processo ensino aprendizagem.

Bibliografia Básica

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo**: Campinas questões atuais. 14. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

SACRISTAN, José Gimeno. **Saberes e Incertezas sobre e Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GARCIA, Regina Leite e MOREIRA, Antonio Flavio. **Currículo na contemporaneidade**: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar

CURY, Roberto Carlos Jamil. **Base Nacional Comum Curricular**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez 2018.

HERNADEZ, Fernando. **Organização do currículo por projetos de trabalho**. 5 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2017.

MORAES, Francisco de. **Currículos integrados no ensino médio e na educação profissional**: desafios, experiências e propostas. São Paulo: Editora Senac, 2016.

ARROYO, Miguel G. **Currículo**: território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

EMENTA: Contextualização histórica da avaliação educacional. Avaliação do sistema educacional brasileiro. Avaliação institucional: currículo, corpo docente. Instrumentos de aferição da qualidade da educação: ENEM, Prova Brasil, Pisa, Saeb, Enade e avaliações estaduais e municipais (se houver). Coleta de dados e análises de resultados das avaliações institucionais.

Bibliografia Básica

BOTH, Ivo José. **Avaliação Institucional**. Curitiba: Contentus, 2020.

BOTH, Ivo José. **Avaliação Planejada, aprendizagem consentida: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

GROCHOSKA, Márcia Andreia. **As contribuições da autoavaliação institucional para escola da educação básica: Uma experiência de gestão democrática**. Petrópolis: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

ESTEBAN, M.T. (Org.) **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional: base teórica e construção do projeto**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

TURRRA, Clódia Maria *et al.* **Planejamento de Ensino e avaliação**. Porto Alegre: Sagra/Luzzatto, 1998.

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO

EMENTA: Abordagens contemporâneas para a educação sexual. Aspectos sócio-históricos e políticos do corpo. Principais correntes conceituais dos Estudos de Gênero e sua relação com os estudos do poder. Construção das teorias (trans)feministas. Educação em sexualidade. Família e escola frente a questões de gênero e sexualidade. Gênero e sexualidade nas infâncias e seus reflexos.

Bibliografia Básica

PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, C.B.(org.) **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

GONH, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: vozes, 2013.

Bibliografia Complementar

BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã; Ed. Pulsar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e Diversidade na Escola**. Formação de professores/as em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, SEDH/PR, 2010.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicações dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

XAVIER FILHA, Constatina. **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande. Editora UFMS, 2012.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DE ARTE

EMENTA: Arte e conhecimento sensível. Arte como forma de expressão. Percursos da Arte-Educação. Arte no currículo da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ensino de Arte na escola e linguagens artísticas. Etnoarte e decolonialidade. Atividade extensionista sobre a formação estética do professor. Oficina de Arte.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Ana M. **Redesenhando o desenho: educadores, política e história**. São Paulo: Cortez, 2015

ESCOSTEGUY, Cléa Coitinho; CORRÊA, Romualdo. **Metodologia do ensino de artes**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

ZAGONEL, Bernadete. **Arte na Educação escolar**. Curitiba: InterSaber, 2012

Bibliografia Complementar

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem Linguagens da Criança: a abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância**. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FERRAZ, Maria Heloísa C. de Toledo e Maria F. de Rezende e Fusari. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 1993.

MAZIERO, Stela Maris Britto. **Artes Visuais e a Escola: Aproximações das diferentes abordagens curriculares em EJA e EAD**. Curitiba: InterSaber, 2019.

OSTETO, Luciana E.; LEITE, Maria Isabel. **Arte, Infância e formação de professores: autoria e transgressão**. Campinas: Papyrus Editora, 2004.

PORTO, Humberta Gomes Machado (org.). **Arte e Educação**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DE GEOGRAFIA

EMENTA: Princípios do raciocínio geográfico. Principais conceitos da Geografia contemporânea: espaço, território, lugar, região, natureza, paisagem e educação ambiental. Alfabetização geográfica. Relações sociais constitutivas da presença africana e indígena nos espaços geopolíticos brasileiros. Saberes geográficos no currículo da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir dos documentos oficiais: unidades temáticas e objetos de conhecimento. Ensino de Geografia e recursos didáticos e digitais disponíveis: leituras, vivências e reflexões.

Bibliografia Básica

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

CASTROGIOVANNI, A. C.; COSTELLA, R. Z. **Brincar e cartografar com os diferentes mundos geográficos**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas (SP): Papyrus, 2015.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CASTELLAR, Sônia M. Vanzella. **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. São João: Contexto, 2009.

ORTO, Iris Maria Ribeiro Org; VLACH, Vânia Rubia Farias Org. **Ensino de geografia, diversidade, cidadania: aprendizagens em construção**. São Luis: Eduema, 2015.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; CACETE, Tomoko Iyda Paganelli; Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

REGO, Nelson. (Org.). **Um pouco do mundo cabe em nossas mãos: geografizando em educação o local e o global**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

EMENTA: História da Educação Especial: modelos de educação do deficiente (Institucionalização, Integração e Inclusão). Aspectos políticos-legais da Educação Especial e Inclusiva e contexto político educacional brasileiro. Relação entre concepção de aprendizagem, concepção de deficiência e escolha metodológica. Operacionalização da Educação Especial e Inclusiva nos diversos níveis e modalidades de ensino: atendimento Educacional Especializado, adaptações curriculares, Tecnologias Assistivas, Acessibilidade e trabalho colaborativo. Formação docente para inclusão. Inclusão, sociedade, família e escola.

Bibliografia Básica

GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios**. São Paulo: Moderna, 2010.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 2011

Bibliografia Complementar

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. **Educação Especial: do querer ao fazer.** São Paulo: Avercamp, 2003.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira.** Integração/ Segregação do Aluno Diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

COELHO, Maria Teresa. **Problemas de aprendizagem.** São Paulo: Ática, 2002. Vol. I e II

GARCIA, Jesus Nicasio. **Manual de dificuldades da aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

VI PERÍODO

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS -

EMENTA: Estudo da história dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas; diferença entre linguagens e língua - implicações para se pensar os processos identitários; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em suas singularidades linguísticas e seus efeitos sobre o desenvolvimento, aquisição da língua(gem) e produções culturais; campo e objetos do campo "Estudos Surdos em Educação", bem como suas relações com a Psicologia Educacional; bases epistemológicas das divergências das diferentes formas de se entender a inclusão de pessoas surdas. Oficina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em suas singularidades linguísticas e seus efeitos sobre o desenvolvimento, aquisição da língua(gem) e produções culturais;

Bibliografia Básica

CAPOVILLA, Fernando César. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira: O mundo do surdo em libras, V. 7. 1. ed.** - São Paulo: EDUSP, 2019.

GESSER, Audrel. **Libras?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: Ideologias e práticas pedagógicas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e Bilinguismo.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo, caminhos para uma nova Identidade.** Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

MORAIS, Carlos E. L.D.; PLINSKI, Rejane R K.; MARTINS, Gabriel P. T C.; SZULCZEWSKI, Deise M. **Libras.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

EMENTA: Aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e tendências atuais. Princípios e fundamentos da Educação de Jovens e Adultos. Relação da Educação de Jovens e Adultos com o mundo do trabalho. Políticas públicas Educação de Jovens e Adultos. Atividade prática sobre as condições histórico-sociais que produziram a baixa escolaridade de jovens e adultos em Imperatriz. Seminário com professores das redes municipal e estadual sobre Programas e alternativas metodológicas na área de EJA.

Bibliografia Básica

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta. 12^a ed. São Paulo/SP, Cortez, 2011.

SIQUEIRA, Antonio Rodolfo e GUIDOTTI, Viviane. **Educação de Jovens e Adultos.** Porto Alegre/RS, Sagra, 2017.

LEAL, Telma Ferraz e ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de (orgs). **Desafios de educação de jovens e adultos:** Construindo práticas de alfabetização. Belo Horizonte/MG, Autêntica, 2007.

Bibliografia Complementares

AMORIM, Rodrigo de Freitas. **Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional:** histórias, discursos e diálogos. Curitiba: Appris, 2018.

COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. **Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2017.

LEITE, Sandra Fernandes. **O direito à educação básica para jovens e adultos da modalidade EJA no Brasil:** um resgate histórico e legal. Curitiba: CRV, 2013.

LEMES, Julieta Borges. **Itinerário formativo no PROEJA transiarte de Ceilândia-DF:** uma elaboração a partir das significações e indicações de estudantes da educação de jovens e adultos. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SOARES, Leôncio. **Trajetórias compartilhadas de um educador de jovens e adultos.** Belo Horizonte/MG, Autêntica, 2019.

LITERATURA INFANTO-JUVENIL

EMENTA: Conceito e percursos da literatura infantojuvenil. Estudo de diferentes textos literários destinados às crianças e aos adolescentes, sob os enfoques históricos, geográficos, ideológicos, psicológicos e sociológicos. Literatura na escola. Leitura e narração oral. Literatura infantojuvenil e decolonialidade. Atividade prática sobre a formação leitora do professor e/ou sobre práticas de leitura e narração oral de histórias.

Bibliografia Básica

FONSECA, Edi. **Interações:** com olhos de ler, apontamentos sobre a leitura para a prática do professor de Educação Infantil. São Paulo: Blucher, 2012.

KRAEMER, Maria Luiza. **Histórias infantis e o lúdico encantam as crianças:** atividades lúdicas baseadas em clássicos da literatura infantil. Campinas: Autores Associados, 2021.

PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda. **Literatura infantil - Políticas e concepções.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Bibliografia Complementar

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.) **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

DA CAGNETI, Sueli de S.; SILVA, Cleber Fabiano. **Literatura infantil juvenil ? Diálogos Brasil-África.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MINUZZI, Luara P.; TEIXEIRA, Mariana T.; NOBRE, Debbie M.; et al. **Literatura infantojuvenil.** Porto Alegre : SAGAH, 2019.

PAULINO, Graça; MARTINS, Aracy A.; PAIVA, Aparecida; CORRÊA, Hércules; VERSIANI, Zélia. **Literatura - saberes em movimento.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

REYES, Yolanda. **Ler e Brincar, Tecer e Cantar: literatura, escrita e educação.** São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.

GESTÃO EDUCACIONAL

EMENTA: Reforma do Estado e suas implicações na administração dos setores públicos. Reformas educacionais concebidas pelo Banco Mundial e implementadas na última década nos países latino-americanos. Teorias organizacionais e modelos gerenciais de gestão educacional. Municipalização como uma das modalidades de descentralização e como estratégia do funcionamento do Estado neoliberal, a partir de sua concepção de não intervencionismo.

Bibliografia Básica

CHAUI, Marilena. **Em defesa da educação pública, gratuita e democrática.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 10. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

BALL, Stephen J. Org. **Políticas educacionais: questões e dilemas.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, E. M. et al. **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLIVEIRA, D.A e DUARTE, M.R.T. **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PEREIRA, Ana Vera Santos. **Gestão escolar.** São Luís: UEMANET, 2011.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

EMENTA: Concepções sobre estágio supervisionado, com ênfase no estágio como pesquisa. Criança como sujeito protagonista na Educação Infantil. Organização pedagógica do cotidiano escolar. Prática pedagógica e organização dos espaços e tempos escolares. Prática de ensino na Educação Infantil e a formação reflexiva e continuada de professores: a sala de aula como espaço de investigação-ação, de perguntas pedagógicas, de construção de narrativas, de análise de casos e trabalho com projetos.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Maria C S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro L. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/EB, 2009.

FOCHI, Paulo. **Afinal, o que os bebês fazem no berçário?** Porto Alegre: Penso, 2015.

FONSECA, Edi. **Interações: com olhos de ler, apontamentos sobre a leitura para a prática do professor da educação infantil**. São Paulo: Blucher, 2012.

HORN, Maria da Graça S. **Brincar e Interagir nos Espaços da Escola Infantil**. Porto Alegre: Penso, 2017.

ZABALZA, Miguel A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária**. São Paulo: Cortez, 2014.

VII PERÍODO

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

EMENTA: Modalidade de Educação à Distância: histórico, características, definições, regulamentações. Educação à Distância no Brasil. A mediação pedagógica na modalidade Educação à Distância. Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância que orientam a educação virtual. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet. Vivenciar experiências de EAD e práticas de avaliação em educação online.

Bibliografia Básica

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2009.

NISKIER, Arnaldo. **Educação a distância: a tecnologia da esperança**. 2 ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ROSINI, Alessandro Marco. **As novas tecnologias da informação e a educação a distância**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

Bibliografia Complementar

BEHAR, Patrícia Alejandra. **Modelos pedagógicos em educação à distância**. São Paulo/SP, Artmed, 2009.

BEHAR, Patrícia Alejandra (org). **Recomendação pedagógica em educação à distância**. Porto Alegre/RS, Penso, 2019.

BEHAR, Patrícia Alejandra (org). **Competências em educação à distância**. Porto Alegre/RS, Penso, 2013.

BORBA, Marcelo de Carvalho, MALHEIROS, Ana Paula dos Santos e AMARAL, Rúbia Barcelos. **Educação à distância on line**. 3ª ed. Belo Horizonte/MG, Autêntica. 2011.

VALERIANO, Luciana Aparecida. **Planejamento e administração em educação a distância**. São Paulo: Cengage, 2016.

PESQUISA EM EDUCAÇÃO

EMENTA: Pesquisa em educação no Brasil: tipos, políticas e opções do pesquisador. Etapas metodológicas da pesquisa em educação com reflexões no âmbito das práticas políticas e pedagógicas. Enfoques de pesquisa em educação e suas relações com as abordagens de pesquisa. Aprofundamento teórico, operacional e prático: trabalho de campo, coleta de dados, análise e interpretação dos dados, relatórios e redação do trabalho e normatização do trabalho. Elaboração de Projeto de pesquisa.

Bibliografia Básica

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 8 ed. São Paulo:Cortez, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

NASCIMENTO, Luiz Paulo Do. **Elaboração de projeto de pesquisa**: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

Bibliografia Complementar

BOOTH, Wayne C; COLOMB, Gregory G; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2011.

MATOS, Kelma Socorro Lopes De. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica da ciência e da pesquisa. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GESTÃO ESCOLAR

EMENTA: Escola como núcleo de gestão pedagógica, administrativa e financeira. Gestão democrática e formas de viabilização: conselho diretor, colegiado, caixa escolar, projeto político pedagógico. Organização do trabalho pedagógico na escola e desenvolvimento de estratégias de formação continuada dos docentes. Relações escola/ família/ comunidade na construção da qualidade do processo educativo.

Bibliografia Básica

FERREIRA, Naura S. C. (org.) **Supervisão educacional para uma escola de qualidade.** São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino.** 2. ed. rev. São Paulo: Intermeios, 2018.

Bibliografia Complementar

D'AUREATARDELI, Denise; PAULA, Fraulein Vidigal D. **O Cotidiano da Escola: as novas demandas educacionais.** São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática de escola pública.** São Paulo: Ática, 2016.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública.** São Paulo: Xamã, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastroorg. **Projeto político pedagógico da escola:** uma construção possível. 28. ed. Campinas - São Paulo: Papirus editora, 2010.

HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS

EMENTA:Estudo das populações indígenas no Brasil e das políticas indigenistas. Diferentes abordagens historiográficas relativas à representação dessas populações entre os séculos XVI e XXI e suas perspectivas teóricas e de ensino. Educação indígena e educação escolar indígena. Seminários temáticos com professores e alunos da Educação Básica das redes municipal e estadual sobre a importância da implementação da Lei 11.645 de 2008. Visitas a Terras Indígenas no Maranhão.

Bibliografia Básica

DINIZ-PEREIRA, Júlio, E. e Geraldo Leão. **Quando a diversidade interroga a formação docente.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SILVA, Giovani José, D. e Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa. **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

WITTMANN, Luisa T. **Ensino (d)e História Indígena.** Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2015.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar: experiências dos Povos Indígenas do Alto rio Negro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

EMENTA: Estudo sobre a organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Formas de organização do cotidiano escolar: planejamento e etapas de execução. Conhecimentos dos saberes docentes: processo de ensino como intervenção produtiva no processo de aprendizagem. Disposições legais sobre Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia da Uemasul. Escola como espaço de problematização, questionamentos, reflexão e pesquisa. Produção escrita (relatório, artigos) e socialização como avaliação da disciplina.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Maria Isabel, D; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos**. São Paulo: Cortez, 2015.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa D. **Os Estágios nos Cursos de Licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012.

PANIAGO, Rosenilde, N. et al. **Estágio Curricular Supervisionado Docente Baseado na Pesquisa: Debates Lusobrasileiros**. Ijuí: Editora Unijuí, 2021.

Bibliografia Complementar

AROEIRA, Kalline Pereira; PIMENTA, Selma Garrido (Orgs). **Didática e Estágio**. Curitiba: Appris, 2018.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

GOMES, Marineide de Oliveira (Org.). **Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo: Loyola, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido; **O estágio na formação de professores: universidade, teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 1995.

VIII PERÍODO

DIREITOS HUMANOS

EMENTA: Educação, direitos humanos e formação da cidadania. História e fundamentos dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Direitos humanos como princípios e como norma: Estatuto da Criança e do Adolescente. Cultura e diversidade. Pesquisa sobre a violação dos direitos da criança e adolescente, do idoso, da orientação sexual. Atividade extensionista sobre educação em direitos humanos.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. - Rio de Janeiro: LTC, 2020.

CANDAU, Vera Maria. **Reinventar a escola**. Petropolis, RJ: vozes, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Bibliografia Complementares

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas**. Rio de Janeiro: DP& A, 2008.

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et alli. **Educação em direitos humanos e formação de professores/as**. São Paulo: Cortez, 2013.

FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (org.). **Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.

PAIVA, Angela Randolpho org. **Direitos humanos em seus desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Brasília: editora UNB, 1981.

HISTÓRIAS E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS
<p>EMENTA: Questão étnica e racial no Brasil: debates e disputas historiográficas e sócio-políticas. População negra e indígena na sociedade brasileira em seus contextos históricos; Movimentos sociais negros e indígenas e perspectiva de valorização das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Afirmação da identidade étnico-racial e luta por políticas de ações afirmativas. Ensino de História e seu papel na discussão e na elaboração de subsídios para a materialidade da Lei n.º10.639/2003 e da Lei n.º 11.645/2008, e de suas diretrizes curriculares para a reeducação das relações étnico-raciais no espaço escolar.</p>
Bibliografia Básica
<p>CARNEIRO, Edison. O quilombo dos Palmares. São Paulo: editora Nacional, 1988.</p> <p>COELHO, Wilma de Nazaré Baía org. Educação, história e relações raciais: debates em perspectiva. 1. ed. São Paulo: Livraria da física, 2015.</p> <p>MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: ed. Autentica, 2020.</p>
Bibliografia Complementar
<p>AZEVEDO, Eliane. Raça: conceito e preconceito. São Paulo: Ática, 1997.</p> <p>BENJAMIN, R. A África Está Em Nós-História e Cultura Afro-brasileira. São Paulo: ed. Grafset, 2004, V 1</p> <p>BRASIL. Educação Anti-Racista: Caminhos Abertos Pela Lei Federal no 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.</p> <p>BRASIL. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: SECADI, 2013.</p> <p>FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.</p>
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
<p>EMENTA: Histórico, conceito, princípios e práticas da Educação Ambiental. Meio Ambiente e representação social. Percepção da realidade ambiental. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Projetos, roteiros, reflexões e práticas de Educação Ambiental. Educação Ambiental no espaço formal e não formal. Práticas interdisciplinares, metodologias e vertentes da Educação Ambiental.</p>
Bibliografia Básica
<p>DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.2004.</p> <p>LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.</p> <p>REIGOTA, M. Meio Ambiente e representação social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>

Bibliografia Complementar

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meioambiente e saúde**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/SBF.: **Sistema nacional de unidades de Conservação da Natureza - SNUC**, 2002.

GUTIÉRREZ, F., PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 2. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000.

LEFF, E. (coord.) **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2015.

SACHS. I. **Desenvolvimento Includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR

EMENTA: Saberes e concepções de gestão escolar. Papel dos espaços educativos: estrutura física, organização e dinâmica administrativa. Relação escola e comunidade. Projeto Político Pedagógico. Base Nacional Comum Curricular. Diretrizes Curriculares Nacionais. Documento Curricular do Território Maranhense. Propostas Curriculares e Plano de Gestão Escolar.

Bibliografia Básica

CAMPELLO, Bernadete. **Biblioteca escolar** - Conhecimentos que sustentam a prática. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

DINIZ-PEREIRA, Júlio, E; ZEICHNER, Kenneth M.. **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SANTOS, Clóvis Roberto D. **A Gestão Educacional e Escolar para a Modernidade**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, Naura Syria Carapeto Ferreira (org). **Gestão pública e Gestão da Educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto Ferreira e AGUIAR, Márcia Angela da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.

HENGEMUHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 7.ed. – Petrópolis: Vozes, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática de escola pública**. São Paulo: Ática, 2016.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

EMENTA: Conforme Instrução Normativa do Curso.
Bibliografia Básica
A ser definida pelo docente responsável pela disciplina.
Bibliografia Complementar
A ser definida pelo docente responsável pela disciplina.

ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS -AACC
EMENTA: Conforme Instrução Normativa do Curso.
Bibliografia Básica
A ser definida pelo docente responsável pela disciplina.
Bibliografia Complementar
A ser definida pelo docente responsável pela disciplina.

COMPONENTES OPTATIVOS

CULTURAS ESCOLARES
EMENTA: Fundamentos da Cultura Escolar. Contribuições da Cultura Escolar na pesquisa em História da Educação. Relação entre cultura da escola e cultura material escolar. Perspectivas teóricas e metodológicas dos estudos e pesquisas sobre a cultura material escolar. Atividade extensionista sobre cultura escolar material nas primeiras escolas de formação de professores em Imperatriz e suas implicações na atualidade.
Bibliografia Básica
BENCOSTTA, Marcus Levy (org.) Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007
CANDAU, Vera Maria org. Reinventar a escola.9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019
FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Educação pré-escolar e cultura para uma pedagogia da educação infantil: Campinas: Editora Unicamp, 2002.
SILVA, Rodrigo Manoel Dias, D. et al. Educação, Cultura e Reconhecimento: Desafios às Políticas Contemporâneas. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2015.
Bibliografia Complementar
CANDAU, V. M. (org.) Cultura(s) e Educação: entre o Crítico e o Pós-Crítico. Rio de Janeiro, DP & A, 2005.
J BRANT, Leonardo (org). Diversidade Cultural. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Instituto Pensart, 2005.
ULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação , n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

MOREIRA, Antonio Flavio, CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HISTÓRIA E CULTURA DA REGIÃO TOCANTINA

EMENTA: História e historiografia do Maranhão Republicano Caminhos do gado: descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão. História, memória e cultura das nações indígenas do sul e sudoeste do Maranhão. Comunidades tradicionais e suas manifestações culturais: identidade, resistência e apropriação. Ciclos econômicos na região sudoeste do Maranhão. Modernidade que chega com o projeto “Grande Carajás”. Contradições na Pré-amazônia maranhense.

Bibliografia básica

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**. São Luís: Siorge, 1992.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, J. R. F. Paula Ribeiro: **o Desbravador dos sertões de Pastos Bons**: a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz-Ma: editora Ética. 2007.

MACEDO, Jailson de. (Org). **O regional e o urbano no sul do Maranhão**: delimitações conceituais e realidades empíricas. Imperatriz: Ética, 2013.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/movimentos sociais no campo**: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão. Manaus: Ed.: UEA, 2013.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes, **Eu, Imperatriz**. Imperatriz/MA, Academia Imperatrizense de Letras, 2012.

COELHO NETO, Eloy. **História do sul do Maranhão**: terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

CARVALHO, Carlota. **O sertão**. Rio de Janeiro: Empresa Editora Geográficas Científica e Literária, 1984.

ROCHA, Rosemary Gomes. O processo de ocupação do sul do Maranhão: dinamismo econômico e des(re)ordenamento territorial. In: InterEspaço: **Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**.

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

EMENTA: Educação do Campo enquanto prática e categoria teórica, a partir da compreensão da realidade de vida das populações do campo. Trajetória e concepção da educação popular à luz da teoria sócio-histórica. Movimentos sociais como espaço educativo na formação da cidadania. Educação popular no Brasil. A articulação da educação não formal com o sistema formal de ensino e papel dos movimentos sociais. Tendências e perspectivas da educação dos movimentos populares na realidade brasileira hoje. A educação como prática social de manutenção e/ou transformação do “status quo”. Debate atual sobre Educação do Campo.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular na escola cidadã**. Vozes. 2002.

CHAUI, Marilena. Considerações sobre alguns cadernos do povo e o manifesto do CPC. In **Seminários: “o nacional e o popular na cultura brasileira”**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 3. ed. 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 20ª ed. 1992.

GADOTTI, Moacir. **Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar**. Petrópolis, Vozes, 1990.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 5.ed. Loyola. 1995.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

EMENTA: Estudo dos processos educativos voltados ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, incluindo as populações indígenas e remanescentes de quilombos, vinculados a luta e ao trabalho no meio rural em defesa da reforma agrária e da educação pública. Conceito de Educação Básica; Reflexões sobre as lutas sociais e culturais. Educação como prática social de manutenção e/ou transformação do “status quo”.

Bibliografia Básica

BENJAMIM, César e CALDART, Roseli Salet. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma educação Básica do Campo, 2000

SILVA, Rui Corrêa da. **Extensão rural**. São Paulo: Érica, 2014.

WOLFF, Robert Paul. **O ideal da universidade**. São Paulo: UNESP, 1993.

Bibliografia Complementar

ALMADA, Francisco de A. Carvalho. **A experiência educativa de uma casa familiar rural e suas contribuições para o desenvolvimento local**. 2005. 118p. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém do Pará.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo; Cortez, 1995.

GENTILLI, Pablo (org.). **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

KOLLING, Edgar Jorge e outros. **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

PAIVA, Vanilda. (Org). **Perspectivas e dilemas da educação Popular**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

PEDAGOGIA EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES

EMENTA: Educação formal, não-formal e informal. Fundamentos teórico-metodológicos que norteiam a atuação do pedagogo em espaços não escolares. Processo Pedagógico nos Movimentos Sociais. Processo de organização e desenvolvimento comunitário. Vivências em espaços não escolares.

Bibliografia Básica

GOHN, Maria Da Glória. **Movimentos sociais na educação**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2022

PIMENTA, Selma G.; SEVERO, José Leonardo Rolim de L. **Pedagogia: teoria, formação, profissão**. São Paulo: Cortez, 2021.

Bibliografia Complementar

DA CARVALHO, Juliana Marques D.; SILVA, Carolina Módena. **Pedagogia Empresarial**. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

GOHN, M. Glória. **A força da periferia: a luta de mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1995.

MATTOS, Elizete Lúcia Moreira. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. Petrópolis: Vozes, 2009.

PÁDUA, Gelson Luiz Daldegan. **Pedagogia Social**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

SOCIOLINGUÍSTICA

EMENTA: Introdução à sociolinguística: conceito, objeto e definição. Língua, norma e uso. Variação e mudança linguística. Diversidade linguística e ensino de língua materna. Análise sociolinguística de variantes do português brasileiro. Atividade extensionista sobre as variações linguísticas e o ensino de Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a Sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2021. 2020.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social.** São Paulo: Contexto, 2021.

Bibliografia complementar

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 2001.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Manual de Sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2014

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Alfabetização: uma perspectiva humanista e progressista.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005

ESTUDO DE DADOS EDUCACIONAIS

EMENTA: Big data e ciência de dados. Conceito de banco de dados. Fontes de dados públicas. Dados educacionais brasileiros. Técnicas de análise de dados. Análise de dados na era da programação. Apresentação dos dados: Data Storytelling.

Bibliografia Básica

BOUDETT, Kathryn Parker, CITY, Elizabeth A, e MURNANE, Richard J. **Data Wise: Guia para o uso de evidências na Educação.** Porto Alegre: Penso, 2020.

FILATRO, Andrea. **Data science na educação.** Presencial, a distância e corporativa. São Paulo/SP, Saraiva, 2021.

HURWITZ, Judith. Et all. **Big data para leigos.** Rio de Janeiro/RJ, Alta Books, 2015.

Bibliografia Complementares

AMARAL, Fernando. **Aprenda mineração de dados.** Rio de Janeiro, Alta Books, 2016

DUARTE, Nancy. **Data story: explique dados e inspire ações por meio de histórias.** Rio de Janeiro/RJ, Alta Books, 2021.

FOREMAN, John W. **Data Smart. Usando data science para transformar informação em insight.** Rio de Janeiro/RJ: Alta Books. 2016.

OLSEN, Wendy. **Coleta de dados**. Debates e métodos fundamentais em pesquisa social. São Paulo/SP, Penso, 2015.

STEPHENS-DAVIDOWITZ, Seth. **Todo mudo mente**. Big data, novos dados e o que a internet nos diz sobre quem realmente somos. São Paulo: Alta Books. 2018.

5.3.3 Conteúdos Curriculares

Segundo Libâneo (2006), a tarefa principal da escola é a democratização dos conhecimentos, garantindo uma cultura de base a todas as crianças, jovens e adultos. Nesse sentido, os conteúdos têm a função de garantir as apropriações para além do cotidiano. Saviani (2008, p. 14) também afirma que o papel da escola é a socialização do saber sistematizado e, nesse sentido, o autor é bastante enfático:

Veja bem: eu disse saber sistematizado; não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. A escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular.

Assim sendo, formar profissionais para a atuação na Educação Básica implica em planejar e desenvolver uma proposta curricular articulada às competências identificadas como necessárias ao exercício da atividade docente. No presente projeto, o currículo se constitui, a partir de eixos científicos e culturais e das experiências educativas das/dos professoras(res) e alunas/nos, a fim de formar profissionais-cidadãos com o domínio de conhecimentos, procedimentos e atitudes considerados relevantes para uma prática pedagógica e docente de forma crítica e criativa. Afinal, a educação escolar, como define Saviani (2008), é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo, a humanidade que é produzida historicamente. Como atividade, possui a dupla função de reprodução do indivíduo, singular, e da sociedade (SAVIANI, 2008).

Para isso, “[...] não basta formar indivíduos, é preciso saber para que tipo de sociedade, para que tipo de prática social o educador está formando os indivíduos” (DUARTE, 2007, p. 51). Assim, o Curso de Pedagogia tem como objetivo fazer a relação teoria e prática, provendo condições e meios que assegurem a apropriação dos conhecimentos necessários a uma formação humanizadora.

5.3.4 Integração Curricular

Neste projeto, a integração é entendida como a relação entre os conhecimentos gerais e os específicos numa relação construída continuamente ao longo da formação, através dos (I) Núcleos de estudos de formação geral, (II) Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e sob a regência do (III) Núcleo de estudos integradores.

Nesse sentido, a integração curricular será organizada em sequências didáticas que articulem os vários núcleos de disciplinas do curso buscando sanar as rupturas da visão fragmentada do currículo, construindo propostas coletivas no sentido de viabilizar a integração curricular (RAMOS, 2005) nas relações horizontais e verticais do currículo.

5.3.5 Interdisciplinaridade

Não existe integração curricular sem o diálogo interdisciplinar. Conforme Ramos (2005), Paviani (2008) e Fazenda (2013) a interdisciplinaridade é base da construção de um currículo integrado. Assim, adotamos, neste projeto, a interdisciplinaridade como uma teoria epistemológica e como uma proposta metodológica de diálogo entre as disciplinas. Igualmente, como uma modalidade de colaboração entre professores, pesquisadores e, principalmente, como superação da especialização que perde a visão do todo (PAVIANI, 2008).

De acordo o PDI/UEMASUL (2022), a interdisciplinaridade deve ser compreendida a partir da interação de conceitos, metodologias e materiais analíticos. Assim, o papel da Universidade é o de propiciar essa integração e inter-relação de professores, visando fornecer respostas coerentes às demandas sociais. Nesse sentido, o planejamento interdisciplinar na área pedagógica, é quando os componentes curriculares se relacionam e dialogam para aprofundar o conhecimento e promover a aprendizagem mais significativa.

Nessa perspectiva, a partir de uma concepção interdisciplinar entre os professores do Curso de Pedagogia da UEMASUL, visa, também, instrumentalizar o (a) pedagogo (a) para a mediação didática dos conteúdos e conhecimentos científicos e culturais, numa abordagem voltada para a aprendizagem crítica e significativa destes conteúdos por parte dos alunos.

Ao longo do curso serão realizadas atividades práticas e de extensão conforme previstas nos componentes curriculares. As referidas atividades devem ser desenvolvidas, preferencialmente de forma interdisciplinar, visando permitir a construção de uma leitura

ampliada sobre o objeto e o contexto educacional a partir de diversas áreas, compreendendo o fazer docente em sua complexidade e não em contextos isolados.

5.3.6 Compatibilidade entre hora/aula e hora/relógio

O regime de integralização da carga horária dos cursos de graduação da UEMASUL leva, em consideração, o que está previsto da Resolução n.º 25/2017 – CONSUN/UEMASUL, onde define que a carga horaria de trabalho efetivo é mensurada em 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, o que compreende em: aula expositivas e preleções e atividades práticas supervisionada, tais como laboratórios em bibliotecas, iniciação científica trabalhos individuais e em grupo, aulas de campo, projetos extensionistas, práticas de ensino, estágios e outras de caráter educativo e prático. Deste modo, o curso de graduação cumpre integralmente a carga horária previstas neste Projeto Pedagógico, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

5.3.7 Articulação ensino/pesquisa/extensão

O ensino, a pesquisa e a extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O Artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 determina que as universidades “[...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

a. O ensino

Com a complexidade das atividades humanas, a escola passou a ser a instituição responsável pela transmissão do saber sistematizado. Essa tarefa é garantida pela atividade de ensino, cuja função principal é a *mediação* pelo professor dos conhecimentos gerados e acumulados no decorrer da história humana.

Neste projeto, adotamos como forma de mediação dos conhecimentos no referido curso, a *investigação* e a *exposição*. A *investigação* é a forma metodológica de adquirir conhecimento a partir do esforço que o sujeito faz para obter um entendimento direto da realidade. Para tanto, o sujeito do ato de conhecer deverá assumir uma posição crítica durante

todo o processo (LUCKESI, 1994). “Para a produção do conhecimento da realidade, a primeira posição a ser assumida pelo sujeito é uma crítica dos próprios fenômenos da realidade a ser investigada” (LUCKESI, 1994, p. 125). Isso significa que o investigador tem que ter claro que a realidade não se dá a conhecer de imediato e facilmente, em uma primeira investida. Ela tem subterfúgios e manifesta suas aparências antes de sua essência (MARX, 1988). “Nesta situação, o sujeito é desafiado pela realidade” (FREIRE, 1977, p. 12). Mas, segundo o autor citado, é a prática que desafia o sujeito “[...] a dar-lhe-á condições para compreender o seu modo de ser” (FREIRE, 1977, p. 12). Nessa perspectiva, o processo de operar com a realidade, como relação direta do sujeito com o objeto do conhecimento, é, propriamente, a ato de estudar. Em outras palavras, defendemos que não há aprendizagem sem esforço próprio do estudante e, que, as apropriações, para além do cotidiano (Ciência, Filosofia, Arte e Tecnologia), não se dá de forma espontânea.

O outro método que adotamos como forma de ensino no presente projeto é a *exposição*, como forma de apreensão da realidade. O método de exposição é o meio pelo qual o investigador expõe os conceitos que conseguiu formular sobre a realidade investigada. É, também, o meio pelo qual podemos nos apropriar, através da assimilação ativa dos conhecimentos expostos.

Na *pesquisa*, a confrontação cognitiva se dá entre o sujeito do conhecimento e o objeto a ser conhecido. Já na *exposição*, o confronto se dá entre o sujeito do conhecimento e o objeto conhecido através dos resultados apresentados pelo investigador. Logo, o aluno, desde o início, saberá, que, o que está exposto num texto, num livro ou vídeo et; são formas de entendimento daquele autor que expõe a compreensão que teve da realidade por ele estudada. Portanto, haverá outras formas diferentes de entendimento dessa realidade. A exposição é, pois, um meio adequado para adentrarmos aos mistérios da realidade física e social, sem que tenhamos que proceder aos longos e minuciosos processos da investigação, visto que temos que levar em conta, em um curso de graduação, a variável tempo.

As duas formas de conhecimento, investigação e exposição, estão articuladas. Não há como produzir conhecimento direto da realidade sem se dedicar a uma assimilação crítica dos conhecimentos anteriormente estabelecidos. Os conhecimentos anteriores servem como ponto de apoio para o avanço da investigação, assim como servem para demonstrar as lacunas onde há necessidades de novas ou mais específicas investigações.

Estas são as duas diretrizes que farão a mediação didática no Curso de Pedagogia da

UEMASUL. A partir da *investigação*, estuda-se a realidade, como esta se manifesta aos nossos sentidos, à nossa inteligência, à nossa emoção, compreendendo suas partes e os princípios de inter-relação entre elas. O critério de certeza, de elucidação da realidade, provém da nossa prática e da experiência que vivenciamos. Com a *exposição*, estuda-se a realidade, descobrindo o seu sentido através da compreensão efetuada e expressa por outra pessoa. Nesse momento, não temos em nossas mãos as evidências que justificam a sua validade, mas sim, a afirmação do autor, que pode ser uma autoridade suficiente para acreditarmos no que diz, ou podemos julgar o conhecimento como verdadeiro em função de termos verificado a sua validade.

b. A pesquisa

No item anterior, falamos que a principal função da escola é a transmissão do conhecimento sistematizado. Entendemos que a universidade tem também essa função, mas deve ir além. Ou seja, deve produzir conhecimento e, para tanto, se vale da *pesquisa*. Entendemos a pesquisa como a atividade básica da ciência na produção do conhecimento. Mas, essa definição não tem muito sentido se não refletimos sobre três questões fundamentais do ato de pesquisar: O que pesquisar? Para quem pesquisar?

Ao fazermos esses questionamentos, partimos do entendimento que o ato de pesquisar não é abstrato, autônomo, independente e afastado da sociedade, mas sim uma atividade concreta e, como tal, deve ser analisada a partir de sua prática, de sua base, de como ela realmente ocorre (PRETI, 1992). A partir desse posicionamento, compreendemos, que, no presente projeto, não devemos adotar uma postura apenas *idealista* ou *empirista*. Pelo caminho *idealista* tornamos a pesquisa como uma atividade teórica, de qualidade apenas lógica afastando-a da prática e social. Pelo caminho *empirista*, ou prático, reduzimos a pesquisa ao manejo de técnicas de coleta e de tratamento de dados, julgando dispensável a reflexão teórica. Preti (1992) afirma que embora estas duas formas de encarar a pesquisa sejam válidas, acreditamos que elas são insuficientes no campo educacional, pelo fato de rejeitarem dois aspectos muito importantes na pesquisa: o ético/filosófico e o epistemológico.

Sem uma reflexão ética e filosófica, a pesquisa em educação perde o seu sentido, porque o pesquisador apenas cumprirá uma tarefa acadêmica. A partir do momento em que o pesquisador se preocupa com essas questões, sua pesquisa adquire sentido e significado.

Já o caráter epistemológico da pesquisa está relacionado a três elementos básicos: a)

Aos processos de captação da realidade: como a realidade se apresenta ao pesquisador? Será que todos veem a realidade da mesma forma? O que eu quero responder dentro da minha pesquisa? O que me interessa enxergar em um determinado ambiente? b) *A apreensão do objeto:* como esse objeto se apresenta para mim? Como me apresento para o objeto? c) *A relação sujeito-objeto:* posso me envolver com o objeto pesquisado? Devo manter distância dele?

Em função disso, propomos, para uma reflexão do ato de pesquisar, um ponto de partida ético/filosófico e epistemológico alicerçado nos seguintes pressupostos: a) O conhecimento é um produto histórico-social e não individual e b) A realidade é um todo estruturado, que se desenvolve e que vai se criando com a participação dos seres humanos.

Trata-se, sobretudo, de uma posição política, onde o pesquisador explicita e manifesta sua visão de mundo e sua ideologia, isto é, sua crença de como a sociedade se organiza, se mantém ou se transforma. Portanto, o pesquisador não poderá ser ingênuo, ele terá que ter clareza suficiente para saber a quem o resultado de sua pesquisa beneficiará e a quem prejudicará.

Fica, portanto, evidenciado que a pesquisa, no presente projeto, é entendida e assumida como uma atividade eminentemente social e política, e não meramente especulativa ou mera obrigação acadêmica. Posição essa que deve ser assumida pelo pesquisador e seu orientador. Entendemos a pesquisa como uma atividade humana, uma forma de trabalho, no sentido de capacitar homens e mulheres como agentes do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento humano. Portanto, na formação do educador-pesquisador não há uma preocupação em ensinar respostas e sim em apreender os caminhos, os processos para se obter respostas. Feita coletivamente, de forma interdisciplinar, esta forma de pesquisa adquire sentido e significado.

c. A extensão

A Resolução n.º 07/2018 do CNE/CES estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências, entendendo a Extensão como uma atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico e social, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino

superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Independentemente das definições legais, entendemos que a *extensão universitária* é a forma mais ativa da universidade marcar sua presença na sociedade. Essa atividade é normalizada pela Coordenadoria de Sustentabilidade e Integração Social, através da Divisão de Extensão Universitária da UEMASUL que, por sua vez, se pauta por um conjunto de princípios operacionais, obedecendo às diretrizes básicas definidas no Plano Nacional de Extensão Universitária.

Entendemos que a Extensão, no Curso de Pedagogia, é uma forma da universidade se fazer presente na vida da comunidade e conhecer de perto a realidade, saindo do isolamento, uma vez ,que, nas condições do mundo contemporâneo, o isolamento é sinônimo de estagnação. “A marca da presença de uma instituição é identificada através das formas como se relaciona com seu ambiente externo e do próprio modo como as duas partes se percebem”. (SOUZA, 2001, p. 199). Assim, a relevância de uma instituição é determinada por sua participação e pelas responsabilidades externas que assume, por suas contribuições ao desenvolvimento regional.

Na universidade, essa relevância é construída, sobretudo, por meio das atividades de extensão. A extensão é, também, a atividade que mais promove o encontro da comunidade com os conhecimentos científicos. Estes foram produzidos por cientistas e pensadores, é verdade. Contudo, eles não os produziram as suas próprias custas. Foi a sociedade quem os sustentou em suas pesquisas, tendo sido elas bem ou mal sucedidas. “Os trabalhadores não fazem a pesquisa diretamente, mas são eles que as financiam com o seu trabalho, através dos múltiplos impostos cobrados pelo governo” (LUCKESI, 1994, p. 85). O povo financia cultura, ao lado de muitas outras coisas que o Estado impõe. Sobre todos os objetos que utilizam e consomem, pagam o imposto de circulação de mercadoria. Assim, o povo financia a pesquisa, a educação, a cultura.

A curricularização da extensão, neste projeto, está estruturada de acordo com a Resolução n.º 7 CNE/CES/2018. A carga horária é de 375 (trezentas e setenta e cinco) horas, cumprindo a exigência mínima dos 10% da carga horária total da graduação no ensino superior no Brasil, conforme estabelece a Lei n.º 9.396/96 e demais dispositivos legais.

Desta maneira, a extensão passa a ser concebida junto aos componentes curriculares e contabiliza créditos que serão registrados no sistema de controle acadêmico.

Neste projeto, a extensão será efetivada através de um conjunto de disciplinas em todos os períodos do curso como definido no quadro a seguir.

Quadro 09 – Relações de disciplinas com carga horária de extensão

Ord	DISCIPLINAS	CR	CH			
			CT	CP	CE	Total
01	Antropologia da Educação	04	45	-	15	60
02	Sociologia da Educação	04	45	-	15	60
03	Psicologia do Desenvolvimento	04	45	-	15	60
04	Sociologia da Infância e Culturas Infantis	04	30	-	30	60
05	Psicologia da Aprendizagem	04	45	-	15	60
06	Didática	06	45	30	15	90
07	Fundamentos e Metodologias da Matemática	05	45	15	15	75
08	Fundamentos e Metodologias da Língua Portuguesa	05	45	15	15	75
09	Fundamentos e Metodologias das Ciências	05	45	15	15	75
10	Alfabetização e Letramento	06	60	15	15	90
11	Fundamentos e Metodologias de História	05	45	15	15	75
12	Educação e Relações de Gênero	04	30	15	15	75
13	Fundamentos e Metodologias de Arte	05	45	15	15	75
14	Fundamentos e Metodologias de Geografia	05	45	15	15	75
15	Literatura Infanto-Juvenil	04	30	-	30	60
16	Histórias e Culturas Indígenas	05	45	-	30	75
17	Histórias e Culturas Indígenas	05	45	-	30	75
18	Educação Ambiental	04	30	-	30	60
19	Optativa I	04	45	-	15	60
20	Optativa II	04	45	-	15	60
Total da carga horária com extensão		-	-	-	315	-

5.4 Metodologia de ensino utilizada no curso

Metodologicamente, este projeto fundamenta-se nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Nas atividades de ensino, a Didática será o elo entre a atividade do professor e do aluno. Ela será a mediação necessária, tanto na fase de planejamento quanto na fase de execução, para garantir a tradução da *teoria pedagógica* em *prática pedagógica*.

Parte-se do pressuposto de que a pedagogia, em interface com as demais áreas do conhecimento, manifesta uma natureza eminentemente interdisciplinar a fim de estabelecer relações entre os diferentes componentes curriculares e o contexto da prática educativa da Educação Básica.

A formação do pedagogo será norteadora por uma sólida compreensão da educação e de seus fundamentos. Adotando o princípio da interdisciplinaridade, o currículo propiciará a compreensão da totalidade do processo educativo, desenvolvendo estudos que proporcionem ao estudante as condições necessárias para exercer a análise crítica da realidade educacional no contexto local, regional e nacional.

Isso significa que a relação teoria e prática constituirá unidade integrada ao longo do curso, enfatizando-se no cotidiano escolar as dimensões ética, humana, política, social e estética como estabelece a BNCC (BRASIL, 2017). Adotando-se este princípio, a prática pedagógica como componente curricular estará presente do segundo ao oitavo período do curso, enquanto a extensão estará presente do primeiro ao oitavo período, conforme demonstrado nos Quadros 08 e 09.

A ênfase no trabalho docente, como base no pressuposto da interdisciplinaridade é fonte da unidade teoria e prática, assumindo o estudo das didáticas para o ensino dos conteúdos curriculares na escola básica e, ainda, o uso da pesquisa como meio de produção do conhecimento, a extensão como intervenção na prática social e a inovação com o objetivo de auxiliar o professor a efetuar mudanças significativas na estrutura curricular e nas estratégias pedagógicas da Educação Básica.

O princípio da interdisciplinaridade, aqui defendido, tem a docência como núcleo formador e a gestão como organização do trabalho pedagógico. Assim, o currículo se volta para a formação do pedagogo como o profissional capacitado para atuar em diferentes situações educativas, seja na escola, nas instituições não escolares, na docência ou na gestão, com condições de intervir de forma a mobilizar os profissionais para o enfrentamento dos desafios inerentes ao exercício profissional.

5.4.1 Práticas pedagógicas Inovadoras

Ao falar em práticas pedagógicas inovadoras temos que tomar muito cuidado para não cairmos em modismos porque “[...] todo e qualquer modismo é sempre, e necessariamente, um fenômeno de alienação” (ROSSLER, 2006, p. 8). Todavia, não podemos ignorar que no campo educacional o conceito de inovação nos remete a pensarmos em novas formas de ensinar e de aprender. É, nesse sentido, que inserimos, neste projeto, o conceito de práticas pedagógicas inovadoras.

Assim, adotaremos atividades de aprendizagem, compreendendo esta a partir da concepção histórico cultural preparadas pelos professores para desenvolver saberes de cada componente curricular com os alunos visando movê-los para uma posição investigativa, além de permitir o uso de ferramentas tecnológicas que os apoiem na apropriação e na construção dos conhecimentos.

Estamos cientes de que o ato de inovar exige que as/os professoras/res e demais profissionais da educação reflitam sobre o uso das tecnologias, mas ressignifiquem práticas simples, que, no Curso de Pedagogia fazem toda a diferença, como: a contação de história, a pesquisa, a construção de brinquedos e materiais didáticos alternativos que façam parte do cotidiano de alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

5.5 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Pimenta e Lima (2017, p. 33) afirmam que a “[...] dissociação entre teoria e prática resulta em um empobrecimento das práticas nas escolas, o que evidencia a necessidade de explicitar por que o estágio é unidade de teoria e prática (e não teoria ou prática)”. Esse posicionamento é amparado pela Lei n.º 11.788/2008 que, no seu Artigo 1º defende que:

Estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

Os Estágios Curriculares Supervisionados são atividades de aprendizagem profissionais. Assim, sendo, são também atividades sociais e culturais proporcionadas aos estudantes por sua participação em situações reais de vida e trabalho, sob a responsabilidade e coordenação tanto dos cursos de formação inicial, quanto das instituições que recebem os estudantes na condição de estagiário. No processo de reformulação do Curso de Pedagogia da UEMASUL, os Estágios têm como objetivo a complementação da formação profissional do estudante, mediante sua efetiva participação no desenvolvimento de programas e de planos de trabalho em escolas públicas, que mantenham atividades vinculadas à gestão escolar e à docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Nos estágios deverão adotar a metodologia da pesquisa-ação de modo que possam refletir sobre atividades relacionadas ao conteúdo estudado no ambiente acadêmico e a prática profissional vivenciada no campo de estágio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.º 9.394/96 – e os atos normativos dela originados, em específico, a Resolução do CNE/CP n.º 2, de 1º de Junho de 2015, define em seu Art. 1º que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação

plena, “[...] constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplica-se a todas as etapas e modalidades de educação básica” (BRASIL, 2015). O Artigo 13º, desta mesma resolução, estabelece que o estágio curricular supervisionado deva ser realizado em escolas de Educação Básica.

De acordo com esses dispositivos legais, o Estágio Obrigatório, como o próprio nome indica, é uma condição inerente à formação para o magistério da Educação Básica. Na UEMASUL ele regulamentado pela Resolução nº 031/2018 – CONSUN/UEMASUL que define as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura da UEMASUL e pela Resolução nº 040/2018. A Resolução nº 031/2018 afirma que o Estágio Curricular Supervisionado deve ter uma carga horária de 405 horas, podendo complementar em outras áreas do curso.

A Resolução nº 040/2018, que regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de Licenciatura da UEMASUL, aponta que o Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá preferencialmente em instituições de ensino público (municipal, estadual ou federal) e privado, devidamente regularizados, após assinatura de um convênio firmado. Também estabelece uma carga horária de 405 horas contemplando o Ensino Fundamental e o Gestão Escolar distribuídas de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso.

Assim, no presente projeto o Estágio Obrigatório está dividido em três etapas de 135h cada uma: Estágio Supervisionado na Educação Infantil (135h), Estágio Supervisionado em anos iniciais do Ensino Fundamental (135h) e Estágio Supervisionado em Gestão Escolar (135h). Ao final de cada disciplina de Estágio Supervisionado os estudantes deverão apresentar relatório e/ou artigo acadêmico que tragam reflexões e que permitam o diálogo entre a teoria e a prática vivenciada na pesquisa-ação realizada durante o estágio.

5.6 Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) visam à formação complementar do currículo escolar dos alunos do Curso de Pedagogia, agregando conhecimentos e experiências para a formação do profissional, estimulando-os à prática de estudos independentes e à interdisciplinaridade. A carga horária é regulamentada pela Resolução do CNE/CP n.º 2/2015 que estabelece 225 horas computadas na totalização da carga horária, para a integralização dos créditos do curso. Neste projeto, a carga horária de AACC é de 225 horas.

A coordenação das AACCs ficará a cargo de um professor do Curso de Pedagogia que terá a incumbência por analisar as atividades que podem ser computadas a carga horária para cada atividade e o limite de carga horária para cada grupo de atividades. O aluno deve realizar a solicitação (formulário e documentos) para análise e cômputo da carga horária das AACCs dentro do período letivo de cada semestre, devendo ser seguido o Calendário Escolar da UEMASUL, inclusive para registro de notas no SIGAA.

Não será contabilizada a carga horária das atividades realizadas antes da matrícula do aluno no primeiro semestre do curso. Para alcançar o total das horas, o aluno deve iniciar o cumprimento das AACCs desde o primeiro semestre do curso. Para evitar transtornos, embora não seja uma obrigatoriedade, o ideal é que as horas sejam distribuídas ao longo do curso para não acarretar tudo no final.

5.7 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório do Curso de Pedagogia do CCHSL/UEMASUL. O TCC é, antes de tudo, um trabalho científico. Sua finalidade não é somente para concluir o curso. Ele pode contribuir para que o acadêmico adquira habilidades e competências para indagar sobre dados e fatos da realidade e busque resposta para suas indagações utilizando-se de métodos científicos. Serve, também, para aprofundamento teórico em qualquer área do conhecimento. Embora o aluno tenha contato com a produção científica desde seu ingresso na universidade, é através do TCC que a maioria realiza uma pesquisa de forma mais sistematizada.

No Curso de Pedagogia da UEMASUL, o TCC será elaborado segundo a Resolução n.º 1045/2012 - CONSUN/UEMA, de 19 de dezembro de 2012, é obrigatório, mas não conta como carga horária. Será elaborado pelo aluno, sob a orientação de um professor do curso ou da UEMASUL, tendo como objetivo a produção acadêmica que deve expressar as aprendizagens e habilidades; deverá ser em forma de monografia e terá orientações segundo um Manual Próprio, elaborado pelo NDE do curso, aprovado pelo Colegiado e com a chancela da Biblioteca Central da UEMASUL.

O TCC do curso de Pedagogia, na vigência deste PPC, está vinculado às atividades de ensino, pesquisa e extensão e implica em pesquisas, de livre escolha dos discentes, nas áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas, Currículo, Arte, Filosofia, Letras, Metodologias de Ensino e Gestão Escolar, desde que todos com o foco em Educação. Partindo deste princípio, o

TCC não visa somente à promulgação do término do curso, mas, resgatar conhecimentos adquiridos desde o início da caminhada acadêmica dos discentes.

A elaboração e conclusão do TCC deverá acontecer em três etapas básicas. A primeira acontecerá no penúltimo semestre do curso, por meio de uma disciplina obrigatória - Pesquisa em Educação (60h) – constante da estrutura curricular do curso. Nessa ocasião, o professor ministrante desse componente curricular dará as coordenadas necessárias para que, no final dessa etapa, o Pré-projeto de cada discente – regularmente matriculado – esteja pronto para sequenciar todo o processo juntamente com seu orientador.

A segunda etapa constará do projeto de TCC, onde os discentes deverão estar matriculados neste componente, ter cumprido ou estar cursado as disciplinas que apresentam uma relação estreita com o tema a ser pesquisado; ter sido aprovado na disciplina Pesquisa em Educação; além de estar regularmente matriculado no último semestre para a conclusão do curso.

A terceira etapa refere-se à defesa do TCC. Para tanto, será constituída uma Banca Examinadora pela Direção do Curso, composta por 3 (três) docentes, sendo um deles o orientador, e um desses docentes poderá pertencer a outra IES. A defesa acontecerá em um espaço/tempo de 20 (vinte) minutos, acrescidos de 10 (dez) ou 15 (quinze) minutos para arguição da Banca Examinadora. O trabalho deverá ser defendido perante a Banca Examinadora, sendo avaliado a partir dos conceitos *Aprovado* ou *Não Aprovado*. A Banca Examinadora deverá receber um exemplar do TCC para a devida leitura e realização de relatório sobre o trabalho com antecedência de 15 dias úteis.

O orientador do TCC deverá estimular seus orientandos a divulgarem seus trabalhos em eventos acadêmicos e profissionais da área de educação ou áreas afins, bem como a publicarem suas pesquisas, adaptando o TCC para os formatos de resumo estendido, artigo científico, capítulo de obras como livro impresso ou e-book. Além disso, estimular para que o tema do TCC seja retomado e reformulado como pré-projeto de pesquisa em Programas de Pós-Graduação - *Lato Sensu* e/ou *Strictu Sensu*.

5.8 Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

Na atualidade, os profissionais da educação defrontam-se com exigências de ordens diversas no sentido de incorporarem à sua prática em sala de aula as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Todos os documentos oficiais oriundos dos órgãos centrais da educação

recomendam o uso das tecnologias. Assim, as TICs e seu estudo devem permear o currículo e suas disciplinas.

Na UEMASUL, as TICs têm como objetivo atender às demandas da comunidade acadêmica tanto em termos administrativos quanto pedagógicos valendo-se, pois, das plataformas virtuais, onde a comunidade acadêmica pode se movimentar nos espaços virtuais envolvendo as TICs.

Para atender a UEMASUL possui uma página eletrônica no domínio *edu.br*, onde seu sítio oficial pode ser acessado através do endereço <http://www.uemasul.edu.br>. Neste domínio, estão hospedados os serviços de rotinas acadêmicas, os editais, as licitações, o correio eletrônico, os Projetos Pedagógico Curriculares de cada curso, a legislação acadêmica, as notícias, o acesso à Ouvidoria, os eventos da UEMASUL, o acesso a portais estaduais e nacionais ligados à Educação Superior. Além disso, o parque de informática da UEMASUL está interligado em rede com acesso aos sistemas administrativo-acadêmicos - internet pública e intranet do Governo do Estado do Maranhão.

O Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas (SIGAA) é o principal instrumento de registro acadêmico e o principal elo entre professores e alunos. Através dele a comunidade acadêmica tem acesso aos serviços da biblioteca onde pode pesquisar material no acervo e fazer empréstimos de material impresso, além de acesso direto à biblioteca virtual da *Pearson*¹⁷. O SIGAA oferece também o serviço de *chat* da turma, *chats* agendados, notícias, fóruns, *Web Conferência*, entre outros. É, também, através do SIGAA que os professores realizam todos os seus registros acadêmicos.

A UEMASUL possui Canal oficial no YouTube - www.youtube.com - para apresentação online de eventos e arquivos disponíveis para posterior pesquisa. Durante a Pandemia da COVID19, par aulas remotas síncronas, desenvolvimento de projetos pesquisa e extensão, disponibilizou aos docentes e discentes a entrega de chips SIM CARDS, referente ao Auxílio Emergencial de Inclusão Digital de todos os seus campi.

5.9 Procedimento de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

¹⁷ A Pearson é uma Biblioteca Virtual e é considerada a maior empresa de aprendizagem do mundo, com mais de 22,5 mil colaboradores atuando em 70 países.

O discente será avaliado em vários momentos do processo de ensino e aprendizagem, conforme os critérios estabelecidos no Plano de Ensino do Professor, em quantos momentos se fizerem necessários. Os resultados obtidos através das avaliações serão expressos em notas de zero (0,0) a dez (10,0), com aproximação de meio (0,5) ponto, considerando até uma casa decimal para a média final.

O status aprovado por média, em cada disciplina, será atribuído ao aluno cuja média aritmética das 03 (três) notas correspondentes às avaliações for igual ou superior a 7,0 (sete). Caso não atinja essa média, mas tenha aproveitamento igual ou superior a 5,0 (cinco) e que tenha comparecido no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades acadêmicas, o discente pode ser submetido à avaliação final, que se aplica no(s) último(s) dia(s) letivo(s) do período, conforme calendário acadêmico.

Essa avaliação pode envolver todos os conteúdos da disciplina ou, a critério do professor, contemplar os conteúdos mais significativos, e será aprovado(a) o(a) discente que obtiver média 5,0 (cinco) após somada à média das três notas anteriores e dividido por dois. É direito do aluno faltar uma das 03 (três) avaliações. No entanto, ele deverá fazer uma avaliação de segunda chamada para reposição da nota.

5.10 Número de vagas

O Curso de Pedagogia da UEMASUL oferta, em uma única entrada, o número de 40 (quarenta) vagas anuais no turno matutino no primeiro semestre do ano letivo. O Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES) é feito pela Universidade Estadual do Maranhão, que seleciona candidatos no limite das vagas ofertadas.

Além do PAES, o ingresso no curso pode ser por transferência interna, transferência externa e portador de diploma de curso superior. Nestes casos, os ingressos acontecerão em caso da existência de vagas definidas em editais publicados anualmente

5.11 Integração do curso com as redes públicas de ensino

Sempre defendemos que as escolas públicas da rede estadual e municipal são as extensões de nossas salas de aula. Consequentemente, são, também, instituições formadoras do nosso curso. Estamos de acordo com Duarte (2003) ao afirmar que de pouco ou nada servirá mantermos a formação de professores nas universidades, se o conteúdo dessa formação for

maciçamente reduzido ao exercício de uma reflexão sobre os saberes profissionais, de caráter tácito, pessoal, particularizado, subjetivo. De pouco ou nada adiantará defendermos a necessidade dos formadores de professores serem pesquisadores em educação, se as pesquisas em educação se renderem ao “recoo da teoria”. Portanto, a relação entre a universidade e as escolas públicas deve ir além dos contratos formais celebrados com o fim exclusivo de realização de estágios supervisionados.

O primeiro ponto de reforço dessa relação refere-se ao risco que corre hoje a formação de professores na universidade, se o curso se concentrar predominantemente no exercício de uma reflexão de caráter pessoal, particular, sobre a própria prática do estudante num esforço subjetivo e isolado do contexto em que se dará essa prática. O segundo ponto que reforça a aproximação do Curso de Pedagogia da UEMASUL com as escolas públicas de sua jurisdição, é fato de entendermos que não existe teoria e nem prática separadas, mas dialeticamente articuladas, confrontadas e realimentadas. Perissê (2008) afirma que teoria e prática não se excluem, pois diante de uma reflexão teórica reportamo-nos a questões práticas, e tão logo executamos uma atividade prática, sentimos necessidade de uma reflexão teórica. A partir dessas convicções, é que estreitamos nossa relação com as escolas públicas numa via de mão dupla.

Hoje, segundo Coordenadoria de Formação Discente, a UEMASUL tem convênios com as seguintes prefeituras e instituição de ensino:

- Unidade Regional de Educação;
- Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA;
- Prefeitura Municipal de Açailândia/MA;
- Prefeitura Municipal de D. Eliseu/PA;
- Prefeitura Municipal de Sitio Novo/MA
- Prefeitura Municipal de Governador Edson Lobão/MA;
- Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão/MA;
- Prefeitura Municipal de Pastos Bons/MA;
- Prefeitura Municipal de Axixá/TO;
- Colégio Adventista de Imperatriz.

5.12 Atividades práticas de ensino

A primeira referência ao termo *prática*, como componente curricular, aparece no Parecer CNE/CP n.º 09/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica. No entanto, essa referência tem uma noção de prática muito próxima à noção de estágio.

Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional.

Uma definição mais explícita do que seja esse Prática de Ensino aparece no Parecer CNE/CES n.º 15/2005, segundo o qual, a Prática de Ensino aparece como componente curricular e como um conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. “Por meio destas atividades são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso (BRASIL, 2005). Ainda de acordo com esse parecer as práticas, como componentes curriculares, podem ser desenvolvidas como núcleo ou como **parte de disciplinas** ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas que não são relacionadas aos estágios.

Assim, entende-se prática como componente curricular, neste projeto, como o conjunto de atividades formativas que devem possibilitar aos estudantes mobilizar e colocar em prática seus conhecimentos, bem como desenvolver procedimentos e estratégias próprios ao exercício da docência. Esse entendimento expressa uma noção de prática como local de formação de professores e produção de conhecimentos. Expressa, ainda, a compreensão de que a prática como *locus* privilegiado da formação de professores.

Neste projeto, entende-se que teoria e prática são realidades distintas e, ao mesmo tempo, complementares. Assim, essas atividades formativas devem ocorrer no interior das disciplinas do Núcleo de Estudos de Formação Geral e do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos.

Assim, as práticas como componentes curriculares podem ser desenvolvidas, entre outras, através das seguintes atividades:

- a) Visitas orientadas em órgãos públicos como museus, bem como cidades históricas, plenários das câmaras legislativas municipais, estaduais e federais e demais instâncias governamentais e não governamentais;
- b) Apresentação de Seminários, fóruns, encontros e vivências relacionados aos temas abordados no Ensino Fundamental e Médio;
- c) Elaboração de projetos de ensino, voltados para a escola de Educação Básica e demais espaços de atuação de pedagogos;
- d) Construção de material didático;
- e) Análise e/ou produção de vídeos e sua utilização em sala de aula;
- f) Estudo e análise de projetos educativos das escolas;
- g) Elaboração e implementação de propostas pedagógicas;
- h) Uso de novas tecnologias na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental;
- i) Análises curriculares de Ensino Fundamental e Médio das escolas do local onde trabalham;
- j) Participação no planejamento, organização e execução de eventos científicos, acadêmicos e culturais dos Cursos de Licenciaturas da UEMASUL, entidades de classe, sindicatos, secretarias de educação e outros espaços educativos escolares e não escolares;
- k) Participação na coleta de dados em pesquisas de campo para realização de atividades e trabalhos acadêmicos orientados pelos professores das disciplinas em curso, podendo ser, inclusive, atividades organizadas de forma interdisciplinar;
- l) Organização de eventos acadêmicos.

Nesta lista poderão ser acrescentadas outras atividades de acordo com as demandas surgidas no desenvolvimento do curso e das disciplinas/áreas, observando sempre os princípios e as concepções de formação expressas neste Projeto de Curso, priorizando o desenvolvimento de atividades interdisciplinares.

O planejamento das Práticas de Ensino deve ser realizado concomitante ao plano da disciplina do núcleo de estudos de formação geral e do núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos.

Quadro 10 – Relações de disciplinas com práticas pedagógicas

Ord	DISCIPLINAS	CR	CH			
			CT	CP	CE	Total
01	Tecnologia da Informação e Comunicação em Educação	05	30	45	-	75

02	Didática	06	45	30	15	90
03	Fundamentos e Metodologias da Matemática	05	45	15	15	75
04	Fundamentos e Metodologias da Língua Portuguesa	05	45	15	15	75
05	Fundamentos e Metodologias das Ciências	05	45	15	15	75
06	Alfabetização e Letramento	06	60	15	15	90
07	Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	04	45	15	-	60
08	Avaliação Educacional	04	45	15	-	60
09	Fundamentos e Metodologias de História	05	45	15	15	75
10	Teorias Educacionais	04	45	15	-	60
11	Currículo	05	60	15	-	75
12	Avaliação Institucional	04	45	15	-	60
13	Educação e Relações de Gênero	04	30	15	15	60
14	Fundamentos e Metodologias de Arte	05	45	15	15	75
15	Fundamentos e Metodologias de Geografia	05	45	15	15	75
16	Educação Especial e Inclusiva	06	60	30	-	90
17	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	04	45	15	-	60
18	Educação de Jovens e Adultos	04	45	15	-	60
19	Gestão Educacional	04	45	15	-	60
20	Educação à Distância	04	45	15	-	60
21	Pesquisa em Educação	04	45	15	-	60
22	Gestão Escolar	04	45	15	-	60
23	Histórias e Culturas Afro-Brasileiras	05	45	30	-	75
Total da carga horária com prática pedagógica		-	-	420	-	-

6. GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

A gestão do Curso de Pedagogia é exercida pela direção de curso auxiliada pelo NDE e pelo Colegiado do Curso. O NDE tem a função consultiva de promover as mudanças necessárias no curso. Para tanto, trabalha com dados, tanto os que são produzidos internamente pelo curso, quanto os com os dados produzidos pelos resultados do Enade e a Autoavaliação Institucional, dentre outros.

O Colegiado do Curso tem a função de decisão. Todas as decisões do curso são tomadas mediante reunião do Colegiado, composto por docentes e discentes do curso.

6.1 Colegiado do curso

O Colegiado de Curso é órgão consultivo, normativo, responsável por fixar diretrizes e orientações didáticas para o curso, por meio da supervisão das atividades realizadas, a fim de garantir a qualidade do ensino. Dentre outras atribuições, realiza acompanhamento e avaliação dos componentes curriculares, bem como a orientação dos acadêmicos para que estes tenham um melhor desempenho.

A composição do Colegiado, conforme normas da UEMASUL, inclui o Diretor do Curso (Presidente), os docentes do curso, um docente de Letras que atua com disciplinas que fazem parte da matriz curricular do Curso de Pedagogia e um representante discente regularmente matriculado. Assim, para viabilizar a gestão acadêmica, compete, dentre outras, ao colegiado:

- acompanhar e avaliar o PPC, propondo alterações quando necessárias;
- definir a composição do NDE, em conformidade com a legislação e com as normas internas da UEMASUL;
- analisar, avaliar e aprovar os planos de ensino do curso, atentando-se para possíveis adequações;
- buscar a integração e a interdisciplinaridade entre os Componentes Curriculares;
- promover a integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- planejar e executar atividades acadêmicas diversas, bem como eventos do curso;
- refletir sobre os problemas didático-pedagógicos;
- apreciar os pedidos de revisão da avaliação de desempenho acadêmico;
- emitir parecer sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso;
- elaborar e aprovar o regimento interno do Colegiado, observadas as normas

institucionais;

- deliberar sobre questões que dizem respeito ao cumprimento do Estágio, do TCC e das AACCs;
- exercer as demais atribuições conferidas nas normativas institucionais pertinentes à graduação.

6.2 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção e atualização periódica do PPC do curso de Pedagogia do CCHSL/UEMASUL, bem como pela condução dos trabalhos de implantação da Proposta Curricular.

De acordo com Resoluções n.º 1, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a da Resolução n.º 012/2017 – CONSUN UEMASUL), o NDE é composto por, no mínimo, 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, 60% (sessenta por cento) dos membros devem ser mestres e/ou doutores e 40% (quarenta por cento) devem ter regime de trabalho de tempo integral. Neste curso, os membros do NDE são:

Quadro 11 – Regime de Trabalho dos Professores

Ord	Docente	Regime de Trabalho	Titulação	Função
01	Roza Maria Soares da Silva	TIDE	Doutor	Presidente
02	Antonio Sousa Alves	40 horas	Doutor	Membro
03	Carmem Barroso Ramos	TIDE	Doutor	Membro
04	Domingos Furlan	TIDE	Mestre	Membro
05	Emanuel Pacheco Souza	TIDE	Mestre	Membro
06	Francisco de Assis Carvalho de Almada	40 horas	Doutor	Membro
07	Iara Aparecida Paiva	TIDE	Mestre	Membro
08	Ilma Maria de Oliveira Silva	TIDE	Doutor	Membro
09	Marinalva da Silva Ferreira	TIDE	Mestre	Membro

6.3 Direção de Centro

O Curso de Pedagogia da UEMASUL – *campus* de Imperatriz – está sob a responsabilidade do Centro de Ciências Sociais e Letras - CCHSL, localizado no Campus I, na rua Godofredo Viana, n.º 1300. Fazem parte do Centro os cursos: Administração, Letras, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas; Letras, Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa; Geografia; História e Pedagogia. O Curso de Pedagogia é responsável pela

oferta de disciplinas Pedagógicas e Fundamentos Educacionais a todas as Licenciaturas do CCHSL e também do Centro de Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas (CCENT) e Metodologia Científica para todos os cursos dos *campi* de Imperatriz. Portanto, o Curso de Pedagogia e o CCHSL são os elos que integram as instâncias pedagógicas da universidade.

Para a administração, o quadro de pessoal é composto por um diretor, um secretário e um chefe de laboratório.

6.4 Direção de Curso

As atribuições da Direção do Curso de Pedagogia são determinadas pelas normas vigentes da UEMASUL. Responde pela direção um docente do quadro efetivo com formação em Pedagogia, escolhido por processo eleitoral que envolve a Comunidade Acadêmica – professores, alunos e administrativo –, ou mediante situação atípica, por deliberação do Colegiado, conforme legislação vigente. O mandato é de 02 (dois) anos, podendo haver recondução ao cargo para mais um mandato de igual período.

No exercício de suas funções, a direção deve apresentar efetiva dedicação à administração e à condução do Curso, mostrando-se à disposição dos docentes e discentes, sempre que necessário, para auxiliá-los nas questões didático-pedagógicas.

6.5 Gestão Acadêmica do curso e o processo de avaliação interna e externa

Avaliação Interna no Curso de Pedagogia é uma ação pedagógica e política que busca realizar diagnósticos, seguida da tomada de decisões que visam a melhoria dos processos. Avaliar pode ser representada pela tríade conhecer-decidir-melhorar. Isso implica agir com acompanhamento de determinado contexto, buscando compreendê-lo. Feito isso, busca-se tomar decisões de intervenção sobre tal contexto porque há um compromisso social de melhorar aquela realidade.

A avaliação interna perpassa pelas dimensões institucionais e do curso em específico, de modo que os dados levantados possam subsidiar as ações para a melhoria do fazer acadêmico. Tendo em vista a Lei n.º 10.861/2004, que instituiu Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a universidade promove a Autoavaliação Institucional por meio de instrumentos diversos e, precipuamente, considerando os resultados advindos do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que tem como objetivo “[...] assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de

graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do Art. 9º VI, VIII e IX, da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996” (BRASIL, 2004).

A avaliação externa é realizada, principalmente, pelo Conselho Estadual de Educação (CEE-MA) que segue recomendações conforme os instrumentos critérios de avaliação do MEC. O CEE-MA é regulamentado pela Lei n.º 2.235 de 28 de dezembro de 1962. É sua atribuição avaliar o funcionamento de escolas de nível superior do Maranhão e, conforme legislação vigente, emitir recomendação de credenciamento e/ou reconhecimento de curso.

Dentre os instrumentos e critérios do MEC, o principal é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). O Sinaes analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação Sinaes leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente e reúne informações do Enade e das avaliações institucionais e dos cursos.

As informações obtidas são utilizadas como parâmetro para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições. Também são importantes indicadores da qualidade do curso uma vez que, conforme o INEP, esse exame avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programados previstos nas diretrizes curriculares de cada curso, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos alunos com relação à realidade brasileira e mundial.

O ENADE é, portanto, componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme determina a Lei n.º 10.861/2004 (Sinaes), somado à avaliação de cursos de graduação e à avaliação institucional constituem o tripé avaliativo que retrata a qualidade das instituições e seus cursos.

7. CORPO DOCENTE

O Corpo docente efetivo do Curso de Pedagogia é formado por 53% de doutores e 47% de mestres. Destes, 60% têm regime de Dedicção Exclusiva, 33,4% em regime de 40 horas semanais e 6,6% no regime de trabalho de 20 horas, conforme o quadro abaixo.

Quadro 12 – Corpo Docente Efetivo – Regime de Trabalho e Titulação

DOCENTE	REGIME DE TRABALHO	GRADUAÇÃO/TITULAÇÃO	
Alzira Costa Gomes	20 horas	Psicologia	Mestre
Antonio Sousa Alves	40 horas	Pedagogia	Doutor
Camila Perez da Silva	TIDE	Pedagogia	Doutora
Carmem Barroso Ramos	TIDE	Sociologia	Doutora
Christiano Roberto Lima de Aguiar	40 horas	Pedagogia	Doutor
Dayse Lima Cavalcante	40 horas	Psicologia	Mestre
Domingos Furlan	TIDE	Filosofia	Mestre
Elizania Sousa do Nascimento	40 horas	Pedagogia	Doutora
Emanuel Pacheco Souza	TIDE	Sociologia	Mestre
Flaviana Oliveira de Carvalho	TIDE	Pedagogia	Mestre*
Francisco de Assis Carvalho de Almada	40 horas	Pedagogia	Doutor
Iara Aparecida Paiva	TIDE	Pedagogia	Mestre*
Ilma Maria de Oliveira Silva	TIDE	Pedagogia	Doutora
Marinalva da Silva Ferreira	TIDE	Pedagogia	Mestre
Roza Maria Soares da Silva	TIDE	Pedagogia	Doutora

*Professores cursando o doutorado.

7.1 Produção acadêmica

A produção acadêmica é dinâmica e embora seja obrigação do professor universitário, é um processo pessoal. No curso de Pedagogia do CCHSL, os professores têm tido o compromisso de produzirem, de acordo as exigências da legislação. Até o momento todos os professores efetivos têm projetos de pesquisa e/ou de extensão, cujos resultados destas ações são publicados em eventos acadêmicos, livros e revistas.

8. INFRAESTRUTURA

O Plano de Desenvolvimento Institucional (UEMASUL 2022/2026), no processo de expansão acadêmica e em cumprimento ao estabelecido no Plano Estadual de Educação – Lei n.º 10.099/2014, prevê a construção e adequação das instalações da UEMASUL, objetivando qualificar sua infraestrutura, oferecendo os espaços pedagógicos adequados ao desenvolvimento das atividades curriculares dos cursos ofertados.

O Curso de Pedagogia funciona na sede da UEMASUL, no *campus* Imperatriz em dois prédios separados pela rua Godofredo Viana. O prédio antigo atende à universidade há muitos anos, mas passou por ampla reforma, melhorando e ampliando os espaços, bem como dando condições de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. O local abriga os cursos do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras e do Centro de Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas.

O prédio novo – em frente ao prédio antigo – está sendo reformado para atender às demandas dos cursos destes centros em relação a salas de aulas, salas de diretores de centros e de cursos bem como as demais dependências que compõem as atividades administrativas.

8.1 Salas de aulas

As instalações desse *campus* são constituídas por quatro blocos de ensino, que por semestre tem suas salas distribuídas aos cursos. Todas as salas de aula apresentam dimensões e acústica necessárias para atender a quantidade de alunos em seu interior, em média 45 (quarenta e cinco) carteiras. São ambientes com sistema de climatização e iluminação que obedecem às normas para salas de aula.

As salas são equipadas com mesa, cadeira para o professor e quadro branco. O mobiliário e aparelhagem específica são, portanto, suficientes, adequados e obedecem às normas ergonômicas.

Os ambientes contam, também, com serviços de limpeza e manutenção diários. Os equipamentos multimídias ficam em setor específico, podendo ser requisitados pelos professores a qualquer momento, e são suficientes para atender às demandas.

8.2 Espaço de trabalho para direção de Curso

As atividades técnico-administrativas da Direção do Curso de Pedagogia são desenvolvidas na sala do CCHSL, que abriga os demais cursos desse centro. O espaço está devidamente equipado com internet, computador, impressora, geladeira e armários suficientes

para o desenvolvimento das funções administrativo-pedagógicas. É climatizado e bem iluminado.

É também um espaço coletivo de trabalho dos docentes, com grande mesa e cadeiras, além de favorecer a troca de experiências e vivências entre os diretores de curso e de centro, professores e secretária.

8.3 Sala dos professores

Os professores do Curso de Pedagogia do CCHSL desenvolvem suas atividades na sala do CCHSL, como mencionado acima. Mas, em cumprimento à Lei n.º 10.099/2014, a UEMASUL está construindo as estruturas necessárias para as acomodações de todas as Coordenadorias e Direções no sentido de oferecer os espaços pedagógicos adequados ao desenvolvimento das atividades curriculares dos cursos ofertados.

8.4 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

Os estudantes do Curso de Pedagogia contam com recursos e equipamentos de informática em todos os espaços administrativos, nos laboratórios e na biblioteca e até nos espaços abertos como estacionamentos. Nas dependências administrativas há computadores e impressoras, bem como internet wireless em todo o *campus*, via sistema de *Webconference*, o que permite aos alunos e servidores acesso aos diversos ambientes virtuais. Esse acesso se dá por login, com matrícula e senha específica, além de ser livre aos visitantes.

A comunidade acadêmica possui e-mail institucional, tendo disponíveis os serviços da plataforma *Google e G Suite* o que possibilita acesso a diversos recursos, como armazenamento e ferramentas, *Google Meet, Google Drive, Google Planilhas*, dentre outros. Isso propicia a busca das informações disponíveis nas redes como as bibliotecas virtuais on-line, favorecendo, assim, a autonomia para aprender e para construir conhecimentos.

8.5 Biblioteca

A biblioteca João do Vale, *campus* Imperatriz-MA, tem um acervo de aproximadamente 9.000 (nove mil) obras nas mais diversas áreas dos cursos oferecidos pelo CCHSL, CCENT e CCA. Conta, também, com cerca de 52 (cinquenta e duas) editoras cadastradas e convênios importantes para a disseminação da informação tais como: Comut – comutação bibliográfica, Scielo – Scientific Electronic Library Online, E-books Capes e Biblioteca Pearson Virtual, que contemplam diversas áreas do conhecimento.

A estrutura física da Biblioteca conta com uma sala para o bibliotecário, mesas, cadeiras, computadores ligados à impressora e cabines para estudo individual. O acervo está devidamente organizado e o empréstimo domiciliar é facultado aos usuários da UEMASUL regularmente cadastrados. Assim, presta os serviços indispensáveis à comunidade acadêmica, além de empréstimos e reservas de livros, a confecção de fichas catalográficas.

No atual momento, está em andamento um processo para aquisição de obras para ampliação do acervo bibliográfico, com investimento com mais de dois milhões de reais. Com isso, pretende-se dispor aos discentes os livros da bibliografia básica e complementar que atendem aos componentes curriculares ofertados no curso.

8.6 Bibliografia básica e complementar por unidade curricular

Contamos com a Biblioteca Central João do Vale, que possui um acervo físico que está devidamente tombado e consta relação de livros no SIGAA, para consulta e empréstimo aos docentes e discentes.

Em relação aos livros virtuais/digitais, temos contrato com duas bibliotecas: Minha Biblioteca e a Biblioteca Virtual Pearson estas possuem um acervo de 10.000 (dez mil) títulos em cada uma. Do mesmo modo, docentes e discentes têm acesso aos referidos acervos a partir de sua matrícula. Ressaltamos, ainda, que na Biblioteca Central João do Vale há computadores e *internet* disponível para acesso digital, bem como conta com equipamentos com ferramentas de acessibilidade.

8.7 Laboratórios didáticos

Atualmente, o Curso de Pedagogia conta com uma Brinquedoteca equipada para atender as demandas do curso e também com um laboratório de Didática, além de contarmos também com o laboratório de informática que é comum a todos os cursos. São espaços climatizados e equipados com mesas, cadeiras, *internet*, computadores e impressoras.

8.7.1 Brinquedoteca

A Brinquedoteca do Curso de Pedagogia da UEMASUL, é compreendida como um laboratório lúdico-pedagógico de apoio técnico no processo de formação dos professores que atuarão na docência da Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e também na gestão de espaços lúdicos em ambientes de educação formal e não formal.

É um espaço destinado a realização de projetos, de práticas pedagógicas, de oficinas, estudos e pesquisas articuladas e integradas às disciplinas previstas na organização curricular do curso; é um espaço síntese na integralização de interdisciplinaridade, de práticas pedagógicas integradoras e inovadoras.

Sua importância se revela na medida em que a sociedade atual reconhece o direito da criança à educação como meio de promover o desenvolvimento integral de suas capacidades e aptidões. Assim, brincar torna-se uma atividade importante e fundamental para o alcance desses propósitos.

Como laboratório especializado, a brinquedoteca se constitui como espaço de formação do professor que vai atuar na docência com crianças articulando práticas às teorias vivenciadas no Curso de Pedagogia antes de adentrarem nas escolas-campo de estágios supervisionados.

O brincar costuma encontrar espaço na Educação Infantil. As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (BRASIL, 2010) consideram que a criança constrói sua identidade enquanto “[...] brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”, concebendo as brincadeiras e as interações sociais como eixos fundamentais na educação para a infância. Assim, a brinquedoteca da UEMASUL é, em primeiro lugar, um espaço para a criança brincar de forma livre e voluntária, expressando seus desejos e demonstrando sua visão de mundo através do faz de conta. Em segundo lugar, é um espaço de formação para professores da infância.

8.7.2 Laboratório de Didática

O laboratório de Didática do Curso de Pedagogia da UEMASUL tem uma história de luta e, principalmente, uma história de desejo. Desde que o curso foi criado que os professores lutam e desejam ter um espaço de planejamento das atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Por mais que as escolas da rede pública tenham convênios com a UEMASUL e nos receba muito bem, elas não têm espaço para planejamento e confecção de material didático necessários às intervenções pedagógicas para atender as demandas do nosso curso.

O objetivo principal do laboratório de Didática é permitir aos docentes e aos discentes explorarem os aspectos existentes entre a Pedagogia e a realidade, colocando o laboratório

como um processo de investigação, contemplando os aspectos: planejamento de atividades pedagógicas, experimentos, previsão de resultados e confrontação entre os resultados obtidos e os resultados esperados. Também como sala para os grupos de estudos e pesquisas dos docentes e discentes.

O laboratório didático propicia aos alunos uma vivência e manuseio de instrumentais, que lhes permitem conhecer diversos tipos de atividades, podendo estimular-lhes a curiosidade e a vontade em aprender a vivenciar ciência pedagógica, relacionando teoria/prática, dominando ferramentas e técnicas que poderão ser utilizadas em pesquisa científica.

Embora a experimentação não seja frequente no Curso de Pedagogia, mas é frequente a interação entre aluno e professor, ou, ainda, entre os próprios alunos, sendo considerado ponto fundamental para o amadurecimento das funções psíquicas que ainda estariam em fase embrionária. Para Vigotski, essa proximidade permite que os alunos troquem informações entre si, facilitando a internalização dos conceitos. Aquilo que os alunos só podem fazer com a assistência da professora e do professor, hoje, eles serão capazes de fazer sozinha amanhã (VIGOTSKI, 1999) . No laboratório, ocorrem atividades que proporcionam a discussão entre os alunos, normalmente realizadas em pequenos grupos, o que os aproxima entre si e, ainda, permite uma relação mais direta entre eles e o professor.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: CNE/CP, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: CNE/CP, 2012.
- BRASIL. **Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002.
- BRASIL. **Decreto Nº 6.949 de 15/08/2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Casa Civil, 2009.
- BRASIL. **Decretos Nº 5.296/2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Casa Civil, 2004.
- BRASIL. **Lei 11.645, de 08 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: Casa Civil, 2008.
- BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília: 2008.
- BRASIL. **Lei Nº 10.098/2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2000.
- BRASIL. **Lei nº 13.146/2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.
- BRASIL. **Resolução Nº 1, de 30/05/2012.** Conselho Nacional de Educação. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: CNE/CP, 2012.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria da Educação Básica, 2010.
- BRZEZINSKI, Iria. **A formação do professor para o início da escolarização.** Goiânia: Ed. UCG/SE, 1987.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CANDAU, V. M. F. A didática em questão e a formação de educadores-exaltação à negação: a busca da relevância. In: CANDAU, V. M. F. (Org). **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 12-22.

DUARTE, N. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor: por que Donald Schön não entendeu Luria. **Educação e Sociedade**, v.24, n.83, p.601-625, ago. 2003.

DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEONTIEV, Aléxis. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 10. ed.

LEONTIEV, Aléxis. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Maria da penha Villalobos. São Paulo: Ícone Editora, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências profissionais e profissão docente**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, MirzaSeabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, Lígia Márcia. Formação de professores: desafios contemporâneos e alternativas necessárias. In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; SILVA, Vandei Pinto da e

MILLER, Stela. **Marx, Gramsci e Vigotski**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Marília, SP: Cultura Acadêmica, 2009. p. 449-474.

MELLO, Suely Amaral. A escola de Vygotsky. In: CARRARA, Kester. **Introdução à psicologia da educação: seis abordagens**. Campinas: Avercamp, 2004. p. 135-155. obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da**

União, Poder Executivo, Brasília, 08 mar. de 2008.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade**: conceitos e distinções. 2. ed. Caixas do. Sul: Educ, 2008.

PERISSÉ, Gabriel. **Introdução à filosofia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PRETI, Oreste. **Pesquisa educacional**: uma introdução aos aspectos éticos, epistemológicos e metodológicos da investigação. Cuiabá: UFMT, 1992.

RAMOS, Marise Nogueira. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In:

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Perspectivas curriculares sobre a formação do pedagogo para a educação não escolar. **Educação em Revista** (online), v. 34, p. 1-23, 2018.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. **Curso de Pedagogia no Brasil**: história e identidade. São Paulo: Cortez editora, 1999.

SOUSA, J. de M. **Enredos da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense**: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.
Tradução de Maria da penha Villalobos. São Paulo: Ícone Editora, 2006. p.103-117.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO (UEMASUL). **Plano de desenvolvimento Institucional - PDI**: 2017-2021. Imperatriz: PROPLAD, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO (UEMASUL). **Projeto Pedagógico Institucional**: PPI 2017/2021. Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica, PROGESA. Imperatriz, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA). **O currículo como expressão do projeto pedagógico**: um processo flexível. Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis. PROGAE/UEMA. São Luís, 1999.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual em idade escolar. In: VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich e

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Psicologia Pedagógica**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2004.